



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 57

II Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 15 de maio de 2018

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Marco Costa (substituídos no decorrer da sessão pela Deputada Graça Silva e pelo Deputado Jorge Jorge)*

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 14 minutos.

SUMÁRIO

Após a chamada dos Srs. Deputados, a sessão iniciou-se com o PTAP e com a apresentação de diversos votos.

- [Voto de Congratulação “ao Clube União Sportiva pela conquista do título de campeão nacional da Liga Feminina de Basquetebol, época 2017/2018”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube à Sra. Deputada Graça Silva (PS), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- [Voto de Congratulação “ao Clube União Sportiva pela vitória na Liga Feminina de Basquetebol”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação do voto coube à Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação – “Décimo Quinto Aniversário da Associação Amigos da Ilha das Flores (AAIF)”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*), usaram da palavra os Srs. Deputados Bruno Belo (*PSD*) e Manuel Pereira (*PS*), passando-se de seguida para a votação, tendo merecido o mesmo a aprovação por unanimidade da câmara.

- **Voto de Congratulação “pela subida do Santa Clara à 1.ª Divisão do Futebol Português”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade não sem antes ter feito a sua apresentação o Sr. Deputado Pedro Moura (*PS*).

- **Voto de Congratulação “pela subida do Clube Desportivo Santa Clara à I Liga”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a sua leitura pelo Sr. Deputado Luís Maurício (*PSD*), o voto em apreço foi novamente aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação – “alunos do segundo ciclo da Escola Básica e Secundária das Flores sagram-se campeões da fase zonal B dos Jogos Desportivos Escolares 2018”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

O voto mencionado foi apresentado pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*), usando de seguida da palavra os Srs. Deputados Bruno Belo (*PSD*) e Manuel Pereira (*PS*).

Seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelo facto da “Região Autónoma dos Açores ter sido eleita como um dos 10 destinos mais sustentáveis do mundo e o melhor Destino do Atlântico”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a leitura do voto pelo Sr. Deputado André Rodrigues (*PS*), usou da palavra a Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*).

Submetido à votação o voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelos “425 anos da Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado Jorge Jorge (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado Mário Tomé (*PS*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelo “Vigésimo Aniversário do Teatro de Giz”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Usaram da palavra os Srs. Deputados João Paulo Corvelo (*PCP*), a quem coube a apresentação do voto, Carlos Ferreira (*PSD*) e Tiago Branco (*PS*).

Aquando da votação o voto mencionado foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação – “Geoparque Açores revalida chancela de Geoparque Mundial da UNESCO”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Sobre o mesmo usaram da palavra as Sras. Deputadas Bárbara Chaves (*PS*), para fazer a sua leitura, e Catarina Chamacame Furtado (*PSD*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Congratulação “à Confraria de Nossa Senhora da Conceição pelo 3.º centenário da sua fundação e pelo 30.º aniversário do Santuário”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube à Sra. Deputada Maria Isabel Quinto (*PS*), usando de seguida da palavra o Sr. Deputado César Toste (*PSD*).

- Voto de Congratulação – “à empresa Mantamaria Dive Center, pela conquista do galardão de Bandeira Azul 2018, na categoria de Embarcações de Ecoturismo”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Usou novamente da palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*), para fazer a leitura do voto, e ainda o Sr. Deputado Paulo Parece (*PSD*).

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Congratulação aos “campeões de Portugal e da Europa Jetski”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

O voto mencionado foi apresentado pela Sra. Deputada Sónia Nicolau (*PS*), usando posteriormente da palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*).

Seguiu-se a votação, tendo o voto em apreço sido aprovado por unanimidade.

- Voto de Congratulação ao “Museu dos Baleiros pelo recente prémio «Portugal Cinco Estrelas» na categoria de museus”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Mário Tomé (*PS*), a quem coube a leitura do voto, e Jorge Jorge (*PSD*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Congratulação pelo facto do “Graciosa Futebol Clube, ter-se sagrado Campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, na época 2017/2018, e ter conquistado o direito de participar no Campeonato de Futebol dos Açores na época 2018/2019”, apresentado pelo Grupo

Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado José Ávila (*PS*), usando posteriormente da palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*).

Submetido à votação, o Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação – “450 anos da elevação da Ribeirinha a freguesia”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a leitura do voto pela Sra. Deputada Maria Isabel Quinto (*PS*) usou da palavra o Sr. Deputado César Toste (*PSD*), seguindo-se posteriormente a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Saudação – “Ano Europeu do Património Cultural”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade, não sem antes ter usado da palavra a Sra. Deputada Susana Costa (*PS*), para fazer a sua apresentação, e César Toste (*PSD*).

- **Voto de Protesto “contra a posição centralista e anti-autonomista dos deputados do PSD à Assembleia da República”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Carlos Silva (*PS*), a quem coube a leitura do voto, Mónica Seidi (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Zuraída Soares (*BE*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação o voto de protesto foi aprovado por maioria.

- **Voto de Pesar pelo falecimento de José da Costa Franco**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a leitura do voto pela Sra. Deputada Susana Costa (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo falecimento de José Franco**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O voto supramencionado foi novamente aprovado por unanimidade, não sem antes ter feito a sua apresentação o Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*).

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Hermano José Tavares de Medeiros Rego**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube à Sra. Deputada Susana Costa (*PS*), usando posteriormente da palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*).

Seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Em seguida passou-se para a **Agenda da Reunião**.

Foram debatidos em conjunto o [Projeto de Resolução n.º 12/XI – “Criação do Canal Parlamento”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e pela Representação Parlamentar do PPM e o [Projeto de Resolução n.º 96/XI – “Recomenda a criação, no âmbito da Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, de um grupo de trabalho que acompanhe a implementação do Canal Parlamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP, BE e pelas Representações Parlamentares do PCP e PPM.

O debate iniciou-se com as intervenções dos Srs. Deputados Alonso Miguel (*CDS-PP*) e Pedro Moura (*PS*), participando posteriormente no debate os/a Srs./a Deputados/a Paulo Estevão (*PPM*), Zuraída Soares (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Paulo Parece (*PSD*) e Francisco Coelho (*PS*).

Submetidos à votação, separadamente, os diplomas em apreço foram aprovados por unanimidade.

Seguiu-se o [Projeto de Resolução n.º 73/XI – “Recomenda ao Governo Regional que elabore um documento orientador sobre as regras do transporte de cadáveres entre as ilhas do Pico, Faial e São Jorge”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Miguel Costa (*PS*), participaram no debate os/a Srs./a Deputados/a Marco Costa (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Zuraída Soares (*BE*), Paulo Estevão (*PPM*), João Paulo Corvelo (*PCP*) e o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Rui Luís*).

Aquando da votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Também por unanimidade foi aprovado o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 14/XI – “Remoção de cadáveres de doentes deslocados falecidos”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), Luís Maurício (*PSD*), Domingos Cunha (*PS*) e João Paulo Corvelo (*PCP*), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Rui Luís*).

Posteriormente deu-se início ao debate do [Projeto de Resolução n.º 50/XI – “Recomenda a criação do “Portal da Transparência e Participação Cidadã” no âmbito do sítio eletrónico da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Usaram da palavra os/a Srs./a Deputados/a André Bradford (*PS*), Paulo Estevão (*PPM*), João Bruto da Costa (*PSD*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Francisco Coelho (*PS*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Zuraida Soares (*BE*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Os trabalhos terminaram às 20 horas.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos começar pela chamada. Sr. Secretário faça o favor.

Secretário: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio **Bradford**
António Gonçalves Toste **Parreira**
Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Dionísio Medeiros Faria e **Maia**
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
João Vasco Pereira da **Costa**
José Manuel Gregório **Ávila**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Manuel José da Silva **Ramos**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**
Mário José Diniz **Tomé**
Miguel António Moniz **Costa**
Mónica Gomes Oliveira **Rocha**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia Botelho**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Sónia Cristina Franco **Nicolau**
Susana Goulart **Costa**
Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**
António Manuel Silva **Almeida**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**
Catarina Goulart **Chamacame Furtado**
César Leandro Costa **Toste**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Jaime Luís Melo **Vieira**
Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Marco José Freitas da **Costa**
Mónica Reis Simões **Seidi**
Paulo Henrique **Parece** Batista

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira **Miguel**
Artur Manuel Leal **Lima**
Catarina de Oliveira **Cabeceiras**
Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**
Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 48 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

A nossa manhã de trabalhos está reservada ao PTAP. Vamos iniciar com a apresentação dos votos, como é habitual.

O primeiro, é um Voto de Congratulação ao Clube União Sportiva pela conquista do título de campeão nacional de Liga Feminina de Basequetebol na época de 2017/2018. É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

Deputada Graça Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Ao Clube União Sportiva pela conquista do título de campeão nacional da Liga Feminina de Basquetebol, época 2017/2018.

O Clube União Sportiva, assim denominado a partir de 11 de agosto de 1922 em Assembleia-geral realizada para o efeito, adota como data da sua fundação 1 de janeiro de 1921, então designado “União Sportiva dos Empregados do Comércio”. A “União Sportiva dos Empregados do Comércio” foi durante algum tempo o núcleo desportivo da Associação de Classe dos Empregados do Comércio de Ponta Delgada, organização surgida em consequência da reestruturação da Associação de Classe dos Empregados de Comércio e Indústria do Distrito Oriental dos Açores cuja existência remonta a 1907.

O Clube União Sportiva é membro fundador da Associação de Futebol de São Miguel em 1923, tendo vencido o respetivo campeonato em cinco edições na década de 1920, e ainda em 1959/60.

No século XXI, o Clube União Sportiva distingue-se essencialmente pela sua secção de basquetebol, tendo atletas em todos os escalões, de mini a seniores, masculinos e femininos.

É, no entanto, pela sua equipa feminina que se tem evidenciado no panorama desportivo. No passado dia 5 de maio, a sua equipa feminina de basquetebol conquistou mais uma vez o título de campeã nacional desta modalidade.

Este foi o terceiro título de campeão nacional de basquetebol feminino daquele Clube, depois dos alcançados em 2014/2015 e 2015/2016.

O histórico clube da cidade de Ponta Delgada afirma-se assim como a maior potência do basquetebol açoriano e uma referência a nível nacional, tendo em quatro temporadas arrecadado sete títulos. Com a dedicação e o empenho de toda a equipa, que tem trabalhado para consolidar um percurso de sucesso, o Clube União Sportiva tem sido um dos principais embaixadores do desporto açoriano no panorama nacional, prestigiando os Açores e o Desporto Regional.

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto de as atletas de basquetebol do Clube União Sportiva terem trazido para os Açores o mencionado galardão. Esta congratulação é extensiva a todos os técnicos e dirigentes daquele clube, que veem assim reconhecido o mérito de um trabalho de excelência, levando mais longe o nome dos Açores.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um Voto de Congratulação ao Clube União Sportiva, pelo palmarés alcançado. Propõe igualmente que do presente voto seja dado conhecimento ao Clube, à Associação de Basquetebol de São Miguel e à Federação Portuguesa de Basquetebol.

Horta, Sala das Sessões, 15 de maio de 2018

Os Deputados: André Bradford, José Ávila, Maria Graça Silva e Renata Correia Botelho

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições? Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se também à vitória do Clube União Sportiva na Liga Feminina de Basquetebol. É apresentado pelo PSD e tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

**Voto de Congratulação ao Clube União Sportiva
pela vitória na Liga Feminina de Basquetebol**

A aposta no basquetebol fez renascer o Clube União Sportiva após alguns anos difíceis e trouxe novos momentos de glória à instituição nos seus 96 anos de existência.

No passado dia 5 de maio, a equipa do Clube União Sportiva venceu a Liga Feminina de Basquetebol, sagrando-se, pela terceira vez na sua história, campeã nacional da modalidade.

Nos últimos quatro anos, a União Sportiva foi três vezes campeã nacional, o que faz do clube uma das grandes potências do basquetebol feminino nacional e um dos mais notáveis representantes do desporto açoriano.

Desde a criação da Liga, o Clube União Sportiva é já a segunda equipa com mais campeonatos conquistados na história do basquetebol feminino nacional.

E se contarmos apenas a última década, a União Sportiva é a equipa que mais títulos conquistou em Portugal na modalidade.

Este êxito do Clube União Sportiva é mais um marco na história do desporto nos Açores e o resultado do trabalho e talento das atletas, da competência da equipa técnica e da dedicação dos dirigentes.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação ao Clube União Sportiva pela vitória no Campeonato Nacional da Liga Feminina de Basquetebol.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento, além do Clube União Sportiva e respetiva direção, à Associação de Basquetebol de São Miguel.

Horta, Sala das Sessões, 15 de maio de 2018

Os Deputados: Duarte Freitas, Luís Maurício, Paulo Parece, Catarina Furtado, António Vasco Viveiros e Mónica Seidi

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições? Não havendo vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se ao XV Aniversário da Associação Amigos da Ilha das Flores. É apresentado pelo PCP e tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

DÉCIMO QUINTO ANIVERSÁRIO DA ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA ILHA DAS FLORES (AAIF)

Com sede na cidade de Ponta Delgada, a Associação Amigos da Ilha das Flores foi fundada a 19 de fevereiro de 2003 como organização sem fins lucrativos, tendo como objeto o desenvolvimento de atividades que promovam o bem-estar dos naturais da Ilha das Flores e daqueles com quem vivem, bem como incrementar o intercâmbio com a Ilha das Flores com o propósito de realizar ações culturais, sociais ou desportivas e promovendo a Ilha das Flores na globalidade do contexto regional, nacional e ultraperiférico da União Europeia. A Associação Amigos da Ilha das Flores tem vindo a desenvolver desde a sua criação uma intensa e reconhecida atividade sociocultural, dando cabal cumprimento aos seus objetivos estatutários.

Entre as mais diversas atividades realizadas pela AAIF, algumas merecem especial destaque pelo seu cariz de solidariedade e pela divulgação e preservação da memória das antigas vivências e tradições culturais florentinas.

O estabelecimento de protocolos com as Câmaras Municipais de Santa Cruz das Flores e de Lajes das Flores, bem como com todas as Juntas de Freguesia da Ilha das Flores, no âmbito dos quais a AAIF deu início em 7 de maio de 2005 a um projeto social visando dar apoio a pessoas carenciadas que se desloquem da

Ilha das Flores à Ilha de São Miguel por motivos de saúde e que até ao final do ano de 2017 permitiu que aproximadamente duas mil pessoas pudessem usufruir gratuitamente das instalações da sede da AAIF em Ponta Delgada.

Diversas iniciativas de carácter cultural, de que são exemplos os Encontros Culturais regularmente promovidos pela AAIF, abordando vários temas de interesse quer para os seus associados quer para a restante comunidade.

A divulgação e preservação dos usos e costumes da Ilha das Flores, bem como dos seus saberes e sabores ancestrais, nomeadamente com a realização anual na cidade de Ponta Delgada das já muito afamadas Sopas do Espírito Santo à moda das Flores, confeccionadas por cozinheiros vindos propositadamente da Ilha das Flores, e também com a realização periódica de almoços e jantares temáticos de divulgação da gastronomia tradicional florentina.

Em 11 de setembro de 2009, a Associação Amigos da Ilha das Flores foi declarada associação de Utilidade Pública, assim considerada pelo Governo Regional dos Açores devido à sua laboriosa cooperação com a Administração Pública Regional e pela sua dedicação ao bem-estar da comunidade através da prestação de valorosos serviços de promoção social do interesse público.

Assim e face ao exposto, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PCP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um Voto de Congratulação à Associação Amigos da Ilha das Flores pelo seu décimo quinto aniversário.

Mais se propõe que deste voto seja dado conhecimento à Direção da Associação Amigos da Ilha das Flores (AAIF), às Câmaras e Assembleias Municipais de Santa Cruz das Flores e de Lajes das Flores, bem como a todas as Juntas de Freguesia da Ilha das Flores e ao Conselho de Ilha das Flores.

O Deputado do PCP Açores: João Paulo Corvelo

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD)**: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente o PSD associa-se a este Voto de Congratulação e quer registar o papel social e cultural que esta Associação tem tido em Ponta Delgada, acolhendo os florentinos que lá se deslocam, em casos de saúde, e também os que lá residem.

Tive o prazer e a honra de participar no primeiro encontro desta Associação, que deu origem posteriormente à sua fundação, e também não poderia esquecer uma palavra de congratulação para com todos os dirigentes da associação nestes 15 anos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS)**: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Naturalmente que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto.

Como aqui foi dito, é uma associação que tem uma relevância muito importante. Congrega um conjunto de florentinos que, por motivos vários, tiveram que se deslocar da Ilha das Flores e residem na Ilha de São Miguel. Presta efetivamente um papel de divulgação na manutenção dos costumes florentinos.

Permitam-me, no entanto, dizer, porque também participei no início da fundação desta Associação pelas funções que então exercia, que este voto omite aqui um fator que eu penso que é importante: é que o edifício que existe, onde a

Associação funciona, foi adquirido com apoios do Governo Regional e os protocolos celebrados são com as câmaras municipais para manutenção de um empréstimo que foi necessário contrair.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se à subida do Santa Clara à primeira divisão. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Moura.

Deputado Pedro Moura (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Subida do Santa Clara à 1.^a Divisão

A história açoriana regista ao longo dos seus anos inúmeros casos de sucesso desportivo em modalidades de prática individual ou coletiva. Estes casos fruto do talento dos praticantes, mas acima de tudo do trabalho de treino e de uma persistência notável, própria do nosso povo Açoriano, são regra geral motivo de orgulho para as nossas populações e até mesmo para as comunidades de Açorianos residentes por todo o mundo. Mais do que isso, acabam por constituir um meio de afirmação dos Açores autêntica injeção de auto estima que nos criam picos de felicidade que nos acabam por ajudar na vida do dia-a-dia, dando-nos mais alento e confiança e na procura dos nossos objetivos gerais

de vida. A subida, ou o regresso do Santa Clara à primeira divisão na época 2018/2019 é tudo isso, e prova que objetivos definidos com realidade, muito e dedicado trabalho, e a vontade de vencer aliada à resistência a fatores adversos e persistência que marca os Açorianos numa vida de séculos lutando pelo seu desenvolvimento e pela sua afirmação. E esta é uma das lições a tirar do sucesso da equipa Açoriana. A realização dos nossos sonhos e projetos depende muito de nós próprios, de estarmos preparados para lutar pela sua concretização contra adversidades que não vêm só do exterior, muitas até surgem por parte daqueles que esperaríamos ser nossos primeiros apoiantes, mas que por razões diversas ou até simplesmente por não acreditarem, faltam-nos com o seu apoio em momentos decisivos. O Santa Clara e os Açores ganharam nos campos de futebol o direito inquestionável de estarem na primeira divisão do futebol português, mas ainda lutam nos órgãos de justiça da liga e federação contra quem tenta impedir na prática essa subida. A nossa capacidade de luta e resistência está também aqui à prova, e os nossos votos e convicção é que mais uma batalha será ganha.

Os Açores estarão assim na próxima época desportiva nos escalões mais altos de várias modalidades coletivas e individuais. E que orgulho para os Açores termos chegado até aqui em modalidades tão diversas como o Futebol, o Basquetebol, o Voleibol, o Andebol, o Padle, a Ginástica, o Automobilismo, o Kickboxing, o Judo, o Ténis de Mesa as Corridas de Patins e muitas outras modalidades.

Não fizemos aqui uma lista de todas as modalidades em que nos destacamos, falamos de algumas para mostrar a diversidade do sucesso do desporto Açoriano em que o Santa Clara aparece agora como representante mais visível. Tudo isto tem sido possível pela política seguida na Região para apoiar o desporto e que tem duas vertentes: a componente desportiva propriamente dita

aliada à visibilidade da modalidade e seus praticantes, o chamado apoio da palavra Açores.

Pelos resultados alcançados pode-se dizer, que esta tem sido uma fórmula de apoio adequada, que tem sofrido e continuará a sofrer alguns ajustes necessários pela constante evolução e mudanças que se verificam na sociedade em geral e na prática desportiva em particular.

Com este regresso do Santa Clara o Desporto Açoriano e os Açores foram honrados. O mérito este deve-se todo ao Santa Clara à sua direção, aos seus jogadores à sua equipa técnica e aos seus adeptos.

Assim nos termos regimentais aplicáveis o Grupo Parlamentar o Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reunida em plenário a 15 de maio de 2018, emita este Voto de Congratulação pela subida do Santa Clara à 1.ª Divisão do Futebol Português.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Clube Desportivo Santa Clara, à SAD do Santa Clara e à Associação de Futebol de Ponta Delgada.

Tenho dito.

Horta, Sala das Sessões, 15 de maio de 2018.

Os Deputados: Pedro Moura, André Bradford e José Ávila

Deputados André Bradford e Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Julgo não haver. Vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação também se refere à subida do Clube Desportivo Santa Clara à 1.^a Liga do Futebol Nacional. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação pela subida do Clube Desportivo Santa Clara à I Liga do Futebol

No dia 6 de maio de 2018 voltou a fazer-se história no Estádio de São Miguel. Pela terceira vez nos seus quase 91 anos de história, o Clube Desportivo Santa Clara conseguiu ascender ao escalão maior do futebol nacional.

Após uma ausência de 15 anos, o clube regressa assim ao chamado “convívio dos grandes”, como é comum afirmar-se na gíria futebolística.

Trata-se do corolário de um trabalho dedicado e competente de toda a estrutura do clube, pois cada vitória é fruto do esforço de um coletivo.

A subida do Clube Desportivo Santa Clara à I Liga mostra que com trabalho, dedicação e o imprescindível talento se consegue estar entre os melhores.

Este é um feito que dignifica os Açores e contribui para a afirmação da imagem da nossa Região a nível nacional.

Estão, por isso, de parabéns a direção do Clube Desportivo Santa Clara e restantes órgãos sociais, a equipa técnica, os jogadores e demais colaboradores que trabalharam ao longo da época desportiva para alcançar este êxito.

Merecem ainda uma palavra especial de apreço os atletas açorianos que integram o plantel e toda a massa associativa do Clube Desportivo Santa Clara. É também com a aposta nos jogadores açorianos e o apoio crescente dos adeptos que se constrói a mística de um clube.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pela subida do Clube Desportivo Santa Clara à I Liga de futebol, do qual deve ser dado conhecimento aos corpos sociais do Santa Clara, à Associação de Futebol de Ponta Delgada, à Federação Portuguesa de Futebol e à Liga Portuguesa de Futebol Profissional.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 15 de maio de 2018

Os Deputados: Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, António Vasco Viveiros e Paulo Parece

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Não havendo vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se aos alunos do 2.º ciclo da Escola Básica e Secundária das Flores que se sagraram campeões da fase zonal B dos Jogos Desportivos Escolares 2018. É apresentado pelo PCP e tem a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

ALUNOS DO SEGUNDO CICLO DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DAS FLORES SAGRAM-SE CAMPEÕES DA FASE ZONAL B DOS JOGOS DESPORTIVOS ESCOLARES 2018

Entre dia 9 e 12 de maio, na Escola Básica Integrada de Ponta Garça foi disputada a fase zonal B dos Jogos Desportivos Escolares 2018 para alunos do segundo ciclo, integrando competições nas modalidades de patinagem, voleibol, futebol, basquetebol, ginástica e atletismo, tendo a Escola Básica e Secundária das Flores sido consagrada campeã, o que acontece pela primeira vez na longa história de participações desta Escola nas vinte e nove edições dos Jogos Desportivos Escolares.

Constituindo-se como um projeto de valor desportivo e pedagógico comprovado, os Jogos Desportivos Escolares potenciam uma maior aproximação e envolvimento da comunidade escolar às suas escolas, contribuindo para o desenvolvimento de um “espírito de Escola”, pois os alunos que passam por essa experiência reforçam a consciência de que estão a representar a sua escola, a sua comunidade escolar e, em certos casos, a sua própria Ilha.

Além dos aspetos relacionados com a atividade física desportiva, os Jogos Desportivos Escolares promovem também o envolvimento de outras áreas disciplinares no cumprimento de algumas tarefas transdisciplinares, como por exemplo a preparação das atividades artísticas a apresentar por cada comitiva.

Com intenção da formação integral do indivíduo, além de iniciativas de enriquecimento social, cultural e artístico, os alunos participantes nas fases zonais do segundo ciclo dos Jogos Desportivos Escolares 2018 tiveram também oportunidade de participar em sessões sobre violência no namoro, no âmbito da Campanha Regional de Prevenção de Violência no Namoro 2018.

Considerando que a prática desportiva contribui para o desenvolvimento das crianças, fornecendo-lhes ferramentas de aprendizagem para o conhecimento gradativo das diferentes regras e para a vivência do trabalho em coletivo baseado em valores como a cooperação, empatia, organização e comprometimento, então a prática desportiva em ambiente escolar pode e deve constituir uma alavanca que contribua de forma fundamental para a formação pessoal e social da criança e também do seu sucesso escolar.

Assim e face ao exposto, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PCP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um Voto de Congratulação aos alunos do segundo ciclo e professores da Escola Básica e Secundária das Flores que participaram nos Jogos Desportivos Escolares 2018.

Mais se propõe que deste voto seja dado conhecimento à Assembleia de Escola e à Comissão Executiva Provisória da Escola Básica e Secundária das Flores, aos alunos do segundo ciclo e professores da EBS das Flores que participaram na fase zonal B dos Jogos Desportivos Escolares 2018, às Câmaras e Assembleias Municipais de Santa Cruz das Flores e de Lajes das Flores e ao Conselho de Ilha das Flores.

O Deputado do PCP Açores: João Paulo Corvelo

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se a este Voto de Congratulação registando o esforço, o empenho e a dedicação de todos quantos ao longo destes anos têm permitido que as equipas dos Jogos Desportivos Escolares da Escola Básica das Flores

participem e com o corolário de este ano terem sido campeões da fase zonal B desses Jogos Desportivos Escolares.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se associa a este voto. Quer dar os parabéns pela vitória, não podendo esquecer todos aqueles que participam nos jogos e que não conseguem as vitórias. Há outras equipas, designadamente da escola, que têm participado com afinco e dedicação no espírito que são os Jogos Desportivos Escolares, que é de louvar a sua existência.

Muito obrigado.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se ao facto de os Açores terem sido eleitos entre os 10 destinos líderes mais sustentáveis do mundo e o melhor destino do atlântico. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

AÇORES ELEITOS ENTRE OS 10 DESTINOS LÍDERES MAIS SUSTENTÁVEIS DO MUNDO E O MELHOR DESTINO DO ATLÂNTICO

Os Açores foram eleitos no passado dia 7 de março, pela primeira vez, um dos 10 destinos mais sustentáveis do mundo e o melhor destino do Atlântico, distinção atribuída pela Green Destination e anunciada na feira de turismo ITB, em Berlim, uma das principais feiras de Turismo da Europa.

Os prémios contaram com a participação dos 100 destinos mais sustentáveis do mundo, nas categorias Melhor das Cidades, Comunidades & Cultura, Melhor da Natureza, Melhor destino à Beira Mar, ambiente & clima, e Melhores do Planeta, distribuídos por subcategorias.

De entre estas diversas categorias existentes, os Açores foram considerados o melhor Destino no Atlântico tendo ainda sido considerado, no final da cerimónia, como um dos 10 destinos mais sustentáveis do mundo.

Este reconhecimento junta-se assim à European Best Destination que considerou os Açores como um dos Destinos da Europa com paisagens mais bonitas, como um dos Destinos mais bonitos para a observação de cetáceos na Europa e pelo terceiro ano consecutivo no Top 100 de Destinos Sustentáveis do Mundo.

Os Açores, foram de igual modo, considerados Destino Qualitycoast de Platina do Mundo, onde a avaliação feita à candidatura elaborada revela que os Açores corresponderam a 96% dos critérios estabelecidos pela organização.

Essa pontuação permitiu que fosse entregue aos Açores a distinção Platina, que reconhece assim a elevada qualidade dos Açores em temas relacionados como,

por exemplo, a natureza e paisagem, ambiente e clima, cultura e tradição, bem-estar e hospitalidade, entre outros.

Estas distinções vêm reforçar o posicionamento dos Açores como um verdadeiro destino sustentável, distinções essas que orgulhosamente o Turismo dos Açores/ATA continuará a associar à promoção do destino.

Para dar continuidade a este percurso de destino sustentável, em dezembro de 2017 o Governo dos Açores anunciou que iria avançar com o processo de certificação dos Açores como destino sustentável, de acordo com os critérios do Global Sustainable Tourism Council, uma organização não-governamental que integra diversas entidades, entre as quais diversos organismos das Nações Unidas.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que deve ser dado um voto de congratulação a todas estas distinções, como forma de valorizar o trabalho desenvolvido por todas as entidades envolvidas neste processo.

Todas estas distinções devem servir de incentivo a todos os que trabalham diariamente na área do turismo e da sustentabilidade, sendo que só será possível atingir patamares ainda superiores com o empenho de todos os agentes, sejam eles públicos ou privados, sejam governantes, entidades, instituições e/ou empresários.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário do dia 18 de abril de 2018, emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto da Região Autónoma dos Açores ter sido eleita como um dos 10 destinos mais sustentáveis do mundo e o melhor Destino do Atlântico.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo, à Associação de Turismo dos Açores, à

Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores e à Câmara do Comércio e Indústria dos Açores.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 15 de maio de 2018.

Os Deputados: André Bradford, José Ávila e André Rodrigues

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD-Açores associa-se ao Voto de Congratulação pelo facto dos Açores terem sido eleitos um dos 10 destinos líderes mais sustentáveis do mundo e o melhor destino do Atlântico.

Trata-se de um reconhecimento que marca a nossa distinção como destino sustentável e de qualidade, seja pela nossa natureza, seja pelas nossas paisagens, pela nossa cultura, pelas nossas tradições ou mesmo pela nossa hospitalidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é também de Congratulação pelos 425 anos da Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

**Voto de Congratulação pelos 425 anos
da Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico**

“Eu el Rei faço saber aos que este alvará virem que por fazer mercê por esmola à confraria da misericórdia da Villa das Lages ilha do Pico ey por bem por mo assi enviarem pedir por sua petição o provedor e irmãos que ora são da dita confraria que elles e os que adiante nella forem gozem e usem de todos os privilégios e liberdades de que gozam e uzam por minhas provisões e dos Reis meus antecessores o provedor e irmãos da confraria da misericórdia da cidade d'Angra da ilha Terceira e ilha do Faial e isto naquellas cousas que se poderem aplicar à dita confraria da misericórdia da ilha do Pico somente e em quanto eu assi o ouver por bem e não mandar o contrário”. Este é o texto do Alvará régio datado de 14 de novembro de 1592 que institui a Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico.

A Misericórdia das Lajes do Pico é a mais antiga instituição da ilha do Pico. A sua atividade remonta à época do povoamento, trazida pelos primeiros habitantes que aqui se fixaram, nos remotos anos do século XV. Frei Diogo das Chagas, no livro "Espelho Cristalino" diz que encontrou, no ano de 1645, na ilha do Pico, treze paróquias e quinze ermidas e uma casa da Misericórdia na vila das Lajes e convento de frades na mesma vila fundado em 1641.

Aquando das erupções vulcânicas de 1718 e 1720, a Casa da Misericórdia encontrava-se em completa degradação, sendo então substituída, em cumprimento de um voto do povo, pela igreja da Misericórdia, um templo de duas naves que existiu no lado leste da Praça onde também se situava o edifício da Câmara Municipal, hoje Largo General Lacerda Machado.

Os seus primeiros estatutos escritos datam de 28 de dezembro de 1750, tendo sido estes assinados pelo provedor Pe. Mathias Cardoso Machado Bettencourt e pelos restantes vinte e um irmãos.

Ao longo dos anos a Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico, tem desempenhado um papel relevante na sociedade do concelho e da ilha do Pico, cumprindo com excelência as obras da misericórdia, ações caridosas pelas quais vamos em ajuda do próximo, nas suas necessidades corporais e espirituais.

Atualmente com cerca de duzentos utentes nos vários domínios assistenciais, os serviços são assegurados por um quadro de pessoal com mais de cinquenta funcionários, a Santa Casa da Misericórdia de Lajes do Pico assume-se como um alicerce fundamental e decisivo na concretização da Solidariedade Social que é desenvolvida no concelho e na Ilha. Visa num trabalho de esforço contínuo a satisfação das necessidades da comunidade, através da adequação e diversificação das respostas sociais de forma colaborativa e sustentada, pautando-o por princípios de qualidade, equidade e responsabilidade social, em prol da qualidade de vida e o bem-estar da população no concelho das Lajes do Pico.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD Açores propõe à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, um voto de louvor pelos 425 anos da Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua Mesa Administrativa e à Diocese de Angra.

Horta, Sala das Sessões, 15 de maio de 2018

Os Deputados: Duarte Freitas, Luís Maurício Jorge Jorge, Paulo Parece e Mónica Seidi

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Mário Tomé tem a palavra.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se naturalmente ao Voto de Congratulação reconhecendo e enaltecendo todo o trabalho desenvolvido em mais de quatro séculos pela Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico desempenhando naturalmente um papel fundamental na área social, no concelho das Lajes e na Ilha do Pico.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos então dentro de 15 minutos.

Eram 10 horas e 53 minutos.

(Após o intervalo a Deputada Bárbara Chaves foi substituída na Mesa pela Deputada Graça Silva)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 23 minutos.

Vamos continuar com a apresentação de votos. O próximo é de Congratulação pelo 20.º Aniversário do Teatro de Giz. É apresentado pelo PCP e tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

VIGÉSIMO ANIVERSÁRIO DO TEATRO DE GIZ

A Associação Cultural Teatro de Giz, criada no Faial por um grupo de pessoas empenhadas na revitalização cultural desta ilha, completa em 2018 vinte anos de atividade.

No profícuo percurso deste grupo de teatro amador, desde o inaugural espetáculo para crianças “Era uma vez um Dragão...”, em 1998, até à inauguração da exposição performativa “Arquivo”, no passado dia 24 de abril deste ano, integrada na festa de celebração destes 20 anos, sobressaem, entre outras, três características de grande valor: a criatividade, a qualidade e a persistência.

A criatividade e a qualidade das muitas dezenas de pessoas que, de uma forma mais ou menos fixa, estão ou foram passando pelo coletivo do Teatro de Giz, sempre puseram nas suas mais de quatro dezenas de produções e coproduções de teatro e outras artes de palco, dos mais diversos autores, géneros e escolas, com particular ênfase para o teatro contemporâneo.

A criatividade, a qualidade e a ambição necessárias para ultrapassar as fronteiras do Faial, não só levando essas mesmas produções teatrais e culturais a outras ilhas, ao continente e até a outros países da Europa, mas também

confrontando as fronteiras da Ilha com a experiência e a mundividência de uma panóplia de encenadores e criadores nacionais e estrangeiros de reconhecido mérito.

A criatividade, a qualidade e a visão necessárias para realizar um trabalho sistemático de formação teatral e de novos públicos culturais e de ligação à comunidade, abrindo sempre os processos criativos a todos os interessados e envolvendo um alargado número de pessoas em cada produção.

A criatividade, a qualidade e a disponibilidade que o Teatro de Giz sempre demonstrou ter para trabalhar com outros agentes culturais e com as várias instituições faialenses, emprestando o seu conhecimento, a sua experiência e a sua melhor energia criativa aos diversos projetos em que foi chamado a envolver-se.

Por fim, a persistência. A persistência que vem da inquietação e da certeza de quem sabe que a cultura e a arte são bens essenciais ao desenvolvimento humano, mas também a persistência que vem do compromisso com a sociedade faialense e com o seu crescimento intelectual e imaterial. A persistência que fez com que o Teatro de Giz sempre tenha estado com os faialenses ao longo destes 20 anos e tenha sempre conseguido construir as dinâmicas necessárias para congregar pessoas, antigas e novas, e para ressurgir dos momentos menos bons, transformando-se a cada reaparição.

O inegável mérito do trabalho do Teatro de Giz – que, tanto pela sua qualidade e diversidade, como pela sua longevidade, é aliás um caso raro nos Açores – foi já por diversas vezes reconhecido, quer pela Região, ao atribuir à associação o estatuto de Utilidade Pública, em 2015, quer pelo Município da Horta, ao distinguir a associação com a Medalha de Honra do Município da Horta, em 2008.

Os aplausos do inúmero público, ao longo destes 20 anos, serão certamente para o Teatro de Giz a mais saborosa retribuição pelo trabalho desenvolvido – sendo

que esse testemunho de apreço dos faialenses foi muito eloquente no espetáculo com que o grupo brindou a população da Ilha do Faial, no passado dia 24 de abril, para celebrar o seu vigésimo aniversário, e que encheu, literalmente, o Teatro Faialense.

Assim e face ao exposto, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PCP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um Voto de Congratulação à Associação Cultural Teatro de Giz pelo seu vigésimo aniversário.

Mais se propõe que deste voto seja dado conhecimento à Direção da Associação Cultural Teatro de Giz, à Câmara e Assembleia Municipal da Horta, ao Conselho de Ilha do Faial e à Direção Regional da Cultura.

O Deputado do PCP Açores: João Paulo Corvelo

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Informo que o PCP esgotou o seu tempo para o PTAP de hoje.

Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado Carlos Ferreira tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD Açores associa-se a este voto reconhecendo o excelente trabalho artístico do Teatro de Giz e o seu contributo para a cultura da Ilha do Faial e dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista naturalmente se associa a este Voto de Congratulação apresentado pela Representação Parlamentar do PCP, felicitando a Associação Cultural Teatro de Giz pelos seus 20 anos de atividade ao serviço da cultura do Faial e da Região Autónoma dos Açores.

O Teatro de Giz tem, de facto, prestado um inegável contributo para a diversificação das atividades culturais congregando pessoas, imprimindo dinâmicas inovadoras que a todos tem beneficiado, em particular à comunidade faialense.

Para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista esse trabalho e essa dinâmica, associados ao Teatro de Giz, deve ser reconhecido e valorizado e por esse motivo associamo-nos naturalmente a este Voto de Congratulação.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se ao facto de o Geoparque Açores ter revalidado a chancela de Geoparque Mundial da Unesco. É apresentado pelo PS. Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO
Geoparque Açores revalida chancela de
Geoparque Mundial da UNESCO

No início deste ano, a Comissão Nacional da UNESCO atribuiu “Cartão Verde” para a revalidação da classificação do Geoparque Açores como Geoparque Mundial da Unesco para o quadriénio 2018-2021.

Esta certificação, revista de 4 em 4 anos, é realizada por avaliadores do Programa Internacional de Geociências e Geoparques da UNESCO, em que, no decorrer da 2.^a Sessão do Conselho de Geoparques Mundiais da UNESCO, realizada na China no final do ano passado, decidiram por unanimidade, atribuir aos Açores a renovação da classificação como Geoparque Mundial da UNESCO até 2021 e que permite a inclusão da Região na Rede Global de Geoparques.

Sob o lema “9 ilhas, 1 Geoparque”, a Associação de GEOAÇORES, procede à gestão do Geoparque Açores, constituído por uma rede de geossítios, dispersos pelas nove ilhas dos Açores e zona marinha envolvente, que garante a representatividade da geodiversidade que caracteriza o território açoriano, traduzindo a história geológica e eruptiva dos Açores, com a definição de estratégias de conservação e promoção e baseada numa estrutura de gestão descentralizada.

Refira-se que o Geoparque Açores, privilegia ainda outros valores patrimoniais, como a biodiversidade e património arquitetónico, cultural, etnográfico e imaterial da Região.

Para a integração o Geoparque Açores na Rede Global de Geoparques e a manutenção da classificação como Geoparque Mundial da UNESCO, foi necessário os Açores manterem, desde há 4 anos a esta parte, uma boa política em termos de educação e sensibilização ambiental, a promoção de atividades ligadas à geologia e ao vulcanismo, a tomada de medidas associadas às alterações climáticas, o desenvolvimento de estudos científicos ao nível das ciências da terra, a realização de atividades culturais que envolvam as

comunidades, ações em termos de igualdade de género, geoconservação, só para referir alguns.

Em Portugal existem, integrados na lista de Geoparques Mundiais da Unesco, quatro Geoparques, sendo que os Açores é o único constituído por ilhas e em território descontínuo, o que confere singularidade ao mesmo.

Aquando da atribuição da revalidação da classificação, foram registadas igualmente a necessidade de se realizarem algumas melhorias, nomeadamente ao nível da integração de estruturas como museus e centros de interpretação, assim como melhorias em termos de integração de valorização que é feita dos produtos locais e que poderão conferir uma maior visibilidade da designação de “Geoparque Mundial da Unesco”.

E, para o Partido Socialista, é este que deve ser o caminho: integração, sustentabilidade ambiental e valorização dos nossos produtos artesanais e agrícolas, da nossa cultura, sem esquecer os fatores ambientais em presença.

Esta classificação, vem reconhecer todo o trabalho deste Associação e colaboradores do Geoparque Açores, assim como a sua importância em termos ambientais e ao nível do geoturismo, cada vez mais uma realidade nos Açores.

Assim sendo, nos termos Regimentais e Estatutários aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação de um **Voto de Congratulação** à Associação GEOAÇORES, pela revalidação do Geoparque Açores com a classificação de Geoparque Mundial da UNESCO para o quadriénio 2018-2021 e que do presente Voto seja dado conhecimento aos corpos sociais da Associação GEOAÇORES e aos respetivos serviços descentralizados.

Horta, Sala das Sessões, 15 de maio de 2018

Os Deputados: Bárbara Chaves, André Bradford, José Ávila, João Vasco Costa

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições? Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD Açores associa-se ao Voto de Congratulação ao Geoparque dos Açores pela revalidação da sua chancela de Geoparque Mundial da Unesco.

Esta chancela dá nota das nossas singularidades ao nível da geodiversidade que traduzem, em parte, a nossa história e a nossa riqueza e que tem merecido reconhecimento pelas estratégias ao nível da divulgação e da conservação do nosso património.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se ao 3.º Centenário da Fundação da Confraria de Nossa Senhora da Conceição e ao 30.º Aniversário da elevação a Santuário. É apresentado pelo PS. Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Quinto.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

**3.º centenário da fundação da Confraria de Nossa Senhora da Conceição e
30.º aniversário da elevação a Santuário**

A Confraria de Nossa Senhora da Conceição foi fundada a 6 de dezembro de 1717, em Angra do Heroísmo, sendo a mais antiga das quatro confrarias que existiram nesta comunidade.

Dedicada ao culto, à beneficiência e à penitência, a Confraria de Nossa Senhora da Conceição manteve-se ativa até ao início do século XX. Todavia, as convulsões políticas e sociais que se fizeram sentir por essa altura, terão tido, certamente, influência na inatividade que se seguiu e que perdurou até ao começo do século XXI.

Aproveitando as comemorações dos 450 anos da criação da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, que ocorreu a 26 de março de 1553 por ordem de D. João III ao Bispo D. Jorge Santiago, o atual pároco e reitor do Santuário, Pe. Francisco Dolores Monteiro Borges de Medeiros, e um grupo de paroquianos resolveram reativá-la e, a 8 de dezembro de 2003, a Confraria foi reinstalada.

Hoje, pujante, com um número de confrades e confreriras a rondar as duas centenas, a Confraria está ativamente envolvida em toda a vida religiosa da Igreja, que foi elevada a Santuário há 30 anos, a 8 de dezembro de 1987, por D. Aurélio Granada Escudeiro, por ocasião do Ano Especial Mariano.

A Confraria de Nossa Senhora da Conceição marca presença em todas as Obras e Movimentos da Paróquia, tomando iniciativas e dinamizações que promovem e incentivam o culto à Virgem Santa Maria no Santuário, dando, também, especial atenção à formação dos seus membros.

Virada para a espiritualidade, não descarta o temporal, tendo chamado a si a recuperação do valioso património do Santuário e tomado a liderança do processo de restauro de todas as numerosas pinturas da igreja, inicialmente construída entre os anos de 1460 e 1474, por iniciativa de Álvaro Martins Homem. Este investimento, superior a 240.0000,00 euros, já foi dado por concluído e teve o apoio do Governo Regional.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de maio de 2018, a aprovação de um Voto de Congratulação à Confraria de Nossa Senhora da Conceição pelo 3.º centenário da sua fundação e pelo 30.º aniversário do Santuário, que tanto contribuem para o crescimento pessoal e espiritual dos cristãos da Cidade Património da Humanidade e da Diocese de Angra.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Confraria de Nossa Senhora da Conceição, ao Reitor do Santuário de Nossa Senhora da Conceição e à Diocese de Angra.

Horta, Sala das Sessões, 15 de maio de 2018.

Os Deputados: André Bradford, Maria Isabel Quinto, Domingos Cunha, Mónica Rocha, António Toste e José Ávila

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado César Toste tem a palavra.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Haja saúde a todos!

O PSD Açores associa-se a este voto do terceiro centenário da fundação da Confraria de Nossa Senhora da Conceição e ao 30.º aniversário da elevação a Santuário, ressaltando a situação do inúmero trabalho que tem sido feito relativamente à recuperação daquele património, que é o Santuário de Nossa Senhora da Conceição.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se à atribuição de Bandeira Azul à embarcação da empresa Mantamaria. É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Bandeira Azul atribuído a embarcação da empresa Mantamaria

No passado dia 27 de abril, a Associação Bandeira Azul atribuiu, pela primeira vez nos Açores, o galardão Bandeira Azul à Embarcação de Ecoturismo “Badejo”, pertencente à empresa Mantamaria Dive Center, sediada na Ilha de Santa Maria, tendo como proprietário o senhor Jorge Botelho.

Sob o lema “Mar que Respiramos”, o Mantamaria Dive Center, com cerca de 10 anos de existência, candidatou, este ano, uma das suas 5 embarcações, ao galardão Bandeira Azul da Europa, na categoria de Embarcações de Ecoturismo, tendo a Associação Bandeira Azul reconhecido o mérito e atribuído essa distinção à embarcação.

Refira-se que podem candidatar-se à Bandeira Azul para Operadores de Embarcações de Ecoturismo, todos os operadores de embarcações de ecoturismo que se identifiquem com políticas sustentáveis, envolvendo quer clientes como funcionários, e que desenvolvam ações de educação ambiental e proteção do ambiente marinho e costeiro, sendo que deverão cumprir

determinados critérios ao nível da Gestão Ambiental, Educação Ambiental e Informação, Segurança e Serviços, Responsabilidade Social e Atividade Responsável perante a Vida Selvagem, destinando-se em concreto a embarcações que procedam a atividades ligadas à Observação de Aves, de Mergulho com Jaula, de Mergulho Recreativo, de Pesca Recreativa, de Observação de Focas e de Observação de Cetáceos.

Desde há muito que a empresa Mantamaria desenvolve ações ligadas à sustentabilidade marinha, colaborando com entidades governamentais em ações de gestão das áreas marinhas protegidas de Santa Maria, assim como desenvolvendo atividades ligadas à responsabilidade social da empresa, onde se destacam os batismos de mergulho para pessoas com mobilidade reduzida, que realizam deste 2016, após obtenção de formação específica para o efeito. Até à data foram 35 as pessoas com mobilidade reduzida ou necessidades especiais que realizaram batismos de mergulho. Também nesse âmbito, a empresa recebe clientes com mobilidade reduzida, tendo esse número aumentado ao longo dos anos.

Até à data, a empresa já participou em 38 feiras de turismo e atividades marítimo-turísticas na Europa, levando o nome de Santa Maria e dos Açores a países como Espanha, Holanda, França, Alemanha e Reino Unido.

Realça-se o facto da empresa ter sido, em conjunto com a Associação dos Amigos do Mar de Santa Maria e apoio municipal, impulsionadora e contribuído com a realização das filmagens do projeto “Minimantas de Santa Maria”, em que através de um filme de realidade virtual, é hoje possível a qualquer pessoa, através de uns óculos especiais, mergulhar na Baixa do Ambrósio, conhecer as maravilhas do Santuário de Jamantas, deliciar-se com o bailar das Mantas e apreciar a fervorosa vida marinha que esta pequena áreas marinha protegida tem para oferecer a todos os que nela mergulhem. Refira-se que o filme foi apresentado em África do Sul, tendo o mesmo tido o mérito de

fazer com que esta espécie adquirisse um estatuto de proteção que lhe permite hoje ter uma melhor conservação.

Durante todo o período de vigência do galardão Bandeira Azul 2018, a empresa deverá proceder a um conjunto de iniciativas em termos de educação ambiental, envolvendo a comunidade e as entidades locais, de forma a contribuir para uma maior consciencialização ambiental da comunidade.

Nos Açores, esta foi a primeira embarcação a ser galardoada com uma Bandeira Azul, num total de 7 em todo o País, considerando por isso o Partido Socialista, que o presente voto para além de realçar a conquista do galardão Bandeira Azul, pretende servir de motivação para todas as empresas dos Açores no desenvolvimento de boas práticas ambientais, de forma a que os padrões de qualidade ambiental continuem a ser uma realidade na Região e que se continue a merecer reconhecimento internacional em termos ambientais.

Assim sendo, nos termos Regimentais e Estatutários aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação de um **Voto de Congratulação** à empresa Mantamaria Dive Center, pela conquista do galardão de Bandeira Azul 2018, na categoria de Embarcações de Ecoturismo, para a embarcação “Badejo”, sendo a primeira vez que essa distinção é atribuída a embarcações dos Açores.

Que do presente Voto seja dado conhecimento à empresa Mantamaria Dive Center, à Associação de Operadores de Mergulho dos Açores e à Associação dos Amigos do Mar de Santa Maria.

Horta, Sala das Sessões, 15 de maio de 2018

Os Deputados: Bárbara Chaves, João Vasco Costa, André Bradford e José Ávila

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Parece.

(*) **Deputado Paulo Parece (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este Voto de Congratulação pela atribuição do galardão da bandeira azul à embarcação de Ecoturismo “Badejo” da empresa Mantamaria.

De facto, a atividade das empresas marítimo turísticas na Ilha de Santa Maria tem vindo a crescer nos últimos anos, sendo uma das atividades que mais tem projetado e promovido o nome de Santa Maria além fronteiras e ao mesmo tempo a responsável pela vinda de milhares de amantes da natureza, nomeadamente de mergulho, que têm em Santa Maria condições únicas no contexto açoriano.

Está por isso de parabéns a empresa Mantamaria que ao longo dos últimos anos tem inovado servindo de incentivo a todos os que fazem do mar e das suas riquezas o meio de divulgar o que melhor temos.

Obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se aos campeões de Portugal e da Europa em Jet-Ski. É apresentado pelo PS. Tem a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Campeões de Portugal e da Europa Jetski

No dia 1 de abril os atletas Gonçalo Rodrigues e Vitorino Rodrigues conquistaram, e em dupla, o título de campeões de Portugal e da Europa na classe Endurance, na cidade de Portimão.

Este feito representou por parte dos desportistas em prova deste tipo, uma estreia coroada com uma prestigiosa representação dos Açores.

Gonçalo Oliveira Rodrigues, atleta com 17 anos do Clube Náutico da Lagoa, participou em diferentes campeonatos nacionais e internacionais. No ano de 2017, ao nível internacional sagrou-se campeão Ibérico na classe ski GP3 tendo obtido o 7.º lugar da geral do Campeonato do Mundo de Jetski e o 3.º lugar da geral do Campeonato Europeu de Jetski; ao nível nacional foi campeão Nacional de Slalom em Ski GP3.

Vitorino Tavares Rodrigues, atleta com 14 anos e do Clube Naval de Ponta Delgada, possui diversas participações regionais, nacionais e internacionais. No ano de 2017 ao nível internacional foi vice-Campeão do Mundo UIM-Aquabike 2017 Ski – Júnior; conquistou o 3º Lugar (Medalha Bronze) Campeonato Europa UIM-Aquabike 2017 Ski – Júnior e foi Campeão Ibérico 2017 Ski – Júnior; no âmbito nacional foi Campeão Nacional 2017 Ski- Júnior e conquistou o 3.º Lugar (Medalha Bronze) Slalom Nacional 2017 Ski GP3; e por fim ao nível regional foi Campeão Regional Açores 2017 Ski- Júnior e Campeonato Regional Norte 2017 Ski.

Estes atletas, tais como outros bons exemplos, prestigiam o nome dos Açores e dignificam os jovens açorianos que são um dos motores da dinâmica do

desporto açoriano. E aqui hoje, com este Voto de Congratulação, também os saudamos.

As suas vitórias e os seus momentos de consagração, são vitórias e momentos, também, do povo Açoriano e uma mais-valia para a promoção dos Açores.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores emita um voto de congratulação aos desportistas Gonçalo Rodrigues e Vitorino Rodrigues.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento aos desportistas e ao Clube Naval de Ponta Delgada e Clube Náutico da Lagoa.

Horta, Sala das sessões, 15 de maio de 2018

Os Deputados: Sónia Nicolau, André Bradford e José Ávila

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD Açores associa-se ao presente voto felicitando o Gonçalo e o Vitorino Rodrigues, bem como os respetivos clubes, o Clube Náutico da Lagoa e o Clube Naval de Ponta Delgada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é uma congratulação ao Museu dos Baleeiros pelo recente prémio Portugal cinco estrelas. É apresentado pelo PS. Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

Deputado Mário Tomé (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

“Museu dos Baleeiros: santuário da cultura da baleação”

O Museu dos Baleeiros foi recentemente galardoado com o prémio "Portugal Cinco Estrelas".

Este é um reconhecimento dado por votação online a um dos polos do Museu do Pico, tornando-se o mesmo, assim, numa das 79 marcas exclusivamente portuguesas e ícones de referência nacional que para 2018 foram considerados pelos consumidores portugueses como realmente Cinco Estrelas, ou seja, o Museu dos Baleeiros da Ilha do Pico é efetivamente o melhor museu de Portugal.

O galardão pretende reconhecer as empresas que se diferenciam ao nível regional, mas também, identificar o que de melhor existe no país ao nível dos recursos naturais, gastronómicos, vitivinícolas, arte, cultura, monumentos, património, aldeias e vilas.

O galardão agora recebido é o cimentar da posição do museu mais importante e singular da cultura açoriana no panorama nacional, sendo também, o museu mais visitado dos Açores e contando com mais de 34.000 visitas só em 2017.

Apesar da sua expressão insular, a baleação estacional/sedentária e artesanal desenvolveu-se significativamente na Ilha do Pico, onde existe uma cultura material e imaterial relevante.

Neste contexto, as Lajes do Pico – paradigma do imaginário baleeiro regional – tem vindo, ao longo do tempo, a cultivar os valores e as memórias da baleação, materializados na Semana dos Baleeiros (Festa de Nossa Senhora de Lurdes) e no incontornável Museu dos Baleeiros.

O Museu dos Baleeiros deverá ser considerado como a centralidade de todo o complexo baleeiro insular, fulcro e eixo irradiador de percursos explicativos do referido complexo, a partir dos diferentes elementos patrimoniais, conservados nos contextos que lhes deram existência.

Particular realce é, pois, atribuído à ilha do Pico, justamente a mais representativa de todo o complexo baleeiro regional.

Este museu, o único de Portugal especializado na temática baleeira e amplamente o mais procurado e visitado dos Açores.

É, por direito próprio, uma referência incontornável no panorama museal da Região e do país. Em complementaridade com o Museu da Indústria Baleeira em São Roque do Pico, o Museu dos Baleeiros assume-se como a única estrutura museológica dos Açores com potencial para se tornar um espaço privilegiado de explicação global da baleação açoriana.

A ideia de criar na ilha um museu temático que fosse capaz de perpetuar a memória baleeira e dinamizar o turismo local surge nos finais dos anos 60, princípios dos anos 70.

Em 1971 a Comissão Regional de Turismo da Horta nomeou a “Comissão Organizadora do Museu da Baleia”, constituída por Manuel Moniz Bettencourt, Hélder Manuel Pereira Dinis e Manuel Brum Luís.

Em 1977 realizou-se o contrato de arrendamento das três antigas casas dos botes baleeiros, no cais das Lajes do Pico, tendo em vista a instalação do museu, que passa a ser designado como “Museu dos Baleeiros”.

Ainda no mesmo ano a Direção Regional dos Assuntos Culturais nomeou a “Comissão Instaladora do Museu dos Baleeiros” - Hélder Manuel Pereira Dinis, António Manuel Garcia Machado e Francisco Joaquim Machado.

Em 1979 é inaugurada a primeira exposição – “Dados de Informação Baleeira”, na Biblioteca Municipal, atual Junta de Freguesia das Lajes do Pico.

Em 1986 iniciou-se o projeto de adaptação, restauro e reabilitação das antigas casas dos botes, da autoria do Arqt.º Paulo Gouveia.

Este projeto recebeu, em 1993, uma menção honrosa da Associação dos Arquitetos Portugueses e da Secretaria de Estado da Cultura – “Prémios Nacionais de Arquitetura”.

O Museu dos Baleeiros é inaugurado a 28 de agosto de 1988, sendo candidato ao Prémio Museu Europeu do Ano em 1991.

O edifício do museu, cuja área coberta ronda os 2000m², é constituído por: um conjunto de três Casas de Botes Baleeiros do séc. XIX, complementado por uma tenda de ferreiro, anexa, integrada num novo corpo edificado – fortemente marcado por uma arquitetura de inspiração baleeira norte-americana – que alberga um arquivo e uma biblioteca especializada na temática baleeira; uma área, destinada à receção e loja de vendas, à Galeria de Exposições Temporárias, aos Serviços Educativos, ao Arquivo Fotográfico, à Direção e aos Serviços Técnicos e Administrativos; um Auditório modernamente equipado.

A área pública do museu é ocupada por cinco núcleos de exposição permanente:

- 1.º – o bote baleeiro açoriano;
- 2.º – a tenda de ferreiro;
- 3.º – o baleeiro em terra;
- 4.º – a construção do bote baleeiro açoriano;
- 5.º – a arte baleeira (scrimshaw).

O Museu dos Baleeiros é, por tudo isto, uma homenagem a todos os baleeiros açorianos; nas palavras do poeta Almeida Firmino, “heróis sem nome com um pé em terra e outro no mar”.

Assim ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um voto de congratulação ao Museu dos Baleiros pelo recente prémio "Portugal Cinco Estrelas" na categoria de museus. Desse voto deve ser dado o conhecimento ao Diretor do Museu do Pico, à Secretaria Regional de Educação e Cultura e à Câmara e Assembleia Municipal das Lajes do Pico.

Disse.

Horta, Sala de Sessões, 15 de maio de 2018.

Os Deputados: André Bradford, Mário Tomé, Miguel Costa e José Ávila

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado Jorge Jorge tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se a este voto, a este prémio atribuído a este Museu da excelência que perpetua a cultura baleeira nas Lajes do Pico, na Ilha do Pico e dos Açores, uma cultura que marcou de forma indelével todo o século XX, praticamente todo o século XX, da Ilha do Pico, das Lajes do Pico.

Recordo aqui só uma passagem de Raúl Brandão, «As Ilhas Desconhecidas», em que ele muito incomodado, digamos assim, pelo cheiro da baleia, perguntava às pessoas “mas isto não vos incomoda?”, e eles diziam “não, cheira sempre bem, cheira-nos a dinheiro”.

Portanto, é uma cultura que marcou de forma bastante vincada toda a população do concelho das Lajes do Pico, que este museu que começou a ser preparado e pensado há quase 50 anos, hoje perpetua com a excelência que se reconhece.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

(Neste momento a Deputada Bárbara Chaves ocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: O próximo Voto é de Congratulação ao Graciosa Futebol Clube. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

O Graciosa Futebol Clube, com sede em Santa Cruz da Graciosa, foi fundado em 1939, por Frederico Cabeceiras, Frederico Cardoso, Tenente Mesquita, Juvenal Martins, entre outros.

Em setembro de 1972 filia-se na Associação de Futebol de Angra do Heroísmo e a partir daí tem marcado presença regular nas provas federativas.

Durante muitos anos este clube apostou, por opção, na formação de atletas, primeiro sob a orientação do professor Manuel Mendonça e, mais recentemente, com Pedro Gil, com claros benefícios para o próprio clube como para outros, quer da ilha, quer mesmo de fora da ilha.

Regista no seu palmarés um conjunto de vitórias nas provas ao nível interno, quer Torneios de Abertura, Taças de Ilha ou Campeonatos e, por isso, foi

representante da ilha em diversos apuramentos de Campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, tendo representado as ilhas Terceira, S. Jorge e Graciosa, área de jurisdição daquela entidade, por duas vezes na Taça de Portugal e ainda tendo sido finalista da Taça Açores outras tantas vezes.

Mas nada que se compare com o feito conquistado no passado sábado. O Graciosa Futebol Clube sagrou-se campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo e, por conseguinte, conquistou o direito de participar na época desportiva 2018/2019 no Campeonato de Futebol dos Açores, juntando-se, assim, ao Sport Clube Marítimo e ao Sporting Clube de Guadalupe.

O Graciosa Futebol Clube mudou a sua história, com Manuel Henrique Andrade na presidência da Assembleia Geral, Ilberto Silva no Conselho Fiscal e uma Direção constituída por Pedro Andrade, seu Presidente, André Silva, Secretário, e João Avelar, Tesoureiro, líderes de uma vasta equipa de outros jovens diretores que tudo deram para atingirem o objetivo a que se propuseram no início do seu mandato.

Pedro Gil, técnico principal, coadjuvado por Carlos Picanço e Manuel Bruno Pacheco, apoiados pelos diretores desportivos Duarte Correia e Luís Correia, são, de facto, em conjunto com todos os atletas do clube, responsáveis pelo virar de página da história do clube que conta com 78 anos de vida.

Não é demais recordar que a Ilha Graciosa, segundo os censos de 2011, tem uma população residente de apenas 4.391 pessoas, fator que cria grandes dificuldades no recrutamento de atletas, mas, mesmo assim, tem 5 clubes de futebol ativos, registando uma taxa absoluta de participação desportiva ligeiramente acima da média regional e com mais de metade dos jovens dos 8 aos 18 anos a praticar desporto federado, cerca de 2 pontos acima da média regional.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia Legislativa da Região

Autónoma dos Açores, reunida na sessão plenária de maio, aprove o seguinte Voto de Congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto do Graciosa Futebol Clube, presidido por Pedro Andrade e orientado por Pedro Gil, ter-se sagrado Campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, na época 2017/2018, e ter conquistado o direito de participar no Campeonato de Futebol dos Açores na época 2018/2019.

Esta congratulação é extensiva a todos os atletas, equipa técnica, dirigentes, sócios e simpatizantes.”

Além do próprio Graciosa Futebol Clube, deve ser dado conhecimento deste voto à Junta de Freguesia de Santa Cruz da Graciosa, à Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa, Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa e Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

Horta, Sala das Sessões, 15 de maio de 2018.

Os Deputados: José Ávila, André Bradford, Ricardo Ramalho e Manuel Ramos
Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente, com gosto, o Partido Social Democrata associa-se a este voto. Aliás, não escandalizaria ninguém se pudéssemos apresentar mais votos em conjunto, quando são comuns, que a todos unem e na generalidade eles geram a unanimidade desta Assembleia. Se calhar até nos ficava melhor apresentarmos este tipo de votos em conjunto.

Mas associamo-nos com muito gosto a este voto apresentado pelo Partido Socialista, não sem antes também fazer uma declaração de interesses: eu sou sócio do Graciosa Futebol Clube, sou naturalmente adepto e simpatizante daquela coletividade e, por isso também, aqui a minha declaração de interesses relativamente à minha satisfação por este feito, felicitando assim todos os atletas, treinadores, equipa técnica, dirigentes e sócios do Graciosa Futebol Clube, por a conquista, uma conquista que ambicionavam há largos anos, que procuravam há muito tempo poder concretizar e que concretizam, por assim dizer, com prata da Casa, com os seus jovens, jovens ali formados, com outros atletas é certo, mas com muitos graciosenses a dar o seu melhor na prática desportiva.

Não posso deixar também de lembrar aqui, e de felicitar o clube por isso, aqueles que ao longo dos últimos 78 anos mantiveram aquele clube a funcionar com ambição, com larga tradição no desporto graciosense e que já não se encontram entre nós, alguns, saudosamente recordados também neste tempo e nesta conquista.

Este é um feito que muitos dos atletas do Graciosa Futebol Clube classificaram de “contra tudo e contra todos” e é essa coragem, essa abnegação, essa entrega, essa vontade de vencer e esse não derrotismo perante as dificuldades que também queremos salientar.

Fica um recado: com o facto de termos agora três equipas da Ilha Graciosa no campeonato de Portugal, Série Açores, três equipas seniores de futebol nesta modalidade, provavelmente iremos precisar de mais voos ao fim-de-semana.

Fica o reparo para isso.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se aos 450 anos da elevação da Ribeirinha a freguesia. É apresentado pelo PS. Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Quinto.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

450 anos da elevação da Ribeirinha a freguesia

Por carta régia de El-Rei D. Sebastião I, datada de 30 de julho de 1568, o até então curato da Ribeirinha, que estava sob a alçada da paróquia da Vila de São Sebastião, na Ilha Terceira, surge pela primeira vez como freguesia independente.

Situada na costa sul da ilha, entre a Ponta da Mina e o Monte Brasil, a cerca de 4,4 km de Angra do Heroísmo, a freguesia da Ribeirinha tem aproximadamente 7,90 km² de área e é limitada a norte pela freguesia do Porto Judeu, a sul pela orla marítima, a oeste por São Bento e a leste pela freguesia da Feteira.

Não se sabe ao certo a origem do nome Ribeirinha, mas tudo leva a crer que se deve à pequena ribeira que atravessa a freguesia e onde se situa a Fonte da Furna de Água, ou Poça, como é mais conhecida.

Também não existem documentos históricos sobre os primórdios da Ribeirinha, mas é de crer que se deva ao flamengo Ferdinand Van Olm ou Fernão Dulmo, um dos primeiros povoadores da segunda viagem com colonos à Ilha Terceira e

a quem foram dadas terras que iam desde a Serra da Ribeirinha até à Feteira, tendo, juntamente com os colonos que o acompanharam, formado ali um povoado.

Foi da freguesia da Ribeirinha que, a 27 de março de 1641, liderada pelo Capitão Manuel Jacques de Oliveira, saiu uma companhia que atacou a fortaleza de São Sebastião, tomou-a de assalto e aprisionou o capitão castelhano que a comandava. Manuel Jacques de Oliveira governou a fortaleza por algum tempo, tendo-lhe sucedido Luís Cardoso Machado, que a recebeu por mercê régia.

A Ribeirinha, que foi a primeira freguesia rural terceirense a beneficiar de eletrificação, é terra de gente empreendedora, estando a população ativa empenhada em diversas atividades, sendo a agropecuária a principal. De solos férteis, devido à abundância de água, sobejam o trigo e o milho, para além de inúmeras cabeças de gado. As explorações pecuárias predominantemente de gado bovino são de grande tradição na freguesia.

O setor dos serviços também abarca uma grossa fatia da população ativa que se desloca e trabalha na Cidade Património Mundial, não esquecendo outras atividades como a carpintaria, construção civil e restauração de mobiliário, tendo-se desenvolvido, também, outras vertentes de comércio, que vão de minimercados, lojas de roupa, de cutelarias e utilidades, a combustíveis, snack-bares, etc..

Na freguesia da Ribeirinha, que celebra o seu dia a 1 de maio, os usos, costumes e tradições regionais estão presentes ao longo do ano, indo do Carnaval às Festas do Divino Espírito Santo, incluindo a tradicional matança e as touradas à corda.

Rica em património natural, com especial relevância para a Serra da Ribeirinha, os seus miradouros, a sua zona de lazer e a Poça, a freguesia tem igual valor cultural e arquitetónico, de que são exemplo a Igreja Paroquial de São Pedro da

Ribeirinha e o seu museu, as ermidas, os impérios do Espírito Santo, o Museu Etnográfico da Ribeirinha, chafarizes e fortes, entre outros.

A freguesia que agora celebra os seus 450 anos conta com diversas instituições socioculturais, como escolas, filarmónicas, grupo folclórico etnográfico, associações desportivas, grupo de teatro, escuteiros, Casa do Povo, Centro Recreativo e centros sociais ou de convívio, assegurando, assim, a qualidade de vida da sua população e impondo-se como uma das localidades mais relevantes do concelho e da ilha, transpondo para a realidade os versos do seu hino, segundo o qual “És a terra onde a Ilha sente/O futuro surgir confiante!”

Pelo atrás exposto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de maio de 2018, a aprovação de um Voto de Congratulação à Ribeirinha pela sua elevação a freguesia há 450 anos.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha, José Fraga Machado, e restantes membros, bem como à Assembleia de Freguesia e Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Horta, Sala das Sessões, 15 de maio de 2018

Os Deputados: Maria Isabel Quinto, André Bradford, António Toste, Domingos Cunha, Francisco Coelho e Mónica Seidi

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado César Toste tem agora a palavra.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se a este voto congratulando os 450 anos da elevação da Ribeirinha a freguesia.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto é de Saudação pelo Ano Europeu do Património Cultural. É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Susana Costa.

Deputada Susana Costa (PS): Exma. Senhora Presidente, Exmos./as. Senhoras e Senhores Deputados, Exmos. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

ANO EUROPEU DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Quando, em maio de 2017, o Parlamento Europeu decidiu celebrar o Património Cultural da Europa no ano seguinte, o seu objetivo era que todos nós, como europeus, tomássemos plena consciência da diversidade e da riqueza da nossa herança europeia. Mais de 50 anos volvidos sobre a fundação da Comunidade Europeia, só no presente ano de 2018 é que a área da cultura patrimonial alcançou este destaque, o que é particularmente significativo das alterações profundas que, presentemente, ocorrem na Europa.

Este reforço da cultura patrimonial na política europeia tem as suas raízes mais próximas na fundação da União Europeia, em 1992. Com efeito, na hierarquia redatorial do Preâmbulo do Tratado de Maastricht, depois dos signatários terem referido que desejavam “assinalar uma nova fase no processo de integração europeia iniciado com a instituição das Comunidades Europeias”, ressaltam que este processo é inspirado no “património cultural, religioso e humanista da

Europa, de que emanaram os valores universais que são os direitos invioláveis e inalienáveis da pessoa humana, bem como a liberdade, a democracia, a igualdade e o Estado de direito”. Neste contexto, apesar das principais coordenadas da Europa Comunitária serem económico-financeiras, a verdade é que estas são alimentadas por um entendimento cultural do que é a Europa e o que esta deseja ser.

Mas nesta amálgama geográfica onde habitam mais de 740 milhões de habitantes europeus, qual o papel dos Açores e dos seus cerca de 246 mil açorianos? Mais uma vez, pode-se recuar até 1992. O Tratado de Funcionamento sobre a União Europeia, depois de listar os objetos de sua exclusiva competência (política monetária, política comercial, recursos biológicos do mar, política comum das pescas) e de competência partilhada (mercado interno, política social, da coesão económica, social e territorial, agricultura e pescas, transportes, energia, segurança, aliás temas que praticamente em todos os plenários nós aqui discutimos), refere que a “União contribuirá para o desenvolvimento das culturas dos Estados-Membros, respeitando a sua diversidade nacional e regional, e pondo simultaneamente em evidência o património cultural comum” (cf. Art. 167º do TFUE). Assim, o eixo do Património Cultural enquadra-se nas competências em que a União Europeia apenas apoia, incentiva e coordena (como acontece na área do turismo, da educação, da formação profissional, juventude, desporto ou proteção civil).

Percebe-se, deste modo, a responsabilidade que todos nós, açorianos, temos em conhecer, proteger e difundir o Património Cultural regional: a sua literatura, a arte, os objetos, os ofícios tradicionais, a música, o teatro, o cinema, a gastronomia, os ambientes e o espírito dos lugares, etc.... Estes são os nossos cartões de identidade, aquilo que nos distingue e nos confunde com esta grande família europeia.

Desenganem-se, todavia, Sras. e Srs. Deputados, aqueles que pensam que esta é apenas uma postura nostálgica, saudosista. Este passado é naturalmente um desafio presente e os Açores têm conseguido articular esta memória com o presente desenvolvimento, como aliás salientou o Sr. Presidente do Governo Regional na sua última visita ao Canadá falando precisamente na questão dos novos Açores.

Por tudo isto, neste Parlamento Regional, devemos todos associarmo-nos ao repto lançado pela Comissão Europeia, quando afirma que o “contributo do Património Cultural para o crescimento económico e a coesão social na Europa é pouco conhecido”. Assim, nós, açorianos, devemos articular economia, sociedade e património cultural, que é uma tarefa plural. Esta trindade, economia, sociedade e património cultural, ainda que não santa, é o que nos pode consciencializar dos atuais desafios...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

A Oradora: ... que interagem com a nossa herança patrimonial com mais de quinhentos anos, perante a globalização, o uso crescente das tecnologias digitais, as crises de valores, mas ainda as alterações climáticas e o crescente aumento do turismo no arquipélago dos Açores.

Este é um desafio que não se esgota em 2018, nem na atual discussão sobre o horizonte europeu que irá decorrer entre 2021 e 2027. O posicionamento cultural da Europa tem, obrigatoriamente, que ser enquadrado num horizonte muito mais vasto e os Açores estão e terão, no futuro imediato e mais longínquo, de se associar a esta efeméride de 2018 e promovê-la num futuro que garanta uma sustentabilidade geracional.

Por tudo isto, reconhecendo o amplo significado, repito, que não se esgota em 2018, mas que tem de ser com décadas de perspetiva futura, este Ano Europeu do Património Cultural é algo ao qual o Grupo Parlamentar do Partido

Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa Regional dos Açores a aprovação do presente voto de saudação.

Muito obrigada.

Horta, Sala das Sessões, 15 de maio de 2018.

Os Deputados: Susana Costa, André Bradford e José Ávila

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado César Toste tem a palavra.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD Açores associa-se a este voto, não deixando de salientar a questão da nossa cultura ser o nosso grande bilhete de identidade. De facto, embora a Europa valorize este ano de 2018, realmente os Açores, através da sua cultura, demonstram bem a sua identidade e a forma como a projetam no mundo.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto é de Protesto. É apresentado pelo PS. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

No passado dia 10 de abril, foi publicado o Decreto-Lei n.º 23/2018, que altera a forma de distribuição dos resultados dos jogos sociais, explorados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Esta alteração garante que as receitas dos jogos sociais passam a ser atribuídas de forma mais justa em função da população estimada no Continente e nas Regiões Autónomas.

O diploma vem, assim, acabar com uma injustiça contra as Regiões Autónomas que vigorava há muitos anos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: Vem responder a uma reivindicação nunca cumprida pelo anterior Governo da República – liderado pelo PSD/CDS –, que manteve sempre o incumprimento do artigo 36.º da Lei das Finanças Regionais.

Sem esta alteração os Açorianos continuariam sem receber o que é seu por direito, o que significaria prescindir de 17 milhões de euros para afetar áreas importantes para a Região, como a saúde, a proteção civil, a solidariedade e o desporto.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Não protestamos contra as divergências partidárias que nos dividem e que são saudáveis em regimes democráticos como o nosso.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: No entanto, merece o nosso veemente protesto o comportamento de quem prefere alinhar pelos interesses dos partidos em prejuízo dos direitos dos Açores e dos Açorianos.

A justa reposição que o atual Governo do Partido Socialista na República garantiu, passou a ser um incómodo e uma “espinha na garganta” para o PSD nacional, que imediatamente quis rever o decreto-lei.

Não estranhamos tanto o incómodo da estrutura nacional do PSD, perante mais esta importante conquista para os Açorianos, mas seria de esperar que, pelo menos, o PSD Açores se demarcasse de mais um ataque à nossa autonomia.

Como recordou recentemente o ex-Presidente do PSD Açores, e do Governo Regional – João Bosco Mota Amaral, o processo que conduziu à Autonomia das Regiões Autónomas “não foi fácil” e teve de ultrapassar “ímpetos centralistas”.

Que estes “ímpetos centralistas” continuem a existir, isso já não nos surpreende!

O que nos surpreende –, e é motivo do protesto agora apresentado –, é que os deputados do PSD Berta Cabral e António Ventura, eleitos pelos Açores, não se demarquem dos ataques feitos à nossa autonomia.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O que nos surpreende é que o PSD Açores seja conivente, através do seu silêncio, com esta atitude dos sociais-democratas da República, que vieram criticar a atribuição das verbas à nossa região.

Condenamos que essa crítica seja feita com base numa chantagem, dizendo que algumas entidades do continente ficavam sem estas verbas, por culpa dos Açores. Não é correto!

Os Açorianos exigem que os deputados estejam, de facto, ao seu lado... na defesa intransigente, do interesse regional, mesmo que isso implique estar contra o próprio partido.

Os Açorianos merecem saber se os Deputados da Assembleia da República, eleitos pelos Açores, estão do lado de quem os elegeu ou...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... se estão do lado dos seus líderes partidários, que estão contra o interesse regional e contra o desenvolvimento dos Açores.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Muito bem!

O Orador: Os Açorianos merecem saber se o PSD Açores vai quebrar o silêncio e defender a justa afetação das receitas dos jogos sociais, ou se vai alinhar com a postura centralista e anti-autonomia.

É que não podemos aceitar que o cumprimento da Lei das Finanças Regionais, aprovada pelo PSD e CDS, seja agora alvo de ataque e chantagem,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E logo agora que o Governo não pode falar! O Sr. Secretário tem que fazer uma interpretação à Mesa!

O Orador: ... contra uma distribuição justa das receitas e dos recursos para a nossa Região, para serem aplicados na proteção civil, na saúde, na solidariedade, no desporto, ou seja, a favor dos Açorianos.

Felizmente, os Açorianos sabem que podem contar com o Partido Socialista, para os defender, aqui na Região, na República e em qualquer outro lugar.

Disse.

Horta, sala das sessões, 15 de maio de 2018

Os Deputados: Carlos Silva, André Bradford, Francisco César

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem inscrições. Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Deixem-me partilhar um estado de espírito...

Deputado André Bradford (PS): Partilhe, partilhe!

A Oradora: ... que é de indignação. Confesso-me indignada e até surpreendida com o teor e conteúdo deste voto,...

Deputado André Bradford (PS): Não é caso para isso!

A Oradora: ... mas ao mesmo tempo demonstra bem a falta de propositura do Grupo Parlamentar do PS Açores.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos do Deputados da bancada do PSD)

Deputado André Bradford (PS): Eu acho que deve ser incomodada!

A Oradora: O desespero deste Grupo Parlamentar é de tal ordem que elabora votos com base em falsidades,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... com base em inverdades...

Deputados Luís Maurício e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e até mesmo com base em mentira.

(Aplausos do Deputados da bancada do PSD)

Deputado André Bradford (PS): Então demonstre lá a falsidade!

A Oradora: Primeiro, e passo a citar aquilo que está escrito no voto (quarto parágrafo):

“Vem responder a uma reivindicação nunca cumprida pelo anterior Governo da República – liderado pelo PSD/CDS –,...

Deputado André Bradford (PS): Qual é a falsidade que está aí?

A Oradora: ... que manteve sempre o incumprimento do artigo 36.º da Lei das Finanças Regionais.” (fim de citação)

Deputado Francisco César (PS): E isso é uma falsidade?

Deputado André Bradford (PS): Qual é a falsidade?

A Oradora: A questão é simples e é factual: se o anterior Governo liderou entre 2011 e 2015, o que aconteceu nos anos anteriores?

Deputado Francisco César (PS): Também não cumpriu!

Deputado André Bradford (PS): Também não cumpriu, mas isso não é falsidade nenhuma!

A Oradora: O que aconteceu durante, por exemplo, a governação do camarada José Sócrates?

Deputado André Bradford (PS): Também não cumpriu!

Deputado Francisco César (PS): Já não é!

A Oradora: Agora querem passar uma borracha sobre a governação do camarada José Sócrates? Porquê?

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Têm vergonha da governação! Sentem vergonha da governação do camarada José Sócrates!

Deputado André Bradford (PS): Não vire a história ao contrário. Fale lá do assunto!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Tenham calma!

É igual falso que seja uma reivindicação muito antiga deste Governo e basta ler o parecer da Comissão de Assuntos Sociais relativamente a este assunto que diz claramente de quem é a autoria desta proposta.

De quem será?

Deputado Bruno Belo (PSD): De quem será?

A Oradora: De quem será? Será que é da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira? Será?!

Deputado Francisco César (PS): Mas quem é disse isso?

A Oradora: Basta ler, e este sim é relevador de um desnorte do Grupo Parlamentar do PS Açores, sem sombra de dúvida.

Deputado André Bradford (PS): Afinal qual é a posição do PSD sobre a questão? É a favor ou contra? Anda aqui a fazer um romance e ainda não disse qual é o assunto!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O romance tem alguma atualidade!

A Oradora: É falso que o PSD a nível nacional queira rever imediatamente a lei, é falso que os Deputados do PSD Açores, na República, não se demarcuem dos ataques feitos à nossa autonomia...

Deputado Manuel Pereira (PS): É com o silêncio!

Deputado Francisco César (PS): Por acaso não se demarcaram!

A Oradora: ... e é falso que o PSD Açores seja conivente com este silêncio.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é isso que diz o pedido de apreciação parlamentar, Sra. Deputada!

A Oradora: Não está em causa, nem nunca esteve, a transferência das verbas...

Deputado André Bradford (PS): É falso, mas não diz qual a posição!

A Oradora: ... sociais. Que isso fique bem claro.

O que está em causa é, sim, a origem destas verbas. São coisas bem diferentes que os senhores querem iludir.

Deputados Duarte Freitas e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos do Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Ou seja, os Deputados do PSD Açores na República, e os Deputados do PSD Açores nesta Casa, concordam com estas transferências e para que não haja dúvida disso, volto a repetir, não está em causa o destino, está em causa a origem destas verbas.

O PSD pediu a nível da República a apreciação parlamentar deste Decreto-Lei, por discordar da origem das verbas. É só e apenas isso.

Os senhores querem confundir, querem iludir...

Deputado André Bradford (PS): Então os senhores querem que essa verba venha para os Açores! Diga isso!

A Oradora: Claro que queremos que a verba venha para os Açores, agora não concordamos que essa verba,...

Deputado André Bradford (PS): Ótimo! Não parecia!

A Oradora: ... depois das tragédias que ocorreram o ano passado e que os senhores já se esqueceram, seja retirada, por exemplo, à Proteção Civil.

Deputado Manuel Pereira (PS): E quando foi aqui no Faial?

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Não, não, não!

Deputado André Bradford (PS): A proteção civil é uma área nossa!

A Oradora: Os senhores sejam sérios.

Por que é que essa verba não é tirada ao Gabinete de Ministros, por exemplo?

Deputado André Bradford (PS): Ela é nossa!

A Oradora: Por que é essa verba não é retirada aos assessores do Gabinete de Ministros?

Deputado Manuel Pereira (PS): Isso é demagogia!

A Oradora: Ah!... Por que é que não retiram aí?

Por que é que vão retirar aos bombeiros, por exemplo, por que é que vão retirar à emergência social...

Presidente: Sra. Deputada, agradeço que termine.

Deputado Francisco César (PS): A senhora sabe que há a Proteção Civil lá e cá!

Deputado André Bradford (PS): A verba é nossa!

A Oradora: O PSD vai obviamente votar contra este Voto de Protesto, pois demonstra bem as prioridades do Grupo Parlamentar do PS Açores, uma vez que devia estar antes preocupado....

Deputado André Bradford (PS): Ah!... Vai votar contra!

A Oradora: ... com uma boa negociação dos fundos comunitários,...

Deputado André Bradford (PS): Ora cá está! Tinha razão eu!

A Oradora: ... devia estar bem preocupado em trazer mais investimento para a Região...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!!

A Oradora: ... mas não, o PS Açores elabora um voto envolto em mentiras,...

Deputado Manuel Pereira (PS): A senhora não acredita no que está a dizer!

A Oradora: ... em volta em falsidade e inverdades, cujo único objetivo é denegrir esta bancada e este partido.

Este é um claro exemplo de chicana política que não pode obviamente contar com a nossa aprovação.

Presidente: Tem que terminar, Sra. Deputada.

A Oradora: Este Grupo Parlamentar do PS tem assim falta de propositura...

Deputado André Bradford (PS): Falta de abertura democrática do PSD!

A Oradora: ... falta de iniciativas políticas e prefere usar os seus recursos para elaborar votos com base em mentiras e em falsidades, em vez de estar preocupado...

Deputado André Bradford (PS): A senhora diz isso, mas não demonstra!

A Oradora: ... em construir um futuro melhor para os açorianos.

Não contem connosco para compactuar com esta demagogia...

Presidente: Tem que terminar, Sra. Deputada.

A Oradora: ... e falsidade, quando aquilo que os senhores querem é claramente tirar proveitos políticos.

Deputados Luís Maurício e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos do Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como diria Diácono Remédios: “não havia necessidade!”

E não havia necessidade deste voto por parte do Partido Socialista. E não havia necessidade, pelo seguinte: na Lei de 2007, feita pelo camarada José Sócrates...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Já não é camarada!

O Orador: ... na vigência do camarada Sócrates...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Na Lei de 2007, feita pelo Sr. Primeiro-Ministro José Sócrates, agora excomungado pelo Partido Socialista, curiosamente, não tinha nenhuma referência a estas verbas.

Esta alteração à lei e a possibilidade destas verbas virem para a Região Autónoma dos Açores, foi feita em 2013...

Deputado Carlos Silva (PS): Mas nunca foi concretizada!

O Orador: ... pelo Governo do PSD e do CDS. Essa é que é a verdade. Os senhores até lá nunca se preocuparam com isso.

Deputado André Bradford (PS): Mas nunca foi cumprida!

O Orador: Ó senhor, o senhor quer estar calado até eu falar? O senhor passa constantemente a interromper-me.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por favor...

O Orador: Vai deixar-me falar ou não me vai deixar falar? O senhor constantemente interrompe toda a gente nesta Casa, com o seu mau comportamento.

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Portanto, vai fazer o favor de me ouvir.

Deputado André Bradford (PS): Da mesma maneira que o senhor fala, eu também falo! Tenho o mesmo direito!

O Orador: Não senhor! O senhor não fala! O senhor interrompe os outros, sem educação.

Deputado André Bradford (PS): Tenho a mesma legitimidade que o senhor tem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E continua!

O Orador: E continua!

Sra. Presidente, tomo eu nota dos trabalhos ou toma a senhora?

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima...

O Orador: Sinceramente!... O senhor está a interromper-me a cada palavra que eu digo.

Deputado André Bradford (PS): Eu tenho o direito de fazer apertes!

O Orador: O senhor não faz apartes, o senhor interrompe, sem educação, os outros.

Presidente: Srs. Deputados... Faça favor de continuar, Sr. Deputado Artur Lima.

(Aparte inaudível)

O Orador: Não, não! Parece que quem gere os trabalhos aqui dentro é o senhor.

Vou retomar a minha intervenção, Sra. Presidente.

A Lei de 2013, que estipulou a possibilidade destas verbas virem para os Açores, foi feita em 2013, por um Governo do PSD e do CDS. Essa é que é a verdade.

Deputado Francisco César (PS): Essa não interessa!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ah! Não interessa!...

O Orador: E no artigo 36.º, no seu n.º 2, diz o seguinte:

“O valor da receita atribuída a cada Região Autónoma é estabelecido em diploma próprio, sendo afeto a fins sociais, segundo critérios a estabelecer legalmente por cada uma das regiões.”

Essa é que é a verdade! Esta é que foi estipulada por um Governo do PSD e do CDS.

Ora vamos agora a factos: esta lei é de setembro de 2013.

Como bem se lembram, em setembro de 2015, foram marcadas eleições. Este Governo do PSD e do CDS teve apenas 20 meses para fazer o Decreto-Lei.

O Governo de António Costa teve 30 meses para fazer o Decreto-Lei. Portanto, as responsabilidades são mais vossas do que do Governo do PSD e do CDS.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Essa é que é a verdade e essa é que foi a vossa negligência.

Portanto, chicana política vieram os senhores aqui fazer hoje sem nenhuma razão e sem nenhum motivo.

Mais!... Quando os nossos compatriotas no continente se veem abraços com a incapacidade, a negligência do Governo da República em combater os fogos e na desgraça e na tragédia que foi, os senhores querem retirar dinheiro aos fogos para trazer para cá.

Isso é inadmissível e é uma falta de solidariedade inqualificável.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva tem agora a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

(Diálogo entre os Deputados da bancada do PS, PSD e CDS-PP)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Sr. Deputado Carlos Silva, tem a palavra.

O Orador: Eu bem sei que os Srs. Deputados do CDS e do PSD estão muito incomodados, mas gostaria de clarificar.

Sra. Deputada Mónica Seidi, se há alguém que mentiu ou não falou a verdade foi a Sra. Deputada. E vou explicar-lhe porquê?

A senhora esqueceu-se, deliberadamente, de mencionar que o pedido de apreciação parlamentar, apresentado pelo PSD, no dia 5 de maio, tinha como um dos objetivos rever o critério de imputação da atribuição das receitas em

função da população estimada. Isso é fundamental, porque isso faz com que as receitas transferidas para os Açores fossem menores do que aquelas que irão ser transferidas.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Isso é um facto muito importante.

Portanto, aqui se clarifica quem é que não fala a verdade, Sra. Deputada.

Deputado Manuel Ramos (PS): Muito bem, Sr. Deputado! Muito bem!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Mas também gostaria de realçar aqui mais um aspeto. O PSD omite aqui e tenta desviar o assunto para outro local, de forma a demonstrar, ou a esconder, que não se demarca de uma posição que foi assumida pelo PSD nacional, que prejudica os Açores,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não prejudica nada! Tinha que se demarcar!

O Orador: ... e usa a chantagem dos problemas ocorridos com o incêndio e com a tragédia para justificar um diploma e uma apreciação que não faz sentido.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, se o PSD está satisfeito com a transferência dos 17 milhões para os Açores, devia aprovar o Voto de Protesto.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Aprovar o voto?

O Orador: Isso é que ser coerente e ter coragem, Sra. Deputada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O que é um facto é que a Deputada Berta Cabral e o Deputado António Ventura, sobre esse assunto, silêncio absoluto.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor não sabe ler!

O Orador: PSD Açores, silêncio absoluto!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Fizeram um comunicado!

O Orador: Mas demarcaram-se da posição do PSD nacional?

Não!... Não se demarcaram!

Perante um ataque objetivo e concreto, zero.

O PSD Açores zero também! Nada diz sobre o assunto e tenta passar entre os pingos chuva. Portanto, falta coragem.

Eu tinha alguma esperança – era ténue, é verdade – que o PSD aprovasse este Voto de Protesto, mas a verdade é que falta essa coragem ...

Deputado Manuel Ramos (PS): Muito bem!

O Orador: : ... e fica a esperança ténue, é verdade, mas infelizmente assim se vê quem defende os açorianos,...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... quer seja na Região, quer seja na República ou em qualquer outro lugar.

Muito obrigado.

Deputado Manuel Ramos (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda associa-se a este Voto de Protesto apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e, portanto, votá-lo-á favoravelmente. E porquê?

A participação dos Açores, assim como da Madeira, nas verbas dos jogos sociais, é um mero cumprimento da lei que, aliás, tardava em ser cumprida.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Este cumprimento encerra a mais genuína justiça por duas ordens de razões.

Primeiro, porque as apostas no jogo são exercidas em todo o país, ou seja, no continente, nos Açores e na Madeira. Logo, o dinheiro é de todo o país que converge para um fundo.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Tem razão! Nacional!

A Oradora: Segundo: por lei, uma parte considerável do dinheiro arrecadado é destinado a fins de apoio social e ao desporto, não se compreende que as Regiões Autónomas, contribuintes deste fundo, estivessem privadas da utilização proporcional destas verbas para a qual contribuíram.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sim, senhora! Até aí tudo certo!

A Oradora: É, pois, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Presidente, Srs. Membros do Governo, inaceitável a posição do PSD nacional, acompanhada do silêncio do PSD regional, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Os Deputados do PSD da Madeira é que assinaram essa documentação!

Presidente: Srs. Deputados... Srs. Deputados, vamos permitir que a Sra. Deputada Zuraida Soares possa continuar a sua intervenção.

Deputado Francisco César (PS): Aliás, os da Madeira nem falam entre si!

A Oradora: Eu gostava de me associar ao Voto de Protesto, mas está difícil.

Presidente: Eu gostava que a Sra. Deputada terminasse a sua intervenção, se os Srs. Deputados assim o permitissem.

A Oradora: ... de tentar impedir que as Regiões Autónomas, e neste caso os Açores, recebam o que lhes é devido pela lei e pela vida.

Sras. e Srs. Deputados, não está em causa neste momento, e de acordo com o teor do Voto de Protesto, quem é que fez ou quem é que não fez a lei. O que está em causa é quem é que tomou uma posição impedindo que ela seja de facto cumprida. É isto que está em causa na leitura que fazemos do voto.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não tem nada a ver com isso!

A Oradora: Portanto, esta posição que nós consideramos anti-autonómica do Partido Social Democrata, vem, aliás, no seguimento de uma semana...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Os Deputados da Madeira são anti-autonomistas!

A Oradora: ... cheia de ataques e de considerações contrárias às autonomias, assumidas por vários partidos na Assembleia da República em diversos domínios.

E mais uma vez, Sras. e Srs. Deputados, o argumento de que o problema é a origem das verbas não colhe, porque este tipo de argumento vira, na prática, portugueses contra portugueses, que é como quem diz, neste momento, continentais contra açorianos e vice-versa. Essa forma de fazer política não colhe, nem é subscrita pelo Bloco de Esquerda.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Finalmente, reiteradamente tem o Bloco de Esquerda denunciado esta prática política de duas caras ou de duas políticas, consignada na frase “dizem uma coisa na Nordela e fazem outra na Portela”. Isto é muito comum a todos os partidos.

Vem agora o Partido Socialista denunciar aos açorianos e açorianas este ataque à autonomia, que o Bloco de Esquerda subscrive como tal.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: Muito bem!

Permitam-nos apenas dizer que o Partido Socialista devia fazer este exercício mais vezes, a começar pela sua própria casa.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que esta posição contra o centralismo por parte do partido tem o pecado original de ter votado contra a bandeira dos Açores!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Ter votado contra, não!... De ter abandonado o plenário quando se votou a bandeira dos Açores!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão...

O Orador: Considero que esta medida, é uma medida de cosmética, de alguém que está nos momentos chave contra a afirmação da autonomia dos Açores; de alguém, por exemplo, que há poucos meses atrás, há um mês atrás, votou contra a criação de partidos regionais e agora vem aqui nesta retórica defender um voto contra o centralismo e tantas outras tomadas de posição que não são nunca a favor da autonomia, são sempre a favor dos interesses do Partido Socialista. É a única coisa que vos interessa, é defender os interesses do Partido Socialista aqui e lá fora.

Se se quisesse fazer um voto sério, um voto institucional, um voto com seriedade, este voto tinha que ser um voto em que se reconhecia as falhas dos diversos Governos da República e em que existia uma postura crítica,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa!

O Orador: Eu peço desculpa!

... em que se reconhecia a postura negativa de alguns Governos da República, quer do Partido Socialista ou os atrasos de Governos de outras cores.

Mas o que é evidente é que o Partido Socialista neste voto não procura a seriedade. Procura a guerrilha política, gratuita.

Deputados Duarte Freitas e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Pura e simplesmente o que procura aqui... Nunca faz autocrítica, nunca atribui responsabilidades ao seu próprio partido em Lisboa pelo atraso deste processo, que também é da responsabilidade do Partido Socialista.

Neste voto, não há nenhuma autocrítica. Há apenas a tentativa de imputar aos outros responsabilidades. Há apenas a preocupação de fazer chicana política e há apenas a preocupação de instrumentalizar a autonomia dos Açores e o Parlamento dos Açores para servir os seus propósitos partidários.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É verdade!

O Orador: Não há nenhuma seriedade (nenhuma seriedade!) neste tipo de voto. Este tipo de voto, se fosse um voto em que se reconhecem as responsabilidades de todos e em que se imputam as responsabilidades de todos, é evidente que teria o apoio do PPM.

Mas não!... Apenas o que se procura é, com falsidades, com argumentos falsos,...

Deputado Manuel Pereira (PS): Tudo verdade!

O Orador: ... instrumentalizando as questões, fazer uma guerrilhazinha, é fazer baixa política. Chama-se a isto fazer baixa política!

É evidente que eu preocupo-me sempre em que os Açores (e termino, Sra. Presidente) tenha sempre vantagens e esta vantagem, a transferência destas verbas, é mais do que justa e está há muito atrasada.

Mas há uma coisa que também me preocupa. A mim também me preocupa o conjunto do país e preocupa-me com certeza qual a origem destas verbas.

Preocupa-me que estas verbas venham da Proteção Civil, quando é um tema tão importante para a solidariedade nacional.

Os Açores sempre foram solidários, sempre foram absolutamente solidários com o país e com o povo português, no seu todo.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Por isso, Sra. Presidente, instrumentalizar esta questão, fazer guerrilha política e ainda por cima com temas desta importância,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Falsos!

O Orador: ... e tentar dividir os portugueses, atacar os portugueses, tentar instrumentalizar completamente esta matéria, é algo absolutamente negativo...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Com falsidades!

O Orador: ... e este voto não merece qualquer tipo de consideração, este voto não tem qualquer tipo de seriedade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Protesto apresentado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor a PCP, 17 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Passamos agora aos Votos de Pesar. O próximo é apresentado pelo Partido Socialista pelo falecimento de José da Costa Franco.

Tem a palavra a Sra. Deputada Susana Costa.

Deputada Susana Costa (PS): Exma. Senhora Presidente da Assembleia, Exmos./as. Senhoras e Senhores Deputados, Exmos. Membros do Governo:

**VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ DA COSTA
FRANCO
(1934-2018)**

Um ano depois da formalização do Estado Novo, na sequência da publicação da Constituição Portuguesa de 1933, nasce José da Costa Franco. Os pais, Manuel da Costa Franco e Adelaide da Silva Peixoto, vivem nos Mosteiros, concelho de Ponta Delgada, e é no seio desta família de agricultores que José Franco inicia a sua aprendizagem pessoal e profissional, na altura como aprendiz de lavrador: nos seus desabafos pessoais, bem lhe custava ir descalço para as vacas em tempos de um Portugal e de uns Açores profundamente rurais.

Em 1949, findada a Segunda Grande Guerra que tanto bulício provocou no arquipélago açoriano, José da Costa Franco assume o espírito empreendedor, que atualmente tanto se fala, e com apenas 14 anos de idade vai para a cidade de Ponta Delgada, sonhando com uma vida dedicada ao comércio. Assim, passa a trabalhar nos Armazéns Cogumbreiro, fundados em 1913, casa a destacar, também ela, pela inovação tecnológica que na época disponibilizou aos seus clientes, nomeadamente: o elevador que permitia o acesso a todos os andares da loja. É nos Armazéns Cogumbreiro, certamente inspirados pelos Grande Armazéns lisboetas do Chiado e do Grandela, inaugurados em finais do século XIX, que, ao longo de 17 anos, José da Costa Franco apreende as várias componentes do comércio.

Em 1964, com 30 anos de idade, reforça o seu espírito empreendedor ao decidir estabelecer-se por conta própria na rua Machado dos Santos, uma das principais ruas da cidade de Ponta Delgada. Não eram tempos fáceis, década de 1960, para o setor terciário regional, com uma emigração crescente e um país ensombrado pela Guerra Colonial. Desde então, a Loja Riviera torna-se uma referência do

pronto a vestir masculino na ilha de São Miguel, adaptando-se sempre aos desafios contínuos e correspondendo aos diferentes desejos dos seus clientes. Em 1972, por exemplo, a loja beneficia de um primeiro melhoramento, realizando obras para a colocação das vitrinas em vidro que, ainda hoje, são a sua melhor montra.

No passado dia 2 de abril de 2018, a Câmara Municipal de Ponta Delgada entregou o Diploma de Mérito Municipal à loja Riviera, integrado no reconhecimento do papel desta e de outras lojas históricas de Ponta Delgada. Cerca de um mês depois, José Franco da Riviera, como era melhor conhecido, viria a falecer na cidade que o acolheu desde os 14 anos. Tinha 84 anos de idade e o seu perfil humilde e profissional são bem notórios pelas palavras do próprio: “Apareci na hora certa e vivi no tempo certinho”, acrescentando que foram os clientes que o “ajudaram no seu percurso”.

Assim, é reconhecendo o contributo empreendedor de José da Costa Franco que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa Regional dos Açores a aprovação do presente voto de pesar e que do mesmo seja dado conhecimento à sua família.

Muito obrigada.

Horta, Sala das Sessões, 15 de maio de 2018.

Os Deputados: Susana Costa, André Bradford e José Ávila

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições? Não há. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Também referente ao falecimento de José Franco, pelo PSD, tem a palavra para apresentar este voto o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

JOSÉ FRANCO

José da Costa Franco nasceu em 1934 na freguesia dos Mosteiros e faleceu no passado dia 4 de maio na cidade de Ponta Delgada.

Contrariando o destino, José Franco não se fixou no meio rural em que nasceu, procurando outro futuro a partir dos 14 anos, vindo trabalhar para Ponta Delgada no final dos anos 40 do Século passado.

Iniciou a sua atividade no comércio, concretamente nos conhecidos Armazéns Cogumbreiro, subindo a pulso naquela organização e acumulando experiência no ramo da confeitaria durante 17 anos.

Com aquela experiência e com o seu espírito empreendedor, numa época de inúmeras dificuldades, José Franco abriu o seu próprio estabelecimento comercial a que deu o nome de Riviera, situado na principal zona comercial da cidade.

Durante 54 anos, vencendo muitas dificuldades, conseguiu um balanço de muito sucesso comercial, elevando a qualidade da oferta no ramo da confeitaria, sendo conhecido em todas as nossas Ilhas.

Pela sua simpatia e simplicidade, ganhou a consideração dos seus conterrâneos, sendo um nome incontornável e emblemático do comércio tradicional de Ponta Delgada.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de José Franco, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família.

Horta, 15 de maio de 2018.

Os Deputados: Duarte Freitas, Luís Maurício, Paulo Parece, António Vasco Viveiros e Mónica Seidi

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O último voto de hoje é um Voto de Pesar pelo falecimento de Hermano José Tavares de Medeiros Rego.

É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Susana Costa.

Deputada Susana Costa (PS): Exma. Senhora Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

**VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE HERMANO JOSÉ
TAVARES DE MEDEIROS REGO
(1950-2018)**

Natural de Ponta Delgada e morador na Lagoa, Hermano José Tavares de Medeiros Rego destacou-se pela sua dinâmica empresarial. Ao longo da sua vida profissional, esteve ligado ao setor económico açoriano, tendo trabalhado no Serviço das Finanças e no então designado Banco Comercial dos Açores. Mas a sua atividade de maior fôlego resultou da sua capacidade em inovar o

setor imobiliário insular, tendo ousado iniciar um negócio de mediação imobiliária, que seria um dos pioneiros na ilha de São Miguel.

A fundação da empresa, que receberia o seu nome, teve lugar na década de 1980, época de definição da Autonomia Regional e na qual a economia açoriana também enfrentava os novos desafios lançados pela democratização do país ao fim de quase meio século de Ditadura.

Hermano José Tavares de Medeiros Rego bem soube o que era a política ditatorial. Prestou serviço militar na Guiné, no âmbito de uma Guerra Colonial que foi, a par do que aconteceu no resto do país, avassaladora para os Açores. Recorde-se que, entre 1961 e 1975, morreram 231 açorianos nos três palcos da Guerra da África Portuguesa: Angola, Moçambique e Guiné, naturais de todos os dezanove concelhos açorianos.

Felizmente, Hermano Rego regressou à sua ilha, tendo constituído família e contribuído, como já referido, para a dinâmica económica de S. Miguel. Para lá desta vertente profissional, Hermano Rego tinha interesses diversos: foi fundador da Casa do Benfica, em Ponta Delgada, criada em 1995; e, em 2013, candidatou-se à Presidência da Assembleia Municipal da Lagoa pelo PSD, tendo desempenhado as funções de Deputado Municipal neste órgão deliberativo autárquico no período de 2013 a 2017.

Assim, é reconhecendo o contributo inovador de Hermano José Tavares de Medeiros Rego que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa Regional dos Açores a aprovação do presente voto de pesar e que do mesmo seja dado conhecimento à sua esposa, filhos e toda a demais família.

Muito obrigada.

Horta, Sala das Sessões, 15 de maio de 2018

Os Deputados: André Bradford, Susana Costa e José Ávila

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se ao presente de voto, que é de toda a justiça, mas tem também um voto para apresentar amanhã sobre o mesmo falecimento.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Encerrámos assim os nossos trabalhos por esta manhã. Regressamos às 15H00 com a Agenda.

Eram 12 horas e 57 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos os lugares. Vamos dar início à Agenda.

Eram 15 horas e 10 minutos.

(Após o intervalo o Sr. Deputado Jorge Jorge ocupou o seu lugar na mesa)

Conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes, os pontos 1 e 2 da nossa Agenda serão debatidos de forma conjunta.

Os tempos são aqueles que também na Conferência de Líderes foram aprovados para os debates em conjunto. Ao tempo original acresce 10 minutos para cada bancada.

Eu dou a palavra ao Sr. Deputado Alonso Miguel para apresentar o **Projeto de Resolução n.º 12/XI – “Criação do Canal Parlamento**, iniciativa que também é subscrita pela Representação Parlamentar do PPM.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Atualmente, são raros os parlamentos nacionais, de países democráticos, que não possuem plataformas, por cabo ou em sinal aberto, de transmissão televisiva.

Em Portugal, o Canal Parlamento (ARTV) iniciou em 2002 a transmissão em direto dos trabalhos parlamentares, via cabo, passando em 2013 para a emissão em sinal aberto, permitindo assim o acesso universal da população a esta plataforma de divulgação do trabalho parlamentar.

Os canais parlamentares permitem a transmissão, sem cortes ou edição, dos trabalhos parlamentares, tornando-os mais visíveis e transparentes. A informação a respeito dos assuntos comunitários torna-se mais global e o pluralismo político passa a ter mais espaço de afirmação.

A experiência dos parlamentos que criaram os seus próprios canais parlamentares, demonstra que os níveis de fiscalização e de exigência em relação ao trabalho parlamentar, por parte das respetivas comunidades políticas, aumentaram consideravelmente.

Os canais parlamentares resultam, assim, em maior transparência, mais informação, e mais exigência no âmbito dos sistemas políticos democráticos. Isto provoca, forçosamente, o reforço dos níveis de qualidade do trabalho parlamentar e o incremento do conhecimento mútuo entre os eleitos e os

eleitores. Tudo isto é crucial para a sobrevivência e reforço das democracias representativas.

No contexto geral do aumento da visibilidade do trabalho desenvolvido pelos parlamentos de âmbito nacional, os parlamentos regionais não podem ficar para trás. A preservação dos mecanismos de afirmação identitária e de autogoverno depende, fundamentalmente, do prestígio e da visibilidade das suas instituições parlamentares.

No caso específico dos Açores, a assimetria entre os mecanismos de visibilidade da Assembleia da República e da Assembleia Legislativa tem vindo a incrementar-se.

A Assembleia da República usufrui de uma emissão própria por cabo, de uma presença crescente nos grandes canais informativos portugueses e, desde o início do ano 2013, de uma emissão em canal aberto. A tendência é exatamente a inversa no que diz respeito à Assembleia Legislativa dos Açores.

A criação de um canal parlamento, que transmita em direto e em canal aberto as reuniões do plenário e das comissões da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, constitui uma necessidade premente do nosso sistema político.

Esta necessidade ficou mais uma vez patente nas últimas eleições legislativas regionais.

A enorme dimensão da abstenção registada tem certamente um grande conjunto de explicações técnicas, sociais e políticas, mas é inegável que a falta de visibilidade do Parlamento dos Açores, junto da opinião pública, em nada contribui para a necessária e crucial valorização da instituição parlamentar.

A criação de um canal parlamento promoverá seguramente uma maior proximidade entre os cidadãos e o poder político, possibilitando aos eleitores o

escrutínio do trabalho dos deputados, bem como a avaliação do desempenho e da produtividade do Partidos com assento Parlamentar.

Os enormes custos associados à criação de um canal parlamento semelhante ao da Assembleia da República tornam inviável uma solução deste tipo para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Face à inviabilidade económica de montar uma estrutura deste tipo, a que temos de somar os constrangimentos associados à nossa situação insular e arquipelágica, a melhor solução, para garantir a transmissão televisiva em direto e em canal aberto dos trabalhos parlamentares, passaria em nosso entender, pela formalização de um protocolo entre a Rádio e Televisão de Portugal, S.A. e o Parlamento Regional.

Na passada legislatura foi aprovada, por unanimidade, uma Resolução em quase tudo idêntica à presente iniciativa, mas que não foi, no entanto, executada.

Nestas circunstâncias, importa renovar a legitimidade política da iniciativa no âmbito da nova legislatura e da nova composição do Parlamento dos Açores, dar-lhe um novo sentido de urgência e reforçar os mecanismos de acompanhamento e fiscalização referentes ao processo relacionado com a efetiva execução da componente deliberativa da Resolução.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS/PP e a Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico, nos termos da alínea d) do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, propõem que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove a seguinte Resolução:

1 - Que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, através dos seus órgãos competentes, conclua a negociação de um protocolo com a Rádio e Televisão de Portugal, S.A., no sentido de criar o Canal Parlamento/Açores nos moldes descritos na exposição de motivos desta iniciativa;

2 - A Presidente do Parlamento deve informar, de forma regular e pelos meios tidos como convenientes, todos os Grupos e Representações Parlamentares a respeito da evolução do processo negocial preconizado na presente Resolução.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para apresentar o **Projeto de Resolução n.º 96/XI** que “**Recomenda a criação, no âmbito da Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, de um grupo de trabalho que acompanhe a implementação do Canal Parlamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**”, iniciativa esta que é apresentada por todos os Grupos Parlamentares e Representações Parlamentares com assento nesta Assembleia, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Moura.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se a Sra. Presidente me permitisse eu faria uma abordagem às duas iniciativas aqui presentes.

Eu gostaria de falar precisamente destas duas iniciativas até porque elas estão correlacionadas. A iniciativa Canal Parlamento/Açores, do CDS e PPM, sendo a reafirmação de um princípio aprovado na anterior legislatura, continua a merecer o nosso apoio e será logicamente votada favoravelmente.

No entanto, durante as diligências levadas a cabo pela CAPAT e também com a participação da Representação Parlamentar do PPM, verificaram-se duas situações: por um lado, alguma estranheza e receio por parte dos responsáveis da RTP, SA, designadamente confundindo o conceito de janela com o receio de alguma interferência na sua atividade normal de serviço público.

Por outro lado, verificou-se a necessidade, constatada por este Parlamento, de se explorarem novas alternativas à difusão em moldes clássicos, bem como

ainda a vantagem de explorar as novas plataformas online e a sua crescente importância.

É destas constatações que se consensualizou a necessidade de, para além da reafirmação do espírito constante da Resolução Canal Parlamento Açores, se criar no âmbito da CAPAT um grupo de trabalho, com a representação de todas as forças políticas presentes neste Parlamento, que de uma forma continuada defina um modelo exequível de implementação do objetivo inicial recorrendo a uma multiplicidade de formas de difusão.

O Partido Socialista continua a acreditar e a apostar na necessidade de se aumentar e melhorar a divulgação da atividade parlamentar como forma de aproximação aos cidadãos, pela transparência da atividade parlamentar, pela valorização da democracia representativa e pelo reforço da Autonomia.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições. Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Eu concordo em absoluto com as duas intervenções que já foram efetuadas sobre esta matéria e devo dizer que durante o trabalho da Comissão encontramos as dificuldades que foram agora referenciadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Nesse sentido, é necessário criar um grupo de trabalho para que se encontrem alternativas mais válidas e porventura também explorar outras áreas em que seja realmente possível implementar um projeto com estas características.

Eu considero que é um pouco inexplicável, por exemplo, em relação à RTP (eu devo dizer que as dificuldades que nos foram comunicadas, foram-nos comunicadas em Lisboa, nas reuniões que nós tivemos em Lisboa com a

empresa, com os Diretores da Empresa, e eu pude constatar isso, porque entretanto a Representação Parlamentar do PPM fez essa análise e temos esse trabalho feito análise), no debate do Orçamento, esteja a decorrer o debate do Orçamento da Região, que é o debate mais importante do ano, e que esse debate não seja transmitido na íntegra.

É transmitido o início do debate sobre o Orçamento e apenas depois as intervenções finais.

Entretanto, a RTP-Açores, que tem aqui instalados os meios, não faz a transmissão dos trabalhos e está a transmitir aquilo que está a passar na RTP 3, inclusivamente está a passar um debate normal sobre o Parlamento Nacional, sobre a Assembleia da República, ao mesmo tempo que aqui estão a ocorrer debates muito importantes. A RTP-Açores está a passar outras matérias, tendo aqui os meios instalados.

Portanto, não se percebe por que é que não fazem essa transmissão e não há motivos económicos ou financeiros que expliquem essas opções editoriais, porque a verdade é que o preço para transmitir e para fazer essa transmissão em direto é muito baixo. Portanto, não há uma explicação financeira razoável para essa matéria.

Quando eu próprio transmiti esta estranheza em Lisboa, destas opções que são feitas em termos de transmissão dos trabalhos parlamentares, encolhem os ombros e dizem que isso é uma opção editorial e tudo isso.

Mas é uma opção editorial estranha. Ao mesmo tempo em que estão a decorrer estes trabalhos parlamentares, se esteja a transmitir... Que se tire o cabo da RTP 3, que se ligue, e que se transmita em simultâneo o que está a ser transmitido num canal generalista.

Isto significa que, de facto, existia aqui um potencial que podia ser aproveitado, mas como foi dito pelos colegas que me antecederam, foram encontradas grandes dificuldades a este nível e dificuldades inexplicáveis.

Devo dizer que tendo em conta estas circunstâncias, é necessário realizar um trabalho mais alargado, explorar outras alternativas, um conjunto de alternativas que possam existir no meio audiovisual e também noutras plataformas de emissão, de forma a que se possa atingir o grande objetivo e o grande objetivo é que estes trabalhos parlamentares tenham uma maior divulgação, tenham uma maior cobertura e que a população dos Açores possa aceder aos debates que aqui se realizam.

Isso é bastante importante, porque evidentemente a democracia, os debates parlamentares, a dialética que aqui é efetuada, tudo isso tem que ser do conhecimento público. Nós sabemos que há uma emissão na internet, mas há um grande conjunto de pessoas que continuam a seguir os debates, predominantemente, através da televisão, que é um meio que continua a ser um meio muito, mas muito, muito, muito predominante ao nível do acompanhamento de debates políticos e de outras áreas.

Portanto, eu considero que nesta matéria há um trabalho a efetuar, temos que continuar a explorar outros caminhos e, portanto, faz todo o sentido que este grupo de trabalho o possa fazer no futuro.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda votará favoravelmente estes dois Projetos de Resolução, quer o que propõe a criação do Canal Parlamento Açores, quer o que propõe a criação de um grupo de trabalho no âmbito da CAPAT, que acompanhe exatamente a implementação deste referido canal.

Votamos o primeiro Projeto de Resolução relativamente à criação do Canal Parlamento, aquilo a que também já se chamou a emissão Parlamento, pelas razões que já aduzimos diversas vezes e que têm a ver com o aumento da

transparência da democracia, da pluralidade e da aproximação de eleitos e eleitores e de visibilidade dos trabalhos desta Casa que são, de uma maneira geral, pouco compreendidos, porque pouco conhecidos também, e votará a favor do Grupo de Trabalho, porque na realidade fomos percebendo, ao longo do caminho (e este processo já vem desde 2013, é bom não esquecer, numa Resolução aprovada por unanimidade nesta Casa), que as dificuldades e os escolhes são bastantes na concretização desta ambição legítima desta Casa, da Assembleia Legislativa dos Açores, por iniciativa de vários grupos parlamentares.

No âmbito das audições efetuadas aquando deste segundo Projeto de Resolução da autoria do CDS e do PPM que, no fundo, recupera um outro que já aqui foi, no seu objetivo final, aprovado por unanimidade, várias entidades auscultadas, nomeadamente o Conselho de Opinião da RTP, diz que a implementação de um Canal Parlamento, ou de uma emissão Parlamento Açores, é um processo que depende da vontade política mais do que dos recursos financeiros. São mais do que uma entidade a dizer isto.

O Bloco de Esquerda, no seguimento e no acompanhamento das diversas audições, ficou absolutamente convicto de que esta afirmação é verdadeira, nomeadamente porque – simpatia do Sr. Deputado Pedro Moura que se referiu de uma forma delicada e quase que terna, ternurenta relativamente à posição da RTP, SA, – se na realidade lermos bem o que está escrito e explícito no relatório da CAPAT, está lá muito claramente dito, e passo a citar:

“O Sr. Presidente do Conselho de Administração da RTP, SA, Gonçalo Trigo de Moraes de Albuquerque Reis, referiu que o Conselho de Opinião da RTP [no seguimento da audição que tinha sido feita no âmbito da CAPAT sobre este Projeto de Resolução; o Conselho de Opinião da RTP, dizia eu] contactou o Conselho de Administração RTP, SA, e por sua vez o Conselho de Administração da RTP que auscultou os Diretores editoriais sobre o assunto [o

assunto é a criação do Canal Parlamento Açores] e concluíram que essa pretensão não é possível de realizar, que implicaria um contrato que não acontece em nenhum lado onde a RTP está. No entanto, têm toda a disponibilidade e interesse em melhorar a cobertura dos trabalhos do Parlamento açoriano. Outra possibilidade é que a Assembleia Legislativa dos Açores faça um modelo semelhante à Assembleia da República que criou um canal próprio distribuído na rede TDT”.

Sras. e Srs. Deputados, mais claro do que aqui está, é impossível. O que está aqui claramente dito é: arranjam-se lá como puderem, arranjam outra maneira, porque aquilo em que os senhores estão a pensar, esse tal Canal Parlamento numa janela de oportunidade, durante a emissão da RTP-Açores, pela vontade da RTP, SA, não acontecerá.

E dizem também, até mais: que “estão disponíveis para melhorar a cobertura dos trabalhos parlamentares”, coisa que até hoje também continuamos à espera, porque não tenho notícia de que esse melhoramento tenha chegado.

Para concluir, este Grupo de Trabalho é bem-vindo, porque é indispensável, porque provavelmente, e estou a falar pela parte do Bloco de Esquerda, nós confrontamo-nos com dificuldades que não antevíamos de uma forma tão clara, explícita e dura, permitam-me o termo, quando iniciámos a procura de concretização deste projeto.

Portanto, a ambição é bem-vinda. O Grupo de Trabalho para a poder concretizar também.

Dizer apenas que antevemos, o Bloco de Esquerda, que não será um trabalho fácil, mas se calhar é um trabalho que vai valer a pena que dará um gozo especial a quem defende a autonomia, a sua afirmação e sobretudo uma certa ironia para com tantos centralismos, a começar pelo da RTP, SA, que tem a obrigação de prestar um serviço público que consta que deve ser descentralizado.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

De momento a Mesa não tem inscrições. Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A implementação do Canal Parlamento Açores (ou outro nome que tenha, como por exemplo ALRAAtv) é uma vontade expressa nesta Casa faz mais de cinco anos, e tal foi aprovado de forma unânime não o devemos esquecer. No entanto, e por razões várias, tal desiderato nunca foi atingido.

Nessa proposta resolutiva do PPM dizia-se (em 2013) que “face à inviabilidade económica de montar uma estrutura deste tipo [referindo-se à pesada estrutura da ARtv, com muitos meios técnicos e humanos] – a que temos de somar os constrangimentos associados à nossa situação insular e à estrutura descentralizada da nossa instituição parlamentar (...) – a melhor solução, para garantir a transmissão televisiva em direto e em canal aberto dos trabalhos parlamentares, passa pela formalização de um protocolo entre a Rádio e Televisão de Portugal SA e a Assembleia Legislativa”.

A Representação Parlamentar do PCP considera que a natureza descontínua dos trabalhos desta Assembleia Regional é um fator que dificulta imenso a criação de raiz de um Canal Parlamento Açores (nomeadamente em sinal aberto na TDT), devendo então constituir um dever que esta Assembleia tente criar sinergias com o canal regional da televisão pública, a nossa RTP Açores, para que na sua grelha pudesse ser integrada a emissão regular em canal aberto dos trabalhos das Comissões Parlamentares, bem como dos Plenários da Assembleia Legislativa dos Açores.

No entanto, e como foi possível notar nas declarações dos dois membros do Conselho de Administração da RTP que foram auscultados pela CAPAT no âmbito do presente Projeto de Resolução do CDS e do PPM, “tal pretensão não

é possível de realizar” (afirmou Gonçalo Reis, Presidente da Administração da RTP) e “o modelo de janela para o Parlamento Açoriano não é possível de concretizar” (afirmou Cristina Tomé, vogal da Administração da RTP).

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP tem uma especial preocupação com os conteúdos editoriais que o Canal Parlamento Açores seria produtor. Defendemos que nesse espaço televisivo deverá ser difundida a pluralidade de propostas políticas e legislativas em apreciação por esta Assembleia, só assim sendo dada à população em geral uma imagem do que é o trabalho dos diversos partidos representados no Parlamento dos Açores, sendo que não iremos ter tolerância para qualquer eventual tentativa de criar um “segundo GACS” para os conteúdos emitidos pelo Canal Parlamento Açores.

Defendemos que deve ser criada uma regulamentação clara e explícita sobre os conteúdos editoriais desse Canal Parlamento Açores e que tal documento tenha de ser aprovado por maioria qualificada de dois terços, bem como também para futuras alterações a esse mesmo regulamento editorial.

Enquanto não existe Canal Parlamento Açores, a Representação Parlamentar do PCP entende que a divulgação em multimédia dos trabalhos desta Assembleia é um serviço que poderia estar já a ser parcialmente implementado, devendo haver presença da ALRAA e divulgação dos trabalhos parlamentares nas mais diversas plataformas digitais. É aí que marcam presença as gerações mais jovens de açorianos, que dizem ser a franja da população que mais desconhece os trabalhos que os deputados açorianos realizam. Então, assim sendo, ainda mais nos parece urgente que a Assembleia Legislativa dos Açores tenha presença nesses espaços cibernéticos, com divulgação alargada dos trabalhos parlamentares, seja dos Plenários bem como das Comissões parlamentares. Por exemplo, porque não realiza a ALRAA a transmissão vídeo dos Plenários em

direto nas redes sociais? Porque a Assembleia Regional não disponibiliza em tempo real no Twitter a documentação em apreço em cada ponto da agenda dos Plenários?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Parece tem a palavra.

Deputado Paulo Parece (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e pela Representação Parlamentar do PPM, traz de novo uma “velha” aspiração deste Parlamento: a criação do Canal Parlamento Açores.

O presente Projeto de Resolução recupera assim uma iniciativa de igual teor, aprovada em 2013 por unanimidade, mas que até à presente data não conheceu qualquer desenvolvimento.

Foram cinco anos, diríamos, perdidos, sem que, entretanto, se tenha desenvolvido qualquer iniciativa nesse sentido. O que lamentamos.

A valorização do Parlamento e uma política de proximidade entre os eleitos e os eleitores são uma preocupação deste Grupo Parlamentar.

E, nesse sentido, entende que tudo o que acontece no Parlamento dos Açores, interessa a todas e todos os Açorianos.

Torna-se, por isso, imperioso levar o Parlamento para junto das pessoas.

A transmissão direta e integral das sessões deste Parlamento pode e deve ser o motor desse desiderato.

Temos também, a exata noção que a essa exposição pública terão que corresponder as necessárias adaptações ao funcionamento do Parlamento que terá que passar por um entendimento político quanto a um conjunto de alterações regimentais e de funcionamento parlamentar, de modo a modernizar o processo legislativo na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

O Centro Regional da RTP-Açores seria, naturalmente, um parceiro privilegiado para a criação e funcionamento do Canal Parlamento-Açores, utilizando, desde logo, o seu suporte de difusão.

Pretende o presente Projeto de Resolução, tão somente, um espaço autónomo na emissão assegurado pela RTP-Açores, carecendo como anteriormente referimos, das necessárias alterações ao funcionamento deste Parlamento que se adequem à exigência da programação de um canal televisivo.

Por tudo isso, é um projeto que interessa em primeiro lugar aos açorianos, ao Parlamento e à RTP.

Aos Açorianos, porque passam a poder assistir às sessões plenárias do seu parlamento.

Ao Parlamento, porque ganha a projeção pública e permanente que precisa e merece, mostrando o seu plenário tal qual ele decorre.

À RTP-Açores, porque alarga substancialmente a sua programação de conteúdos regionais, reforçando assim a sua condição de serviço público.

É este o serviço público que se impõe!

O Projeto da criação do Canal Parlamento Açores, apresentado pelo CDS-PP e PPM visa essencialmente a criação de sinergias com a RTP-Açores.

Curiosamente, é também essa a visão do Conselho de Opinião da RTP.

Pelo Conselheiro Daniel Oliveira foi esta Assembleia, elucidada através da CAPAT,

E cito:

“A possibilidade de os eleitores poderem escrutinar o trabalho dos políticos justifica a existência de um Canal Parlamento na Região.

Demonstrou a sua concordância com o projeto, considerando que o Plenário do Conselho de Opinião será unânime a esta proposta, e que, o Centro Regional da RTP tem que se adaptar à realidade apresentada no projeto, havendo sempre um custo mínimo associado ao investimento, mas que não é o fundamental.”

Refere ainda “que o projeto merecerá o apoio do Conselho de Opinião, que o mesmo valoriza a função da Assembleia Regional, o serviço televisivo e o serviço público”. – Fim de citação.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Infelizmente a posição quer da direção da RTP Açores, quer do Conselho da Administração da RTP é bem diferente.

Ficou bem patente as dificuldades inumeradas pelos seus responsáveis em matéria de recursos humanos e meios técnicos para implementar aquilo que é pretendido na parte resolutiva do presente diploma, reconhecendo que a proposta apresentada aproximará os Açorianos e as ilhas dos Açores.

Ficamos ainda a saber que o projeto aprovado em 2013 não avançou por falta de iniciativa por parte da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Lamentável!

Em reunião mantida com o Conselho de Administração da RTP, ficamos também a saber que, consultados os diretores editoriais da RTP, por parte daquele órgão, se conclui que a pretensão expressa no presente diploma, não será possível de realizar...

Manifestando, no entanto, todo o interesse e disponibilidades em melhorar a cobertura dos trabalhos do Parlamento Açoriano.

Mais uma vez, lamentável!

Na verdade, a manifestação de interesse em reforçar a cobertura dos trabalhos parlamentares da Assembleia Legislativa é quase tão antigo quanto a pretensão de criação de um canal e que ganha novo fôlego a cada reivindicação, sem qualquer consequência prática digna de registo.

Neste caso, os meios técnicos existem, os recursos humanos, também, mas até à data sem qualquer concretização.

Nos moldes em que é, atualmente, efetuada a cobertura dos plenários, não nos parece razoável que em poucos minutos no noticiário regional se consiga transmitir às açorianas e açorianos aquela que é a realidade deste Parlamento!

Cientes da enorme dificuldade, ou quase impossibilidade da implementação do Canal Parlamento nos moldes em que se propõe neste diploma, o PSD votará favoravelmente o mesmo pelo princípio que lhe está subjacente:

A valorização do Parlamento e uma política de proximidade entre os eleitos e os eleitores.

Nesse sentido, o PSD subscreveu a constituição de um Grupo de trabalho no sentido de se agilizar a criação do Canal Parlamento Açores, dando o seu contributo na busca de uma solução que possa ser implementado de forma célere e acessível a todos os açorianos.

Disse.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem agora a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Para dar uma achega dentro daquilo que resultou do trabalho e do conjunto de diligências substantivas da CAPAT e do consenso que felizmente foi gerado e que está inclusive na origem da apresentação da segunda iniciativa.

Eu penso que o relatório é bastante claro acerca da substância dessas diligências e do que elas significam.

No entanto, ao nível do plenário talvez seja bom explicitar uma ou outra matéria, tal como, aliás, ao longo destas diligências os membros da CAPAT

tiveram relativamente a cada um dos respetivos interlocutores oportunidade de também esclarecer. Desde logo, e em primeiro lugar, não confundir o trabalho (e nós não confundimos) da comunicação social, designadamente do serviço público de rádio e televisão, que é devido a este Parlamento, e que feito com critérios editoriais, de acordo com a melhor ética jornalística, não se dispensa, quer-se e exige-se mais em quantidade e qualidade. Que fique absolutamente claro!

Este Parlamento não tem a mínima veleidade ou pretensão de substituir o trabalho jornalístico que continua a ser indispensável e que, no nosso entender, deve aumentar em quantidade e qualidade e também devemos continuar a pugnar por isso.

E é exatamente devido a esse respeito, porque não somos jornalistas, não temos a pretensão de sê-lo, numa posição humilde o que dizemos é, mas para além disso e independentemente das plataformas, ou recorrendo até a várias, o Parlamento acha que também deve dar o seu contributo no sentido de publicitar as atividades parlamentares, seja em direto, aquilo que se justificar, seja por um conjunto de outras formas.

Não obedecerá a critérios jornalísticos, é certo, mas obedecer com certeza, atenta a natureza plural deste Parlamento e atenta a consensualidade existente, a critérios equitativos e pluralistas que certamente todos nós haveremos de saber salvaguardar. Portanto, é bom que isto fique claro.

Não percebemos bem (é bom esclarecer) algum receio que nos foi manifestado, mas uma coisa também é certa: como já aprendemos todos, eu acho que inclusive a RTP a nível nacional e também a nível regional, longe vai o tempo – alguns ainda pertencerão a essas gerações – em que a RTP-Açores era a televisão.

A RTP-Açores é um canal de televisão e deve ser o nosso canal de televisão.

Quero dizer que para a segunda parte, o que nós em bom rigor precisamos, é de uma plataforma clássica de difusão audiovisual.

Havemos de tentar, com certeza, através de consenso a que chegamos e desse grupo de trabalho, ver da viabilidade efetiva disso poder ser feito recorrendo à empresa RTP, SA, mas haverá, no entanto, eventualmente outras, se porventura essa possibilidade segurar.

Haverá também com certeza, como aqui foi referido em várias intervenções, a necessidade e a utilidade de potenciar quer algum trabalho que já vem sendo feito, quer um trabalho eventualmente mais sistematizado e com novos recursos, quer humanos, quer tecnológicos, ao nível da exploração e do aproveitamento de novas plataformas multimédia.

Portanto, também já percebemos, apesar da valia política que reafirmamos consensualmente afirmada ou reafirmada nesta resolução, que as dificuldades concretas, operativas, que naturalmente esta questão coloca, até também devido à sua complexidade, desde logo também logística e técnica, que há toda a utilidade exatamente para que se consiga efetivar e executar o princípio de criar um grupo de trabalho que, de forma mais ou menos continuada, possa desenvolver uma série de diligências práticas no sentido de levar a efeito.

Acho que é a altura de salientarmos o consenso. As questões operativas, porque antes desta Resolução e relativamente à primeira ela não avançou, também tem a ver, como aliás a Sra. Presidente da Assembleia teve oportunidade de dizer na sua audição, da própria condição que na altura também constava da resolução inicial, mas também já percebemos aqui outro tipo de dificuldades.

Penso que o que interessa realçar é o nosso consenso, aliás a nossa unanimidade acerca da necessidade de se aumentar e aprofundar recorrendo ao conjunto de plataformas disponíveis, a divulgação e publicitação da nossa atividade parlamentar, o aumento da transparência da atividade política, a exposição da

democracia representativa em funcionamento, a vitalidade da nossa autonomia e deste órgão de Governo próprio.

Face àquilo que está em cima da mesa e à unanimidade verificada, vamos, Sras. e Srs. Deputados, ao trabalho.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu tive curiosidade! Fui verificar agora o que é que estava a RTP-Açores a transmitir neste momento em que estamos a ter este debate. O que neste momento está a transmitir é um simultâneo com a RTP-3.

Portanto, está a transmitir a mesma coisa que RTP-3 e é isto que sucede durante a maior parte dos trabalhos parlamentares. Tem aqui os meios instalados, mas não faz a transmissão.

Faz!... Faz a transmissão de debate parlamentares, mas são os da Assembleia da República. É o que a RTP 3 está a transmitir.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: E é o que faz também a SIC Notícias e é o que faz a TVI, várias vezes por dia, sempre que há plenários, sempre que há trabalhos parlamentares. Até na transmissão de Comissões mais relevantes há simultâneos. Portanto, há a transmissão de trabalhos parlamentares, constantemente, da Assembleia da República.

E a prova de que é visto, que este é um canal que os telespetadores veem, é que as televisões o fazem de forma cada vez mais sistemática e há cada vez mais horas de transmissão de debate parlamentar.

As televisões não o fazem gratuitamente. Fazem-no porque evidentemente têm audiência.

Mas aqui, a RTP Açores foi criada com uma visão e a visão é uma visão autónómica e é uma visão específica, por isso é que é um canal diferenciado, mas não é isso que se vê depois na prática. Na prática, eu tenho a certeza absoluta que tem mais horas de transmissão dos debates da Assembleia da República do que horas de transmissão de debates que aqui se realizam em direto. Aliás, diretos só temos o Programa do Governo e os debates do Orçamento, todos os anos. Não temos mais nada! Ao longo de todo o ano parlamentar não temos mais nenhum direto.

Foi isto que foi dito aos responsáveis em Lisboa e a sensação que eu tive (e tive a oportunidade de conversar com outros colegas que participaram nestas reuniões) foi uma sensação de centralistas. O que eles achavam era: o que é que interessa aquilo? O que é que interessa o Parlamento dos Açores?

Há uma visão de menorização do Parlamento dos Açores. Acham que é uma coisa pouco importante. Esta é a visão que têm em Lisboa na RTP.

Portanto, eu penso que a forma como a RTP faz a cobertura dos trabalhos parlamentares, esta displicência de transmitir agora o que está a transmitir a RTP 3, ou o que vão fazer durante horas, durante os debates parlamentares, não se deve de facto a que os açorianos não tenham interesse. Pura e simplesmente o que acontece é que quem não tem interesse para fazer isso é a RTP, porque como já se viu os debates parlamentares são transmitidos, e têm interesse por parte das pessoas, cada vez com maior intensidade, quer a nível nacional, quer a nível internacional.

Eu também tive o cuidado de verificar como é que estas coisas vão evoluir em termos internacionais e há cada vez mais horas de transmissão dos debates parlamentares, porque evidentemente estes temas são temas de interesse

público, que aqui se discutem, que interessam às pessoas. Interessa às pessoas o posicionamento dos partidos e as soluções que aqui são discutidas.

Eu gostava de dizer que há da parte da RTP Açores e da RTP, com decisões tomadas a nível de Lisboa, um défice muito grande da cobertura destes trabalhos e há uma visão que está subjacente. É uma visão centralista, de menorização da autonomia, de menorização do Parlamento dos Açores.

Só assim se compreende que neste momento estejam a fazer a transmissão... Aliás, para que é que o telespetador quer dois canais a transmitir exatamente a mesma coisa? Gostava de saber qual é a mais-valia que tem neste momento estar a efetuar a transmissão na RTP 3 e na RTP Açores, exatamente o mesmo conteúdo? Portanto, não tem nenhuma justificação.

Como a Sra. Deputada Zuraida Soares disse, isto nas reuniões que realizámos acerca de um ano, disseram-nos: não, não!

Quando lhes foram apontadas estas falhas disseram: não, não! Isto já está para breve, nós vamos aumentar a cobertura, temos novas soluções, vai ser uma coisa espetacular, extraordinária. Portanto, as transmissões vão ser... Vamos mudar completamente aquilo que é a realidade atual. Portanto, tudo irá ser alterado.

Passado um ano, nada! Nada foi alterado!

Continuam a realizar-se exatamente os mesmos diretos, nos mesmos momentos e no mesmo tipo de cobertura.

Não há nenhuma, nenhuma alteração a este nível.

Portanto, eu considero que o que o Sr. Presidente da Comissão, Francisco Coelho, aqui defendeu, que é uma das conclusões que eu retiro da sua intervenção, como concorda, é que é preciso ter outras alternativas e trabalhar outras alternativas. É isso que vamos fazer, mas tínhamos. De facto, privilegiávamos a solução RTP, porque é nossa e é um canal que gostaríamos de privilegiar e era uma instituição que gostaríamos de privilegiar.

Bom, mas se não for possível é importante que o Parlamento dos Açores, e fundamentalmente aqueles que querem acompanhar a vida política a nível regional e defender a autonomia, o possam fazer também através de outros meios e o grupo de trabalho vai procurar esses caminhos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver. Vamos então passar à votação destas iniciativas. Começamos pela ordem pela qual foram apresentadas.

Vamos votar o Projeto de Resolução 12/XI, subscrito pelo CDS e pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação do Projeto de Resolução 96/XI, subscrito por todos os partidos com assento Parlamentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto três da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 73/XI – “Recomenda ao Governo Regional que elabore um documento orientador sobre as regras do transporte de cadáveres entre as ilhas do Pico, Faial e São Jorge”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Representar os eleitores é, acima de tudo, procurar soluções e dar respostas.

Neste sentido, o que nos move ou o que nos moveu foi o objetivo primeiro de ajudar a encontrar uma solução, essencialmente com a criação de elementos facilitadores, dentro do quadro legal vigente, para que o transporte de cadáveres por via marítima, entre as ilhas do Faial, Pico e São Jorge seja realizado sem entraves e dúvidas que ainda hoje subsistem, estando em crer que essa subsistência deve-se apenas a uma má interpretação legal de alguns operadores e daí resultando uma prática que tem causado transtornos incomensuráveis a muitas famílias.

Os casos mais recorrentes são de doentes da ilha do Pico, que têm, como sabemos, o Hospital da Horta como sua referência hospitalar e que por isso deslocam-se diariamente e em grande número para a ilha do Faial. Menos recorrente será a deslocação de doentes da ilha de São Jorge, mas também os há.

Infelizmente e como é natural, acontecem falecimentos de doentes do Pico no Hospital da Horta.

Ora, é exatamente nestas situações que acontecem recorrentemente complexidades burocráticas e errada interpretação legal, que lamentavelmente tem exponenciado a dor de um momento já de si muito doloroso para as famílias dos entes falecidos, motivado pelo retardamento imposto, acima da lei, no processo de transporte dos cadáveres entre a ilha do Faial e do Pico.

Para que situações destas não se verifiquem no futuro e que o procedimento seja o mais célere possível, e sempre no estrito cumprimento do princípio da legalidade, o que se propõe é que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove esta recomendação, no sentido do Governo dos Açores promover os contatos necessários com a Autoridade Regional de Saúde

Pública e Delegados de Saúde das ilhas do Pico, Faial e São Jorge, para que se providencie um documento orientador sobre as regras de transporte de cadáveres, por via marítima entre estas três ilhas, pela sua particular proximidade, comunicando a todos os agentes funerários, bem como fiscalizando o seu integral cumprimento, através dos organismos próprios em razão da matéria.

Além disso, deve o Governo dar orientações à empresa pública Atlanticoline, para que esta empresa elabore um regulamento para o transporte marítimo de cadáveres nos seus navios, que fazem diariamente essas ligações.

Esta é, portanto, uma proposta do Grupo Parlamentar do PS, no sentido de tudo fazer para ultrapassar os imensos transtornos que esta situação tem causado especialmente às famílias picarotas, e também, em reduzidos casos, aos jorgenses.

Com a discussão e posterior aprovação desta iniciativa – trazida a esta Casa pelo Partido Socialista, mas que, estamos certos, poderia ser subscrita por qualquer bancada, tendo em conta a delicadeza da matéria em apreço e, por conseguinte, o respeito que em todos nós gera – esperamos que se conclua este longo caminho percorrido na defesa dos legítimos interesses da população destas ilhas.

Disse!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Marco Costa tem a palavra.

Deputado Marco Costa (PSD): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O PSD/ Açores reconhece a importância do assunto que aqui é trazido através desta iniciativa, e irá dar o seu voto favorável.

Mas, como já afirmamos, consideramos que esta Assembleia, **deve ficar como a nota da força das afirmações**, que são proferidas nesta Resolução, e com a preocupação acrescida sobre a forma como se constata a não aplicação da lei.

O Sr. Secretário considerou, e considera, acha eu, ainda, que a lei é clara, no entanto, *“reconhece que têm sido colocadas dúvidas por parte das funerárias”*.

Por outro lado, o preponente afirma que *“estão a ser exigidas formas de transporte que ultrapassam o que é exigido pela lei em vigor”*.

Ora, consideramos que existem duas notas principais que devem ficar.

Primeira:

Se todos reconhecem que a lei é clara, então por que é que a fiscalização não é eficaz, obrigando a incorrer na elaboração de um documento orientador, como aqui é proposto?

Sendo que (acho que ninguém fica seguro) este documento não se irá sobrepor à lei.

Segunda:

Por outro lado, deve ficar aqui claro, o plano ético dos operadores, porque esta é uma atividade muito sensível e delicada no plano ético, e que dificilmente se corrigirá com um documento orientador. Se isso não acontecer, antecipadamente lamentamos.

Aliás, se chegámos a esta discussão concluímos que as famílias do Pico e de S. Jorge têm sido expolidas, por aproveitamento da nossa condição arquipelágica, e deve ficar a reflexão coletiva sobre esta forma de atuar.

Voltando à iniciativa, tendo ela como objeto também a elaboração de um regulamento por parte da Atlanticoline, consideramos primária a sua audição, em Comissão, e isso não aconteceu.

Temos o parecer, temos o compromisso da Atlanticoline, mas achamos que deveria ter sido ouvida na Comissão.

Para concluir, é um assunto delicado, entristece-nos que exista a lei, todos reconhecemos que existe a lei, mas que ela tem sido mal aplicada ou pelo menos não tem sido fiscalizada em termos da sua aplicação.

Sendo um assunto, como já referi, delicado para as famílias, é natural que não existam queixas apresentadas, mas neste caso também os órgãos do Governo da Região deveriam ter iniciativa e deveriam apelar com mais veemência sobre os direitos dos cidadãos, sendo que vamos continuar a depender umas ilhas das outras, para melhores cuidados de saúde e correndo o risco dos falecimentos em diversos pontos da Região.

Tenho dito. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu queria felicitar o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em particular o Sr. Deputado Miguel Costa, com quem durante a Comissão já trocámos algumas impressões, por este documento que tem uma incidência particular e muito específica aqui no triângulo, que vem em boa hora regulamentar o transporte de cadáveres entre as ilhas do Pico, do Faial e de São Jorge.

Um documento, que é um documento orientador, e existindo obviamente este documento orientador com certeza que ninguém, nem as operadoras, nem as funerárias, irão contra as regras que forem definidas nesse documento.

Este documento, as pessoas que estejam, digamos assim, de boa-fé, naturalmente que o vão seguir, independentemente de ser lei ou não ser lei. É um documento orientador, que define regras de transporte, define regras de fiscalização, define regras para a Atlanticoline, como há de transportar, e em que condições, os caixões.

Portanto, parece-me não oferece qualquer dúvida, a mim em particular e ao CDS, que este documento vem em boa hora, vem resolver uma série de

assuntos e vem de alguma maneira aliviar um fardo, uma preocupação, um encargo que as famílias tinham, quer na dor que já passam nesta altura, mas também ultrapassarem entraves legais de transporte, de guias de transporte, etc., uma série de burocracias que ficam, em regra, estipuladas e que facilita a vida a toda a gente, aos operadores, a quem perdeu o seu ente querido e também às funerárias, de maneira que o CDS votará esta proposta favoravelmente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda votará favoravelmente esta recomendação do Partido Socialista ao Governo Regional para que este elabore um documento orientador sobre as regras do transporte de cadáveres entre as ilhas do Pico, Faial e São Jorge.

Fá-lo, porque consideramos que a abordagem deste problema é justa e é sobretudo urgente e é pôr o dedo numa ferida (permitam-me a expressão) que já existe há algum tempo e que até agora não tinha sido ainda identificada com tanta clareza e coragem, no fundo, porque também estão a ser identificados responsáveis por uma situação pouco digna e muito pouco clara relativamente à lei.

Mas eu tenho uma dúvida, que é a seguinte:

Eu, a menos que esteja enganada, não me parece que um documento orientador seja um regulamento. Regulamentar uma lei é uma coisa; criar um documento orientador é outra.

Portanto, aquilo que este Projeto de Resolução faz é solicitar ao Governo, ou recomendar ao Governo, que crie um documento orientador que clarifique, no

fundo, a aplicação de um Decreto-Lei, o Decreto-Lei do Regime Jurídico da Remoção, Transporte, inumação, exumação, transladação e cremação de cadáveres, mas a elaboração deste documento orientador com o qual o Bloco de Esquerda concorda em absoluto, não garante, nem assegura, que os mesmos que até agora têm transgredido a lei, ou não a têm interpretado da maneira correta, de súbito, porque há um documento orientador da parte do Governo Regional, resolvem começar a portar-se com decência.

Pode ser má vontade da nossa parte, mas na realidade não acreditamos que este documentozinho o possa fazer, pelo que, não retirando a esta iniciativa o valor que ela tem (volto a repeti-lo), quanto mais não seja porque põe o dedo numa ferida que estava escondida de uma clarificação pública tão grande quanto esta Casa é capaz de amplificar, a questão que levantamos, no caso ao proponente, ao Partido Socialista, é esta:

Não seria mais indicado adaptar a lei, o Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de dezembro, à Região, considerando as suas especificidades, e depois regulamentá-lo, fazer a sua respetiva regulamentação?

Não seria isto uma maior garantia de que aqueles que transgridem agora não o poderão, nem o deverão voltar a fazer? – pergunta-se (pergunta feita ao proponente).

E se na realidade acreditam (todos somos pessoas de boa-fé, de muita convicção, de muita tolerância) de facto, que o documento orientador vai pôr ordem e decência numa prática que tem sido tudo menos essa até ao momento.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

De momento a Mesa não tem inscrições. Sr. Deputado Miguel Costa tem a palavra.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para responder às questões colocadas pelo Bloco de Esquerda, que são legítimas.

Basicamente a lei, ou melhor, esta matéria tem sido tratada já há alguns anos, pelo menos da minha parte.

Consultei as entidades funerárias, todas as que operam na ilha, nestas ilhas, consultei a Autoridade Regional de Saúde Pública, consultei quem as funerárias indicaram como seus representantes, a Associação Nacional de Agências Lutuosas, que tem um entendimento completamente diferente da Lei.

Recentemente recebi um mail dessa Associação a congratular o facto de ter avançado com esta iniciativa para clarificar e foi exatamente essa Associação e as Agências Funerárias que disseram que a melhor solução seria – não era necessário a alteração legislativa, e também recorri a vários juristas para perceber se a legislação contemplava estas situações todas e contempla efetivamente –, o ideal era, criar um documento onde agregasse todas estas regras e especificasse de forma clara e que tipificasse as situações em que tem que ser feito o transporte desta forma ou daquela forma, ou recorrendo a um tipo de caixão, com zinco ou madeira, ao transporte marítimo ou transporte aéreo.

Por isso mesmo, neste Projeto de Resolução é incluído o regulamento (esse sim) interno da própria empresa para definir os critérios para o transporte, porque a própria empresa pode ter critérios mais exigentes que a lei. Uma empresa, por exemplo, em termos de aviação, há critérios específicos para o transporte de cadáveres com condições especiais, neste caso com recurso ao caixão de zinco.

Portanto, o que se transpõe para este Projeto de Resolução é exatamente um conjunto de situações que foram trabalhadas, não foram negociadas (não é esse o caso), quer com a Associação, quer com a Autoridade Regional, que mostrou disponibilidade também para junto dos delegados de saúde destas ilhas trabalharem um documento orientador que servisse de apoio à atividade desses

operadores. Foi isso que o PS aqui apresenta, tendo por base uma lei que garante a legalidade de todo este transporte e os critérios que devem ser salvaguardados neste transporte específico nestas três ilhas, pela sua proximidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Agradecer ao Deputado Miguel Costa os esclarecimentos prestados, mas permita-me, Sr. Deputado, dizer-lhe o seguinte:

Não respondeu à minha questão, de fundo: por que é que não é preferível adaptar a lei às circunstâncias, às especificidades próprias da nossa Região, regulamentando-a depois, em vez de fazer um documento orientador? Não respondeu!

Agora, permita-me dizer-lhe uma coisa: no fundo, parece que, à partida, é preciso que para cada lei venha um documento clarificador da forma de a aplicar. Quer dizer, isso é absolutamente inaceitável.

Não é preciso fazer um desenho, nem mímica quando há uma lei que está escrita, que é clara, segundo acabou o Sr. Deputado de dizer. Se é clara, a sua clarificação com o regulamento e com o elemento clarificador é absolutamente redundante.

Faltava agora que para cada lei, seja ela qual for, Decreto-Lei, Decreto Legislativo, o que for, tivéssemos que elaborar um documento que dissesse como é que a lei é aplicada. Isso é um regulamento, não é um documento orientador.

Portanto, sem querer tirar – mais uma vez repito – nem o mérito, nem a justeza da iniciativa, continuo com as duas dúvidas: a primeira é apenas o documento

clarificador; a segunda, que me suscitou a sua resposta, é que se vamos por aí estamos mal. O caminho é mau, porque nunca mais paramos de clarificar aquilo que já é claro.

Deputado Miguel Costa (PS): Para si!

A Oradora: E só, digamos, o tresler ou uma má vontade na sua aplicação, de acordo com outros interesses, é que permite que aquilo que é claro de repente fique obscuro.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu penso que a Sra. Deputada Zuraída Soares coloca a questão com grande seriedade. Aliás, eu já o tinha feito também no âmbito da reunião da Comissão. Aliás, na página n.º 5, “o Deputado Paulo Estêvão interveio para esclarecer a sua intervenção anterior dizendo que só um documento orientador não irá resolver o problema, uma vez que nada impede que continuem a existir diferentes interpretações do texto legal em vigor”.

Foi esta perplexidade e as questões que a Sra. Deputada agora aqui apresenta, que eu tive a oportunidade também de apresentar no âmbito da Comissão.

Perguntei outras coisas: perguntei quantas queixas existem ou foram formalizadas?

Não foi formalizada nenhuma queixa. Esse é outro problema para as entidades.

Nós podíamos acusar aqui o Governo de não fiscalizar devidamente a questão, mas a verdade é esta, é que não foi apresentada nenhuma queixa.

A justificação que me foi apresentada eu acho que é parcialmente plausível. As pessoas encontram-se num estado emocional em que esta é a última coisa que se lembram, de estar a fazer queixas e tudo isso.

Eu acho que isto é verdade para alguns casos, mas também acho que quem é penalizado, quem é prejudicado, deve sempre utilizar os seus direitos cívicos. Portanto, penso que mais tarde ou mais cedo há um período em que o podem fazer e as pessoas devem sempre, quando considerem que estão a ser enganadas, que estão a ser roubadas, exercer os seus direitos para que as entidades possam agir, porque se não existir queixa evidentemente é muito mais difícil neste contexto.

Eu acho também que se existem dúvidas de interpretação eu não vejo que um documento orientador resolva a questão. Também não irá fazer mal. É um esforço nesse sentido que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista avança.

É uma preocupação que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista sinaliza.

Evidentemente que é sempre importante quando os Deputados constatarem um problema e agem no sentido de o tentar resolver.

Penso que não é a forma mais eficaz de o fazer, mas também não deixo de valorizar a apresentação de um documento deste tipo.

Vamos ver se os problemas se ultrapassam. Acho que não, como a Sra. Deputada Zuraida Soares estava aqui a referenciar, mas isso não me impede, o facto de eu fazer esta interpretação, de votar favoravelmente a sua iniciativa.

Portanto, vou votar favoravelmente, tendo consciência que quem tentava tirar o máximo de lucro possível das situações em que as pessoas se encontram, e ainda por cima situações deste tipo, vai continuar a tentar fazer, porque um documento orientador não obriga a nada, nem tem o tipo de eficácia legislativa desejável. Era melhor realmente legislar nesse sentido.

Portanto, tendo em conta esta questão, sinalizar duas coisas: acho positivo e valorizo o ato do Sr. Deputado de se ter preocupado com esta questão; não é o mais eficaz, mas também não vem mal ao mundo se for criado um documento orientador.

Portanto terá o voto favorável do PPM.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É interessante que uma matéria que é consensual, que toda a gente concorda, e eu ouvi aqui várias vezes (as pessoas não fazem queixa!) a palavra queixa.

Mas o que eu percebo aqui é uma série de queixinhas sobre o documento. Ao fim e ao cabo andamos sobre isto. Vamos lá ver:

Se o Governo vai fazer um documento orientador, que pode ser uma portaria, pode ser um despacho, pode ser, enfim, qualquer coisa com valor legal (não é?), definirá o Governo esse documento, terá forçosamente alguma força legal, terá forçosamente alguma força orientadora.

Então não tem? O senhor tem a Portaria da Deslocação de Doentes, não tem força legal? Se não cumprem, então não tem? Com certeza que tem!

Portanto, o Governo fará um documento orientador e esse documento orientador revestirá a reforma que o Governo melhor entender para conseguir esses objetivos. Portanto, pode ser qualquer um documento orientador, como há portarias que regulamentam a deslocação de doentes e tantas outras coisas. Portanto, isso pode fazer-se.

As queixinhas que aqui vejo, não vejo.

Portanto, felicito-o mais uma vez, e, Sr. Deputado Miguel Costa espero que não lhe chamem bairrista por o senhor estar a defender a sua ilha e a Ilha do Pico, espero que não seja catalogado dessa maneira.

De facto, eu entendo que isto é uma boa proposta. Podia ter sido melhor? Talvez é sempre melhor quando os outros não têm ideias e vêm atrás das nossas.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Isto é um Melhoral!

O Orador: Eu acho que vem em boa hora, vamos em frente.

Se for preciso melhorá-la no futuro cá estaremos para a melhorar.

Se virmos que não funciona, cá estaremos para fiscalizar.

Portanto, é tão só isso que se passa.

Deputada Zuraída Soares (BE): E fazer queixinhas!

O Orador: E deixamos as queixinhas para depois. As queixinhas vêm depois, porque as pessoas... Eu ouvi aqui dizer: ah, coitadas das pessoas, que não se queixam...

Deputada Zuraída Soares (BE): Ah, as queixinhas vêm depois! Antes não!

O Orador: Sra. Deputada, quando eu estou a falar a Sra. Deputada fica muito incomodada.

Deputada Zuraída Soares (BE): São queixinhas, Sr. Deputado!

O Orador: Pois é, pois é! Está na idade disso, Sra. Deputada! (*risos*)

Deputada Zuraída Soares (BE): Fazer queixinhas, a si!

O Orador: É ternura.

Deputada Zuraída Soares (BE): Olhe que a si não!

O Orador: É a ternura, Sra. Deputada.

Deputada Zuraída Soares (BE): Dos 40!

O Orador: Ouvi aqui dizer várias vezes que as pessoas estão no momento de grande consternação, de tristeza, etc., e é verdade, mas quando as pessoas sentem que estão a violar grotescamente os seus direitos, estão a ser prejudicadas, ah, elas queixam-se.

Elas queixam-se, porque já se queixaram a mim, nomeadamente em situações bem mais graves. Por exemplo, em casos de autópsia, em que tem que ser o ente o querido... O médico não consegue deslocar-se para fazer a autópsia e as pessoas naqueles dias de dor não conseguem voar com o seu morto. Não conseguem! Elas queixam-se!

Portanto, não me venham aqui dizer que as pessoas ficam sem reação se virem que algo corre mal. Se alguma coisa corre mal, as pessoas queixam-se sim senhor.

Então, o Governo só pode atuar se há queixas! Se atua preventivamente está a fazer mal.

Se o Partido Socialista atua preventivamente está a fazer mal.

Os senhores agora estão a fazer porque há queixas, mas deviam ter feito isso para não haver queixas.

Quer dizer, andamos aqui numa “pescadinha de rabo na boca” que então ninguém se entende.

Portanto, mais uma vez, Sr. Deputado Miguel Costa, voto favorável do CDS e felicito-o pela iniciativa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Na discussão sobre o transporte de cadáveres e os moldes em que o mesmo deve ser efetuado, não podemos deixar de ter em consideração que, mais do que discutir a pertinência de fazer ou não regressar o ente falecido à sua terra natal ou outro local que fosse seu desejo ou dos seus familiares, está em causa tornar célere e isento, tanto quanto possível, de complexidades burocráticas um processo que, legitimamente, é requerido pelos familiares. As pessoas não podem nem não devem ser subtidas ao desgaste emocional que tal burocracia excessiva acarreta, numa altura que é de dor, é de luto e em que a preocupação é tão só fazer regressar o seu ente falecido para junto dos seus.

A elaboração do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de dezembro, e respetivas alterações, que estabelece o regime jurídico da remoção, transporte,

inumação, exumação, trasladação e cremação de cadáveres teve, de facto, como uma das preocupações a de “libertar uma área tão sensível como esta de entraves burocráticos” o que, na prática, parece não se verificar. Provavelmente, porque a redação do próprio diploma – nomeadamente, no seu artigo 6.º onde se estabelece o regime geral de transporte de cadáveres fora do cemitério – é pouco objetiva não se encontrando tipificados procedimentos práticos, sobretudo no transporte marítimo.

Ora, por razões óbvias, o transporte marítimo de cadáveres assume especial relevância nas ilhas do Triângulo quando sabemos que são inúmeros os utentes deslocados, sobretudo do Pico e de São Jorge, que, como todos sabemos, se servem, sobretudo, da unidade hospitalar que se encontra localizada na Horta.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

É inquestionável o papel preponderante que a Atlanticoline assume na ligação regular que estabelece entre as ilhas, sobretudo em situações de deslocação de utentes, garantindo que os mesmos tenham acesso a melhores condições de saúde. É, igualmente, inquestionável que a empresa faz todos os esforços para cumprimento integral da legislação aplicável ao transporte marítimo de cadáveres.

No entanto, considerando que continua a ser um processo, em termos práticos, extremamente complexo e com inúmeras dificuldades, decorrentes da prática incorreta de alguns agentes funerários, mesmo que por errada interpretação da legislação em vigor, a elaboração de um documento orientador é imprescindível.

A definição clara e objetiva das regras e procedimentos que devem ser assegurados no transporte marítimo de cadáveres, assim como a definição de um regulamento pela própria Atlanticoline, mostra-se imperativa, não

apenas como garante de uma correta interpretação e aplicação prática da lei, mas, sobretudo porque reduzirá a morosidade do processo e minimizará os constrangimentos a que os familiares dos entes falecidos vêm sendo, até ao momento, sujeitos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em relação a esta iniciativa eu já disse que votava favoravelmente. Portanto, daqui e da minha parte, não quero retirar nenhum mérito à sinalização que o Sr. Deputado quer fazer deste assunto, mas é pouco mais do que isso, porque a verdade é que não foram apresentadas queixas por parte das pessoas.

Fiz essa essa pergunta. Fui eu que fiz a pergunta: alguém apresentou queixa? Ninguém apresentou queixa!

Deputado André Bradford (PS): E o senhor fez alguma coisa?

O Orador: Perguntei também sobre a fiscalização que foi efetuada. O Governo tem competências de fiscalização.

Foram aplicadas coimas? Não, não foram aplicadas coimas!

Então estamos aqui a falar de um problema em que existe um infrator que nunca foi penalizado.

O Governo nunca o viu, nunca o constatou; as entidades que dependem do Governo nunca o constataram, nunca aplicaram qualquer tipo de penalização.

Diz-me o Sr. Deputado: há um documento orientador que tem uma força.

Não! O documento orientador...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! Diga lá o que eu disse!

O Orador: ... pressupostamente é para que se faça a interpretação correta da lei.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! Leia, leia!

O Orador: Ora, estas entidades fazem a interpretação que muito bem entendem, como se tem verificado, não têm sido penalizadas por isso, pelas entidades fiscalizadoras.

Têm? Não têm!

A interpretação que estas entidades têm realizado da lei está errada? Se está errada então cometeram infrações. Se cometeram infrações foram-lhes aplicadas coimas.

Mas alguma coisa desse tipo aconteceu? Não, não aconteceu. Também não aconteceu.

Portanto, quando se coloca em causa a eficácia desta medida eu penso que se coloca em causa com toda a propriedade. É, de facto, uma situação em que não se vê que este Projeto de Resolução seja uma forma eficaz de combater o problema. Outra coisa é, como muito bem disse a Sra. Deputada Zuraida Soares, que eu quero aqui sublinhar, na sua intervenção, se o problema está na legislação, vamos alterar a legislação naquilo que são as competências próprias da Região nesta matéria.

O Sr. Deputado disse que não era necessário. O que é necessário é levar uma nova interpretação.

Eu não vejo que estas entidades, com um documento orientador, alterem o seu comportamento, porque obviamente não tendo sido penalizadas, se já foram objeto de fiscalização, e foram com certeza, e não lhes foi aplicada nenhuma coima, então eles chegam à conclusão, legitimamente, que não estão a cometer nenhuma infração. Portanto, não vejo a eficácia.

Estou de acordo com a preocupação do Sr. Deputado. Evidentemente estou de acordo com essa preocupação, valorizo a sinalização. Considero é que a proposta, do ponto de vista da sua eficácia, não a vejo, Sr. Deputado.

Deputado André Bradford (PS): Não a vê, mas vai votar a favor!

O Orador: Não vejo esta eficácia.

Portanto, isto é como combater uma dor de cabeça brutal com um Melhoral.

Mal não vai fazer, mas também tenho grandes dúvidas que vai fazer bem.

Devo dizer também que há uma outra questão que ficou por responder, porque o Partido Socialista não autorizou esta audição em relação à empresa Atlanticoline.

Diz aqui o ponto n.º 2 que “o Governo Regional deu orientações à empresa Atlanticoline para que esta providencie a elaboração de um regulamento para o transporte marítimo de cadáveres”.

Eu tinha uma pergunta, se o Partido Socialista tivesse autorizado a realização desta audição,...

Deputado André Bradford (PS): Ó senhor, isso não é verdade!

O Orador: ... para fazer, que era: este regulamento não existe atualmente? Ou seja, a empresa não tem um regulamento para o transporte marítimo de cadáveres? Tem ou não tem? Tem ou não tem este regulamento?

Deputado Miguel Costa (PS): Não é obrigatório!

O Orador: Esta era uma pergunta muito importante, que penso que era esclarecedora, porque aí via-se o tipo de desempenho que está a ter a Atlanticoline nesta matéria e que tipo de regulamento existe.

Eu queria fazer esta pergunta, mas não me foi possível fazer a pergunta à entidade, porque o Partido Socialista não autorizou que a mesma se deslocasse à Comissão.

Mas dito isto e feitos estes reparos, continuo a votar favoravelmente a iniciativa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não está a ser coerente!

Deputado Paulo Estevão (PPM): Estou, estou!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional da Saúde tem agora a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

No decorrer da audição na Comissão respetiva tivemos toda a oportunidade de fazer um debate interessante à volta desta matéria e perceber a evolução que esta temática teve no tempo desde que foi despoletada, penso que em 2014, através da Assembleia Municipal da Madalena, numa situação que obviamente alguém terá percebido que essa situação estava a causar transtornos à população.

Por aí, o que se verificou foi um conjunto de contactos e de esclarecimentos de várias entidades, da parte da Secretaria Regional da Saúde, ao nível da Delegação de Saúde, mas também como foi dito envolveu a própria Provedoria de Justiça que em 2017 também já veio a fazer o esclarecimento que entendia relativamente a essa questão.

A evolução dessa temática passou, desde a situação inicial, onde o problema se situava, numa exigência que havia por parte da Agência Funerária em que o cadáver tinha que estar numa urna de zinco, e isto (cito a lei) tendo em conta o que lei exigia obrigava a permanência do corpo durante mais tempo. Isso sim, dificultava que as pessoas pudessem fazer as cerimónias necessárias na sua ilha, e tem vindo a evoluir – no sentido depois de haver esclarecimentos nessa matéria – para outras questões que já têm a ver com o próprio transporte em si na Atlanticoline, através de viatura ou de que forma é que sem a viatura estas urnas têm que ser transportadas.

Verifica-se também da parte da Agência Funerária uma abertura e uma vontade de que esse assunto seja esclarecido, e já o foi.

Portanto, um documento orientador como este pensamos que será de todo útil para que efetivamente a situação fique resolvida.

Tendo em conta que se trata de uma questão de autoridade de saúde, também foi dito em Comissão e já se realizou uma reunião entre a Direção Regional de

Saúde e todos os Delegados de Saúde do arquipélago, no sentido de, entre outros temas, também se esclarecer esta matéria que passa também por um conjunto de sessões de esclarecimento junto de várias entidades para que efetivamente essa situação fique esclarecida.

Portanto, da nossa parte o documento será elaborado, a própria Atlanticoline no parecer que dá e que está anexo ao relatório também assim o entende.

Portanto, pensamos que ficam criadas as condições para que, por um lado, as entidades inspetivas que no âmbito do regime jurídico da remoção de transporte possam exercer, mas também por outro lado, tal como frisei na Comissão, que outras entidades, como a Inspeção Regional das Atividades Económicas, ao nível do Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, também possa intervir, porque o que tem que ser claro perante todos é quais são as exigências que a lei impõe para o transporte e ficar claro perante todos aquilo que deve ser feito.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 17 horas.

Eram 16 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 10 minutos.

Entramos agora no ponto quatro da nossa Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 14/XI – “Remoção de cadáveres de doentes deslocados falecidos”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Tem a palavra, para apresentação do diploma, o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A dispersão territorial do nosso arquipélago condiciona a oferta de serviços públicos de saúde nas diversas ilhas obrigando não raras vezes a deslocar os utentes do Serviço Regional de Saúde para unidades de saúde localizadas noutras ilhas, ou para Portugal continental ou até no estrangeiro com a finalidade de lhes serem prestados os devidos cuidados de saúde adequados ao seu quadro clínico.

Verificando-se que se encontram atualmente consideradas as condições e os apoios referentes às viagens, ao alojamento e às diárias decorrentes da deslocação de doentes e respetivos acompanhantes, aliás matéria para a qual o CDS-PP nesta Casa apresentou várias propostas para melhorar as diárias dos doentes deslocados, verifica-se, contudo, que o atual quadro de apoios

estabelecidos não prevê a eventualidade da ocorrência do óbito do doente deslocado, embora tenha havido uma ou outra Portaria nesse sentido.

Considerando que, nos casos ainda em que o óbito ocorre fora da ilha de residência e em especial fora da região, o custo do transporte de cadáveres assume um valor por vezes incomportável para as famílias e uma preocupação acrescida num momento de grande vulnerabilidade, importa, por isso, em nome de uma efetiva proteção e justiça social, sobretudo, promover uma resposta da Administração Pública Regional para que os procedimentos administrativos e respetivos custos financeiros associados ao transporte dos cadáveres dos doentes deslocados falecidos seja efetivo.

Apresentamos assim uma iniciativa legislativa, um Decreto Legislativo Regional, que procura responder solidariamente a este problema originado pelas consequências da insularidade nas nossas populações, atendendo ao valor da família e aos laços de pertença territoriais próprios da nossa identidade cultural. Estabelece assim o regime jurídico do transporte de cadáveres de doentes falecidos no âmbito da deslocação de doentes do Serviço Regional de Saúde, atribuindo competências administrativas aos serviços sociais das unidades de saúde do Serviço Regional de Saúde para procederem aos trâmites legais.

Nesse sentido, acolhemos de bom grado, e aquando da discussão em Comissão deste diploma, as sugestões que foram feitas, pelo Sr. Secretário e por alguns Srs. Deputados, no sentido de alterarmos a nossa Proposta de Decreto Legislativo Regional para conseguirmos nesta matéria um consenso nesta Casa que sirva todos os açorianos, sem exceção.

Foi isso que nos moveu, foi isso que aconteceu. Portanto, acolhemos e fizemos uma série de propostas de alteração que vieram ao encontro, presumo, daquilo que foi discutido em Comissão e do necessário para que isto mereça a aprovação nesta Casa.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS-PP e do PPM)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas Membros do Governo:

Só uma palavra para dizer que efetivamente já em Comissão o Governo Regional teve oportunidade de transmitir que concordava com esta proposta e que tudo fará para que efetivamente ela seja implementada, porque, de facto, nós tínhamos aqui uma lacuna que urgia corrigir e, como tal, pensamos que quer a proposta inicial, quer com as alterações que agora são apresentadas, ficamos com um enquadramento jurídico que irá permitir dar apoio às famílias quando efetiva e lamentavelmente os seus familiares venham a falecer no âmbito da Portaria da Deslocação de Doentes.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em nome do PSD queria manifestar a nossa congratulação relativamente à iniciativa aqui apresentada que vem isentar de qualquer tipo de despesas o transporte de cadáveres relativamente a doentes deslocados ou para fora da sua ilha de residência, ou para o continente ou mesmo para o estrangeiro.

Digo complementar, ou vem de forma total isentar, porque estava em vigor, desde 2006, uma Portaria que fazia referência, por sua vez, a uma Portaria já

não em vigor de 2004, que atribuía um valor fixo ao adulto ou à criança deslocada para cuidados de saúde da sua ilha de residência e, entretanto, falecida, em função daquilo que era o rendimento do agregado familiar.

Esta proposta do CDS faz não depender de qualquer condição económica a cobertura integral das despesas relativas ao transporte do cadáver de doentes deslocados pelo Serviço Regional de Saúde e em tratamento.

Em Comissão tive a oportunidade, de forma construtiva, de colocar algumas questões relativas à operacionalização do próprio processo, que, verifico, pela substituição que as propostas de alteração que o CDS-PP apresenta vêm de alguma forma ao nosso encontro.

Estas propostas de alteração deixam em aberto a operacionalização do processo e corrigem de alguma forma a atribuição do subsídio ou a isenção total do transporte, não o atribuindo de per si de forma indiscriminada, mas se o cadáver em si, ou se a família da pessoa falecida, melhor dito, tiver por via de outros benefícios a recolha desses mesmos benefícios para as despesas do transporte do cadáver, são complementares, de modo a que o total do valor atribuído não ultrapasse o total das despesas efetivamente tidas com o transporte.

Portanto, de acordo com aquilo que o CDS aqui propõe reconhecemos ser esta uma necessidade e uma ajuda a todos os açorianos que infelizmente possam passar por esta situação numa Região com nove ilhas, seis das quais sem hospital.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, transmitir que esta iniciativa proposta pelo CDS-PP tem o acolhimento deste Grupo Parlamentar.

Reconhecemos, de facto, que apesar de já existirem normativos anteriores que já proviam o apoio nestas situações, é verdade que esta iniciativa vem melhorar aquilo que já existia.

Há também uma situação que gostaríamos de relevar que foi a posição inicial do proponente que, em sede de Comissão, assumiu que estava aberto e disponível para receber qualquer contributo ou situações que melhorassem o próprio diploma. Assim foi feito, daí que resultou uma substituição integral do próprio documento e que, em nossa opinião, melhora significativamente a operacionalidade do mesmo e torna efetivo o objetivo com que se propõe atingir.

Ultrapassamos assim mais uma dificuldade e é de saudar quando estamos de acordo numa área com esta sensibilidade, porque consideramos que, se nos compete promover e defender a saúde, também nos compete dignificar as situações de morte e, sobretudo, também apoiar as famílias quando são atingidas por esta situação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem agora a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PCP está, na generalidade, a favor deste documento. Só tinha uma pergunta a fazer ao Sr. Deputado Artur Lima, porque acontece nas ilhas mais distantes e mais pequenas.

Um doente ou uma pessoa que fez as suas economias ao longo da vida e devido à morosidade do Sistema Regional de Saúde foi por sua conta, por exemplo, a

Ponta Delgada a uma consulta, teve a infelicidade de morrer nesta consulta. Tem ou não tem direito no apoio da deslocação do cadáver, ou só no âmbito das deslocações de doentes do Serviço Regional de Saúde é que têm esse direito?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa do CDS-PP é extraordinariamente importante tendo em conta que este tipo de situações é mais frequente do que se pensa e colocam graves problemas às famílias.

Eu considero que aqui o que se trata é realmente de um apoio muito, mas muito importante às famílias. São despesas muito consideráveis.

Trata-se, de facto, de uma situação que colocou no passado recente (e eu conheço alguns casos) famílias numa situação difícil e, de facto, é da maior justiça que se resolva e que as entidades regionais participem.

Este artigo no n.º 1 do n.º 3 diz o seguinte: “são comparticipadas”, e eu sublinho isto, “**na totalidade** as despesas decorrentes do transporte de cadáveres doentes falecidos no decorrer das deslocações para a unidade de saúde fora das suas ilhas de residência”, algo que ocorre com maior frequência do que as pessoas julgam.

Portanto, penso que este apoio é muito importante e aqui, sim, trata-se de uma medida bastante substantiva em relação a esta matéria.

Não se trata de uma recomendação ou algo que terá um efeito dúbio. Não!... Aqui trata-se de uma questão...

(Aparte inaudível)

O Orador: Sr. Deputado, não interrompa. Está constantemente nessa guerrilha de apartes, interrompendo num assunto importante.

Presidente: Por favor, Sr. Deputado, não entre em diálogo.

O Orador: Pois, Sra. Presidente, mas sou constantemente interrompido pelo Sr. Deputado Bradford que interrompe toda a gente aqui no Parlamento dos Açores.

Mas pronto, eu vou continuar, porque o que realmente interessa e o que aqui estamos a discutir é a resolução de uma questão importante. Esta proposta, esta iniciativa do CDS é substantiva. De facto, vai resolver de forma prática uma questão que muitas famílias enfrentam e, por isso, da nossa parte, nós vamos votar favoravelmente esta iniciativa.

Aliás, as alterações que foram realizadas ao diploma e que foram agora apresentadas só beneficiam a proposta e tornam-na ainda mais clara.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários:

Eu realmente percebo e entendo a questão que colocou o Sr. Deputado João Paulo Corvelo, mas efetivamente havia alguma discricionariedade e, portanto, era um bocadinho complicado o Serviço Regional de Saúde responsabilizar-se por quem não teve nenhuma responsabilidade na deslocação.

Eu percebo que há pessoas que não têm acesso a uma consulta, ou a um tratamento, que se possam deslocar e, eventualmente, têm o azar incrível de falecerem.

Mas também eu faço lembrar que existem, até nem muito caros, seguros que se podem fazer para isso e que não custam muito dinheiro.

Realmente enquadrá-los aqui sem a responsabilidade do Serviço Regional de Saúde parecia-me um bocadinho complicado e difícil de o fazer, uma vez que a

entidade pública não tinha nenhum controlo, nem sabia se a pessoa tinha esgotado todos os meios ao seu alcance para ser tratada num hospital da Região, ou não, se a consulta ou o tratamento era efetivamente demorado ou não.

Portanto, há aqui uma série de variáveis que são um bocadinho, no meu entender, difíceis de prever e, como tal, é efetivamente correto que o Serviço Regional de Saúde assuma a responsabilidade para com os doentes que ele próprio desloca.

Quanto aos outros, pois efetivamente as pessoas às vezes podem optar por ir a um tratamento lá fora, com a liberdade que o têm de o fazer, ou irem a São Miguel em vez de irem à Terceira. De facto, isso já não depende do Serviço Regional de Saúde é da inteira responsabilidade dos doentes.

Percebo que as pessoas, numa situação já de algum desespero, que não conseguem aceder a um tratamento ou a uma cirurgia, enfim, ou a outra coisa, peguem nas economias que têm e acontece que vão ao continente, ou a outro sítio, e têm a infelicidade de falecer.

Pronto, é uma infelicidade, de facto, mas realmente eu acho que esta proposta não dá, e julgo que nem poderia dar, resposta a essa situação, mas no meu entender é assim.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições. Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação deste diploma. Começamos pela votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado foi aprovado, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao debate e votação na especialidade.

Como já foi anunciado pelo Sr. Deputado Artur Lima existem várias propostas de alteração que já foram, entretanto, distribuídas por todos.

Começamos pela proposta de alteração ao artigo 1.º deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco então agora à votação (como tem propostas de alteração, obrigatoriamente tenho que votá-las primeiro, tecnicamente não o posso fazer de outra forma) o artigo 1.º com a alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração ao artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco então à votação o artigo 2.º com as alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Proposta de alteração ao artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Artigo 3.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora às propostas de alteração para o artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: As propostas de alteração anunciadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Coloco então agora à votação o artigo 4.º com estas alterações.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Proposta de alteração para o artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A propostas de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração ao artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: E por fim o artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global o Projeto DLR apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está concluído este ponto.

Sr. Deputado André Bradford pede a palavra para?

Deputado André Bradford (PS): Para solicitar um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental. Regressamos às 18H10.

Eram 17 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 23 minutos.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto cinco da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 50/XI – “Recomenda a criação do “Portal da Transparência e Participação Cidadã” no âmbito do sítio eletrónico da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”.**

Este Projeto de Resolução foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Os tempos são aqueles que habitualmente utilizamos para o processo legislativo comum.

Para a sua apresentação tem palavra o Sr. Deputado André Bradford.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Cerca de um ano depois do Grupo Parlamentar do Partido Socialista ter, pela primeira vez, anunciado a sua intenção de apresentar um Projeto de Resolução com incidência nas questões do relacionamento da instituição parlamentar com os cidadãos e em particular na criação dos meios suficientes para aumentar o grau de transparência da nossa atividade, cerca de um ano depois disso, cumpre-nos agora apreciar em plenário a iniciativa e o Projeto de Resolução do Partido Socialista que visa criar o Portal da Transparência e da Iniciativa Cidadã.

O contexto é fácil de explicar. Colocam-se hoje às instituições políticas, às diversas instituições políticas, e muito especialmente aos parlamentos, desafios muito prementes em termos de transparência da sua atividade, em termos de fomento de proximidade com os cidadãos eleitores e também no fomento da participação dos cidadãos pelos vários meios disponíveis no processo político e no processo legislativo. São essas as preocupações e são essas as razões de ser deste Projeto de Resolução: facilitar e agilizar o acesso das pessoas à informação que as habilite a fazer um juízo informado e sustentado da nossa atividade parlamentar.

Não temos pretensões de sermos particularmente originais ou particularmente abrangentes e que isto resolva todas as questões que estão subjacentes ao problema do relacionamento entre os cidadãos e as instituições políticas.

Na grande maioria, ou bem boa parte, as informações que nós destacamos para serem incluídas nesse portal já existem de forma dispersa, algumas delas de

muito difícil interpretação e acesso por parte dos cidadãos, disponíveis de uma forma não sistematizada. Portanto, o que pretendemos agora é que num determinado espaço virtual a informação seja organizada para que o cidadão consiga lê-la, interpretá-la e aceder a ela de forma fácil.

O conceito da transparência é um conceito dinâmico, não é estático. É um conceito social que vai criando exigências e desafios aos agentes políticos ao longo dos tempos.

Nós, como representante do povo, como cidadãos eleitos para representar o povo, devemos ter permanentemente um cuidado especial em perceber o que a sociedade espera e que exigências faz em termos de transparência.

É verdade que isso comporta riscos; é verdade que às vezes se corre o risco de ultrapassar o limite do populismo. É verdade!... Mas não fazer nada também comporta riscos. Não estar atento a essa realidade também comporta riscos e nós temos que procurar encontrar o equilíbrio entre uma e outra coisa. Foi isso que nos moveu nesta iniciativa.

Temos consciência que como agentes políticos eleitos para representar o povo estamos sempre sobre juízo do povo. Temos consciência de que esse juízo será muito melhor fundamentado quando mais informado estiver o povo,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... quando mais acesso a informação tiver, quanto mais conseguir interpretar de forma linear aquilo que nós somos ou não capazes de fazer.

Portanto, é por isso que decidimos avançar com esta iniciativa que nesta versão mais recente, uma vez que entregámos uma proposta e substituição, não vai tão longe quanto queríamos ir, mas não vai porque a Comissão Nacional de Proteção de Dados a isso nos obrigou; não vai porque na interpretação que eu diria algo restritiva da Comissão Nacional de Proteção de Dados algumas das informações que pretendíamos que fossem divulgadas no portal não o devem

ser ou pelo menos não o devem ser nos termos em que nós pretendíamos que fossem.

De qualquer forma, é o nosso contributo para uma política de abertura e de transparência da instituição parlamentar, é o nosso contributo para um maior conhecimento da instituição parlamentar, da atividade daqueles que a compõem e, por essa via, da maior confiança nas instituições.

Disse. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem algumas inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por dizer que, como bem disse o Sr. Deputado André Bradford, estes dados já se encontram disponíveis, mas de forma dispersa. Portanto, trata-se de agregar e de disponibilizar estes elementos. Da nossa parte estamos de acordo e vamos votar favoravelmente.

Apenas tenho uma questão para lhe colocar que diz respeito ao parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados, que em relação à publicação online de dados pessoais dos trabalhadores apresenta a seguinte questão:

“Quanto à informação relativa aos trabalhadores da Assembleia Legislativa Regional entende”, a Comissão Nacional de Proteção de Dados, “que a disponibilização online relativa ao estatuto remuneratório, bem como aos vencimentos e eventuais subvenções auferidas, só é admissível sob a forma agregada, sem a identificação dos trabalhadores.”

Mais à frente, três parágrafos depois, diz:

“Note-se que mesmo a publicação desta informação agregada não é de admitir se for acompanhada de um mapa completo de pessoal com o respetivo regime de exercício de funções e o cargo ocupado. É que a publicação do mapa de pessoal implica a comunicação por difusão em rede aberta de dados pessoais suscetíveis de serem cruzados com informação agregada relativa à remuneração recebida anualmente pelo conjunto dos trabalhadores” e que na visão e na perspectiva da Comissão Nacional de Proteção de Dados é algo que não é admissível.

Depois vejo na página n.º 5, o n.º 4 do vosso Projeto de Resolução, diz o seguinte:

“Organização administrativa do Parlamento incluindo quadro de pessoal, identificando-se os cargos, carreiras e categorias” – na alínea a).

Na alínea e) diz o seguinte: “Estatuto remuneratório ilíquido identificando-se o cargo, carreira e categoria”.

Penso que é precisamente a situação que a Comissão Nacional de Proteção de Dados diz que não pode ocorrer. Portanto, tem um parecer que é negativo em relação a esta matéria.

Eu gostava que o Sr. Deputado André Bradford me desse a sua posição.

A questão específica é esta: eu, lendo o parecer, acho que a informação que aqui se tenta agregar, no que diz respeito ao quadro de pessoal, este parecer inviabiliza que esta informação seja disponibilizada.

Note-se que é contrariado de forma claro, na minha perspectiva, na leitura que faço, o parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Deputada Zuraida Soares (BE): Onde é que está o parecer?

O Orador: Por isso, Sr. Deputado, eu peço-lhe que me dê a sua interpretação sobre esta matéria.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde é que está o parecer?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima pediu a palavra para uma interpelação à Mesa. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, muito obrigado. Para uma interpelação.

Para de uma forma transparente perceber e questionar a Mesa se tem conhecimento deste parecer, se foi pedido por estes serviços, porque nós não temos esse parecer e gostaríamos de o ter?

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, a ideia que eu tenho (Sras. e Srs. Deputados, já agora respondendo a todos) é que o pedido foi feito está acoplado à iniciativa...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não, está não!

Presidente: ... ao relatório, neste caso, da Comissão.

Deputada Zuraida Soares (BE): Peço desculpa, mas não está em lado nenhum!

Presidente: Eu posso... Neste momento imediato não posso, mas posso efetivamente confirmar junto dos serviços qual foi a tramitação.

Sra. Deputada Zuraida Soares para interpelação à Mesa.

Deputado Francisco César (PS): Foi o Sr. Deputado João Costa que entregou ao Sr. Deputado Paulo Estêvão!

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! Eu quero saber é por que é que o parecer não está? Onde é que ele foi arranjar não me interessa.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Deputada Zuraida Soares está a interpelar a Mesa.

A Oradora: Eu penso que não vale a pena complicar aquilo que pode ser muito simples.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão tem um parecer que os outros Deputados, das outras bancadas, nomeadamente do CDS e do Bloco de Esquerda e do PSD... Ai têm? Não têm!...

Portanto, a pergunta não é preciso ir muito longe. É perguntar ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, já agora, como é que acedeu a esse parecer já que foi o primeiro a referi-lo.

Penso que é simples e não vale a pena criar mais nenhum transtorno à Sra. Presidente.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Francisco Coelho, penso que é para esclarecer. Tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O parecer não é secreto. Foi solicitado em Comissão, foi uma diligência proposta pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Ele foi rececionado e uns dias antes da última reunião da CAPAT, que tivemos em Vila do Porto, onde se emitiu o parecer sobre esta iniciativa, ele foi distribuído pelos serviços de apoio da atividade parlamentar da CAPAT a todos os membros da Comissão. Pelo menos foi essa a instrução que foi dada por mim e é essa a informação que eu tenho.

Presidente: Obrigada pelos esclarecimentos, Sr. Deputado.

Eu, neste momento, como compreenderão não tenho forma de confirmar, mas eu vou... Sr. Deputado Francisco Coelho...

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Já agora só mais um esclarecimento.

Isto que eu estou a dizer aqui foi dito na reunião da CAPAT em Vila do Porto, que o parecer tinha sido distribuído, que, na sequência do parecer, o Partido Socialista ia fazer entrar uma proposta de substituição para adequar exatamente a iniciativa a todo o parecer.

Devo dizer que não houve nenhum membro da Comissão em Vila do Porto que me tivesse feito algum reparo ou que me tivesse dito que não tinha recebido o parecer.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra. É para intervir, Sra. Deputada? Tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Presidente: Sra. Deputada, a Sra. Deputada Zuraida Soares pediu a palavra. Eu pensei que era para uma interpelação, mas naturalmente vai intervir no âmbito deste esclarecimento.

A Oradora: Eu estava inscrita. Que é que eu faço?

Presidente: Pois estava. Tem a palavra, Sra. Deputada.

A Oradora: Muito obrigada, Sra. Presidente.

Tendo dado conta a esta câmara de que o Bloco de Esquerda não tem este parecer de nenhuma maneira – internet e com a outra –, também gostaria de esclarecer que não pondo em causa (não ponho em causa) aquilo que o Sr. Deputado Francisco Coelho acabou de dizer, também esclareço esta câmara de que eu, em nome do Bloco de Esquerda, como membro da CAPAT, não estive em Vila do Porto.

Portanto, essa informação dada pelo Sr. Presidente não me chegou a mim, por culpa minha, porque não estive na reunião, mas o certo é que não me tendo chegado por culpa minha, porque eu não estive na reunião, também não me chegou de nenhuma outra forma.

Aquilo que carece de algum esclarecimento, é por que é que chegou a alguns Deputados, ou a alguns grupos parlamentares, e não chegou a outros? É esta só a questão.

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, calma, porque as inscrições estão todas aqui, mas eu tenho que pôr alguma ordem nisto para não ultrapassar ninguém.

Sr. Deputado Paulo Estêvão é para uma interpelação ou para intervir?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação à Mesa tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este parecer foram os meus serviços que me fizeram chegar. Há uma referência: fiquei a saber da sua existência, porque o Sr. Deputado André Bradford faz referência a este parecer numa entrevista que deu recentemente.

Portanto, como fez essa referência, eu sabia que ele existia e isto está na Base de Dados da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Agora eu quero dizer o seguinte:...

Presidente: Interpelação.

O Orador: Sra. Presidente, tem a toda a razão.

Sra. Presidente, é para informar que da minha parte eu pensei que todos os Srs. Deputados tinham o documento, mas disponibilizo à Mesa para tirar cópia.

Aliás, isto é o pedido do Gabinete da Presidente. Portanto, a Sra. Presidente também tem, mas eu estou completamente disponível para ser fotocopiado o meu exemplar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho para uma interpelação.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, Sra. Presidente.

Tal como disse, as instruções que eu dei aos serviços de apoio da Atividade Parlamentar foi para que esse parecer fosse distribuído e era essa a informação que eu tinha. Falei claramente nesse parecer (reconheço que a Sra. Deputada Zuraida Soares estava por videoconferência e pode não ter percebido bem) e fiquei com a ideia que toda a gente que devia ter esse parecer o tinha, mas Sras. e Srs. Deputados, não vale a pena fazer uma tragédia burocrática ou administrativa do que efetivamente não merece.

Sra. Presidente, se me permite o atrevimento, eu sugeria que fizéssemos um intervalo para que esse bendito parecer fosse profusamente distribuído, porque também lhe quero dizer uma coisa com toda a sinceridade, Sra. Presidente: o Partido Socialista gostava muito de discutir esse problema e sobretudo da transparência e da facilitação do acesso aos dados das Sras. e dos Srs. Deputados, e havemos de chegar lá, nem que leve tempo.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, pela nossa parte, Sra. Presidente, que se faça um intervalo e que esse parecer, com encadernação, ou sem encadernação, seja distribuído.

Muito obrigado.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Para o debate ou para uma interpelação, Sr. Deputado?

Sr. Deputado Artur Lima para uma interpelação, mas terá que ser consequente, porque se efetivamente a questão está relacionada com o facto de o parecer não ter sido eventualmente distribuído por todos, rapidamente eu peço uma fotocópia aos serviços e posso distribuí-lo.

Sr. Deputado Artur Lima pediu a palavra para uma interpelação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Prescindo!

Presidente: Sr. Deputado André Bradford penso que é para uma interpelação à Mesa. Tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, para informar a Mesa que de acordo com uma cópia que aqui está, (uma cópia não, até o original!), houve um mail enviado pelos serviços de apoio da CAPAT para o mail geral da CAPAT, ou seja, que todos os membros da Comissão têm acesso, no dia 27 de abril,...

Deputado Francisco Coelho (PS): No fundo, quem não é da CAPAT é que tem o parecer! O Sr. Deputado Paulo Estêvão que não é da CAPAT tem o parecer!

O Orador: ... ao meio dia e trinta e três, e que tem em anexo o Parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados. É um PDF.

Portanto, não há aqui mistério nenhum!

Há, eventualmente, no funcionamento interno dos vários grupos parlamentares alguma coisa para melhorar. Agora não há nenhum tipo de mistério. Foi distribuído pelos serviços de apoio e está aqui o comprovativo.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão teve uma outra forma de chegar lá, mas também chegou, mas foi de outra maneira. No dia 27 de abril também podia ter chegado. Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Também queria confirmar que efetivamente esta informação que o Sr. Deputado André Bradford acabou de transmitir eu posso confirmar, porque efetivamente, neste entretanto, contactei também com os serviços para perceber e efetivamente o apoio parlamentar remeteu para o email geral da CAPAT, onde têm assente todos os Deputados que integram a CAPAT, este PDF.

Portanto, neste momento estou completamente disponível para podermos fazer uma pequena interrupção de 10 minutos, se assim o entenderem, para distribuímos o documento para que todos possam ter acesso e poderem debater esta iniciativa com outra propriedade.

Então vamos fazer um intervalo de 10 minutos para que os serviços possam fotocopiar e distribuir o documento.

Eram 18 horas e 42 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 02 minutos.

Vamos então dar a palavra ao Sr. Deputado João Bruto da Costa, que é quem estava inscrito para participar neste debate.

(Diálogo entre os Deputados André Bradford e Artur Lima)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o debate vai iniciar-se. Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como ponto prévio à intervenção sobre especificamente o diploma que estamos a apreciar, este episódio parlamentar relativamente à distribuição do Parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados é também elucidativo de uma vertente da transparência que se exige na atividade política e na atividade

pública relativamente às matérias que trabalhamos, desde logo, também neste plenário.

É um facto, e é verdade (e isso tinha também que confirmar; antes da generalização feita pelo Sr. Deputado Presidente da Comissão, e Deputado do Partido Socialista Francisco Coelho, eu também já tinha pensado fazer o esclarecimento) que o parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados foi enviado, por email, aos Srs. Deputados da Comissão, no dia 27 de abril e foi enviado pelos serviços da Assembleia.

Eu recebi o parecer e suponho que os outros membros da Comissão receberam o parecer,....

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas a questão não é essa?

O Orador: ... mas aqui a transparência já começa a ficar um bocadinho turva. E por quê? Por que é que os Deputados recebem um parecer a 27 de abril, que deu entrada nesta Assembleia a 20 de março?

O Sr. Deputado Bradford faz que não sabe, e eu acredito que não saiba, mas eu acho que se quisermos mesmo ser transparentes no que acabou de acontecer, nós podemos supor que isto acontece porque havia uma reunião da CAPAT nos dias seguintes e que havia uma certa urgência do PS em trazer este diploma a plenário.

Deputado André Bradford (PS): Ó senhor, pelo amor de Deus!

O Orador: Tão urgente, tão urgente que por acaso só aprovámos o relatório ontem, segunda-feira.

Portanto, compreende-se desta forma transparente, que o parecer...

Deputado André Bradford (PS): Foi a primeira vez que isso aconteceu?

O Orador: ... foi de alguma forma insistência para que ele chegasse aos Deputados para que todos nós pudéssemos, na CAPAT, aprovar o relatório, ou pelo menos dar parecer sobre a iniciativa tendo os dados todos. Isto procurando ir ao encontro da transparência.

Deputado André Bradford (PS): E sobre a iniciativa?

O Orador: Mas também falha a transparência nos serviços desta Assembleia e esta é uma crítica também aos serviços da Assembleia. É que este parecer, imediatamente no dia em que entrou nesta Assembleia, devia ter sido posto ao lado do diploma que estava a dar parecer, que era para todos os Deputados na mesma altura terem conhecimento, mesmo aqueles que não pertencem a esta Comissão.

Deputada Zuraida Soares (BE): E continua sem estar lá!

O Orador: E continua sem estar.

Portanto, este parecer devia, nesta altura, para isto ser tudo transparente.

Portanto, serve-nos de alguma forma de ensinamento e de aviso sobre os documentos que entram nesta Assembleia, dirigidos aos diplomas: devem acompanhar os diplomas ou no relatório final, mas, desde logo, no sítio da Assembleia para que todas as pessoas com acesso à internet possam consultar aquilo que está a ser discutido.

Mas esta circunstância de estarmos a discutir este diploma sobre o portal da transparência,...

Deputado André Bradford (PS): Ainda não discutimos o diploma!

O Orador: ... que de alguma forma o Sr. Deputado André Bradford baixou um bocadinho a fasquia relativamente àquilo que era de facto o conteúdo deste diploma, é um pouco um *upgrade* do sítio da Assembleia com mais alguma informação, desde logo aquela que legalmente é possível dar, de uma forma mais organizada, como se diz na expressão, nos estrangeirismos, mais *user-friendly* relativamente ao acesso à informação.

Não deixa de ser importante a circunstância política. Eu podia, de alguma forma até, ao jeito se calhar de uma verdadeira ópera-bufa dizer aqui que o PS só traz isto porque encontra na palavra transparência uma palavra que não tem estado muito bem associada àquilo que é o histórico do Partido Socialista.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Era o que faltava!

O Orador: Portanto, importa de alguma forma, de uma forma animada, entusiasmada e bastante empenhada que a palavra transparência, na atividade política, surja associada como promovida e levada à discussão, à aprovação e ao consenso generalizado desta Assembleia pela mão do Partido Socialista que, infelizmente, para todos os democratas não tem sido propriamente a palavra que cola a atividade política do Partido Socialista, ou pelo menos do seu histórico que de alguma forma...

Deputado André Bradford (PS): O paladino da transparência!

Deputado José Ávila (PS): O senhor é o único que é sério aqui dentro!

O Orador: Não se pode falar do passado do PS.

Deputado André Bradford (PS): Pode-se!

O Orador: É proibido nesta Assembleia lembrar aquilo que vos envergonha e lembrar como isso é importante enquanto discutimos a transparência na atividade política, porque é de transparência.

É verdade que nós estamos aqui a falar de transparência da Assembleia, dos Deputados, para acabar também (e nós concordamos!)...

Deputado André Bradford (PS): Ainda não falámos nada sobre isso. Os senhores não querem falar!

O Orador: ... com o populismo sobre algumas afirmações que recebemos muitas vezes de que os Deputados têm regalias, às vezes até que todos nós pensamos que não têm nada a ver com a realidade. É bom acabar com esse tipo de informação desenviesada.

Mas podia aqui escarpelizar essa intenção do Partido Socialista, porque, de facto, transparência é uma palavra que tem sido cara, não só na atividade política nos Açores, mas também a nível nacional, e tem sido cara por aquilo que se tem vindo a saber e que não se sabia, porque existe uma grande

opacidade em governos que fazem os possíveis para esconder da população e das oposições a informação relativamente à sua atividade.

Quando falamos de transparência, isso dá-nos um certo entusiasmo, esta proposta do Partido Socialista. Nós verdadeiramente, no Grupo Parlamentar do PSD, estamos bastante animados pelo facto do Partido Socialista se querer afirmar de uma forma quase que intransigente a favor da transparência na atividade política.

Parece-nos que é de facto motivo de ânimo e de esperança, no futuro, em relação a podermos exercer uma democracia plena e saudável.

Mas... E há um mas nesta história também. Para além do mas da informação que não chegou a todos, há o mas de todos os outros instrumentos relativamente à necessidade de conferir transparência à atividade política...

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Não chegou a todos! O senhor Deputado passou informação a outros Deputados!

O Orador: Diga, Sr. Deputado?

Deputado Ricardo Ramalho (PS): O senhor Deputado passou informação a outros Deputados!

Presidente: Srs. Deputados, por favor não entrem em diálogo.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Como é que a informação não chegou a todos?

O Orador: Eu não percebi o aparte do Sr. Deputado Ricardo Ramalho, por isso é que fiz este compasso de espera. Eu percebi o que ele disse, não percebi é que em contexto é que ele disse, mas pronto, para o Sr. Deputado do Partido Socialista não é certamente relevante o facto da informação não ter chegado a todos.

É relevante é que alguém não fez chegar essa informação...

Deputado Iasalde Nunes (PS): Quem foi? Quem foi?

O Orador: ... e, portanto, o Partido Socialista lava daí as suas mãos.

O facto de estarmos aqui a discutir a transparência é para nós, Grupo Parlamentar do PSD, importante. Saudamos e estamos plenamente satisfeitos por esse facto.

Mas quando se fala de transparência também tem que se falar de transparência, por exemplo, do Governo Regional responder aos requerimentos dos Deputados da oposição a tempo e horas, nomeadamente dentro dos prazos.

Deputado Luís Garcia (PSD): Bela questão!

O Orador: Por exemplo, era transparente o Governo Regional dar respostas aos requerimentos que é uma forma de fiscalização política dentro dos prazos legais.

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa, vamo-nos recentrar na questão.

O Orador: Vou recentrar-me naturalmente no portal da transparência, porque o portal da transparência também nos leva a pensar que era transparente ficar no portal, como vai ficar, toda a informação relevante referente à atividade desta Assembleia e também lá estão os requerimentos feitos ao Governo Regional e as respostas não dadas, nalguns casos. Mas pior do que isso, Srs. Deputados, é quando o Governo Regional responde a um requerimento não respondendo às perguntas que são feitas.

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa, eu percebi...

O Orador: Estamos a falar de transparência, Sra. Presidente. Eu estou a tentar dar exemplos...

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa, nós estamos a falar de transparência e naturalmente que a Mesa confere a latitude que é habitual dar a todas as bancadas e eu percebi a forma como o senhor quis dar a volta à questão quando eu lhe chamei a atenção a primeira vez, mas como todos nós sabemos, estamos a falar de um documento que tem a ver com o *site* da Assembleia e que não tem a ver com a ação governativa.

Portanto, Sr. Deputado, penso que já expos o seu ponto de vista. Portanto, peço-lhe que se mantenha nesta matéria.

O Orador: Eu agradeço, Sra. Presidente, o seu reparo e agradeço também que a Sra. Presidente tenha reduzido, perdoe-me a interpretação, a um mero *upgrade* do *site* da Assembleia, mas o que é facto é que no ponto dois da proposta resolutiva diz assim: “atividade parlamentar, incluindo iniciativas apresentadas e respetiva tramitação”.

Portanto, perdoe-me, mas os requerimentos são iniciativas apresentadas e a respetiva tramitação também faz parte.

Portanto, transparência é também falar disso. É falar dos governos e do Governo Regional, responder àquilo que lhe é perguntado, mas transparência é também ter uma estatística independente; ter estatísticas independentes e não tuteladas politicamente; é ter Inspeções Regionais independentes...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e não tuteladas politicamente; é ter informação sobre os nomeados, os membros dos gabinetes, os avançados e todas as pessoas que trabalham por nomeação política no Governo Regional e também no Parlamento. Transparência é tudo isso e muito mais.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, quando damos informação, quando damos atenção a este diploma, o nosso entusiasmo é precisamente pelo Partido Socialista se revelar aqui de uma forma bastante empenhada em trazer transparência à atividade política.

Ficamos por isso com a certeza, eu diria absoluta, mas nunca se sabe o que é que depois se pode passar na cabeça de algumas pessoas,...

Deputado Francisco Coelho (PS): O melhor é ser prudente!

O Orador: ... mas ficamos com a certeza de que o pacote transparência apresentado pelo PSD terá certamente o vosso apoio entusiástico.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem agora a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados eu faço aqui *mea culpa*. De facto, eu recebi esse email, não me apercebi. Não me custa absolutamente nada reconhecer isso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Devo dizer também que apesar disso, em anexo ao relatório não estava este parecer e poderia estar,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... da mesma forma que poderia estar o parecer ou se calhar deveria, na página da iniciativa, no *site* da ALRAA. Eu julgo que está ultrapassado, não me custa nada admitir o meu erro. Parece-me que o outro apontamento também me fica bem.

Agora passando diretamente à iniciativa para dizer que para o CDS qualquer iniciativa que tenha como objetivo promover a transparência na atividade política, a melhoria do acesso à informação por parte dos cidadãos e a criação de novos mecanismos de participação política será sempre vista e tida como uma mais-valia.

A posição do CDS é bem conhecida nesta matéria, aliás, ainda hoje há pouco nós apresentámos uma iniciativa em conjunto com o PPM e que foi aprovada por unanimidade, que, no fundo, visava também estes mesmos objetivos de clareza em relação ao trabalho dos Deputados,...

Deputado Francisco Coelho (PS): É verdade sim senhor, por isso teve o nosso voto e o nosso empenho!

O Orador: ... de escrutínio da vida parlamentar e também com o intuito de aproximar os cidadãos da atividade política e do Parlamento Regional.

Como foi reconhecido também pelo proponente, parte desta informação já está disponível apesar de se encontrar dispersa e em alguns casos também não existir ou se ter um acesso se calhar menos intuitivo.

Como tal, nós consideramos que facilitar o acesso à informação e criar um espaço de interação entre o cidadão e o Parlamento trará seguramente benefícios à nossa Democracia.

Para quem apenas agora, por uma razão ou outra, recebeu o parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados, eu pergunto ao Sr. Deputado André Bradford se o Partido Socialista está em condições de garantir que esta iniciativa de facto cumpre e respeita o novo Regulamento Geral de Proteção de Dados, que entra em vigor a 25 de maio, e que no fundo substitui a Diretiva e a Lei de Proteção de Dados atualmente em vigor e se sim, como?

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É irónico ou tristemente irónico, que quando se debate um Projeto de Resolução precisamente sobre transparência, o processo legislativo tenha sido efetivamente muito pouco transparente.

Reforço esta informação. No *site* da Assembleia não está, até ao momento, e nunca esteve o tal parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados, ao

contrário do que acontece com todos os pareceres de iniciativas legislativas que entram e que correm nesta Assembleia.

Tendo em conta as datas já referidas pelo Deputado Bruto da Costa de entrada, de envio do Parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados a 20 de março de 2018 e a do envio aos Deputados da CAPAT a 27 de abril, apetece perguntar o que é que tinha de mal este parecer, qual era o problema com ele para ter este processo atribulado na Assembleia, coisa que raramente ou nunca acontece com outro tipo de pareceres?

É tristemente irónico que estejamos a debater um Projeto de Resolução sobre transparência e haja um processo que corre desta forma.

Deputada Graça Silva (PS): O senhor teve acesso a ele, não o quis foi ler!

O Orador: No que diz respeito à proposta propriamente dita, muito daquilo que o Projeto de Resolução do Partido Socialista propõe já se encontra efetivamente disponível no atual *site* da Assembleia, mas evidentemente que essa acessibilidade pode e deve ser melhorada.

No entanto, estranhámos que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista proponha que se disponibilize informação que já se encontra disponível.

Existe, de facto, informação adicional, nalgumas áreas, que não está disponível no atual *site* e que pode e deve ser.

Apesar disso, o *site* da Assembleia está de forma geral bem estruturado e organizado, apresenta facilidade de acesso e comparativamente com outros, como o da Madeira ou o das Canárias, disponibiliza até mais informação.

Fica ainda a dúvida sobre o que é que pretende o Partido Socialista com este Projeto de Resolução, porque fala em criar um novo portal, o tal portal da transparência, que, a fazer crer naquilo que está na Resolução, será na sua maioria informação complementar ou, aliás, informação duplicada daquela que já existe na Assembleia. Por isso pergunto se o que é pretendido é criar um novo portal, ou complementar o atual com informação que lá não está e que me

parece ser o caminho mais correto a seguir? Porque criar um novo portal poderá criar obviamente confusão, principalmente para quem não está por dentro e habituado a consultar o *site* da Assembleia. Ter a mesma informação dispersa por dois sítios é obviamente mais difícil de navegar e de consultar essa mesma informação.

Mas já que fala em participação e em abstenção, deixo uma pergunta: onde é que está o estudo encomendado pela Assembleia, por proposta do Partido Socialista, que já deveria estar concluído em janeiro de 2018 e que foi aprovado e publicado em janeiro de 2018?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Eu deduzo que esta última pergunta era dirigida a mim e não à câmara provavelmente.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

Deputado Francisco César (PS): É não saber distinguir as coisas! Veja se pelo menos aprende alguma coisa!

Deputado José Contente (PS): A “Anita de Salvaterra de Magos” vai responder!

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começo por dizer que não me deixa satisfeito o facto dos mails da CAPAT começarem a ser quase tão famosos como os mails do Benfica. Não me deixa!... Não me deixa!... E não me deixa por más razões.

Eu não percebo bem, quando é distribuído um documento comprovativo de que o *mail* foi enviado para todas as Sras. e Srs. Deputados da CAPAT, a 27 de abril (quando foi distribuído), se venha dizer e fazer insinuações, não sei se sobre o Presidente da CAPAT, não sei se sobre os funcionários desta Casa.

Mas também já agora sobre os funcionários, está aqui provado que não houve falha nenhuma e aqui para nós, que ninguém nos ouve, eu também tenho que

dizer isto, até porque ando nesta Casa há uns anos e inclusive já fui Presidente desta Casa, tenho a obrigação de conhecer bem os funcionários: isto de defender e de gostar dos trabalhadores não é só andar com uma bandeirinha. Vê-se por obras no dia-a-dia e na maneira como se se trata as pessoas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

É isso que é preciso dizer, porque está claro que os serviços administrativos cumpriram o seu papel.

Assumamos então nós, que não nos fica nada mal, antes pelo contrário, também as nossas responsabilidades, os nossos erros ou os nossos pequenos desleixos, que todos também temos.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Assumamo-los! Acho que é melhor!

Sr. Deputado António Lima, o senhor nunca esteve na CAPAT, o senhor chegou aqui há pouco tempo, o senhor provavelmente não me conhece. Eu também não o conheço, mas quero dizer-lhe uma coisa: eu não lhe admito que faça insinuações sobre a condução do trabalho político, de acordo com o Regimento, na CAPAT. Não lhe admito! Que isso fique claro!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Depois, há aqui outra questão que é importante dizer: Sr. Deputado João Bruto da Costa, esta coisa de olhar para a data do parecer à última da hora, ver e tal, mas por que é que não foi distribuído, talvez porque alguém pudesse, no caso de uma resolução, apresentar alguma proposta de alteração, penso que não.

É preciso ter cuidado um bocadinho com estes jogos. É porque senão o Sr. Deputado corre o risco de acabar como o mês passado, a pôr as barbas de Platão na Sra. Eleanor Roosevelt a respeito daquela citação.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Portanto, é preciso cuidado com o Google e com essas modernices. É preciso ver melhor as coisas, Sr. Deputado, é preciso ver melhor as coisas.

Mas sobretudo há aqui uma coisa que já todos percebemos: o que alguma oposição decididamente não quer é falar na substância deste diploma.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (CDS-PP): Qual oposição? Eu fiz uma pergunta?

O Orador: Isto é que a oposição, ou as oposições, têm uma imensa dor sempre que o Partido Socialista, que tem a maioria, que está no Governo, apresenta propostas no sentido de aumentar a transparência e o escrutínio do Parlamento. Aconteceu agora, mas também aconteceu quando o Partido Socialista apresentou uma proposta para audição prévia dos Presidentes dos Conselhos de Administração das Empresas Públicas. Não vale nada! Mas foi o Partido Socialista.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Aconteceu também quando o Partido Socialista, na terceira revisão do Estatuto, propôs a limitação a três dos mandatos de Presidente do Governo, sendo seu o Presidente do Governo e estando o Partido Socialista no poder,...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... mas isso não interessa nada, isso não vale nada.

Aconteceu quando o Partido Socialista, neste Regimento e também no Estatuto, a respeito do Estatuto e da Lei Eleitoral, propôs que essas alterações têm que ser aprovadas por dois terços,...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... mas isso não interessa nada, isso não é democrático.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, a senhora advertiu aqui, mas não adverte ali!

O Orador: Estamos a falar de transparência, Sr. Deputado João Bruto da Costa! Estamos a falar de transparência e de democraticidade.

Também estamos a falar de democraticidade quando falamos na alteração à Lei Eleitoral que veio aumentar a proporcionalidade e dar maior verdade à nossa democracia, que veio dar um carácter regional ao voto de todos os açorianos e permitir que os partidos mais pequenos...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, onde isto já vai!

O Orador: ... não ficassem prejudicados pelos círculos de ilha e tivessem uma representação regional. Isso resultou, ainda bem que resultou e ninguém deve nada ao Partido Socialista. Mas o Partido Socialista pode chegar aqui de cara levantada e dizer: nós temos feito pela democracia!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É com esta cara que aqui estamos,...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: ... e havemos de continuar enquanto os açorianos quiserem,...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... fazendo aquilo que achamos que é certo e não vale a pena tentar desvalorizar.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, não se torture tentando perceber que tenha aí quadro de pessoa. Um quadro de pessoal, em teoria, é dizer, um Presidente, tantos departamentos, tantos assistentes operacionais, tantos técnicos de informática. Isso não viola nada o Parecer da Comissão Nacional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Acho que viola!

O Orador: Não viola nada.

Vamos discutir o diploma, vamos admitir que o Partido Socialista mais uma vez apresentou um diploma sério, com intenção de darmos mais um passo no sentido da transparência, no sentido do aprofundamento da democracia e dos poderes deste Parlamento.

Sáímos todos daqui melhor. Parece-me que isto é bem melhor do que andarmos a discutir *mails* ou andarmos a discutir o que ainda falta fazer.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os cidadãos têm o direito de seguir de perto as atividades parlamentares dos Deputados que elegem, devendo, pois, ser por esta Assembleia facilitado o pleno acesso dos cidadãos a conferir se os Deputados cumprem no seu mandato com o programa político pelo qual fizeram campanha eleitoral.

Alguns estudos sobre a elevada abstenção eleitoral indicam que uma das justificações mais ponderosas para o afastamento da política por muitos cidadãos se deve ao facto de os deputados por si eleitos não cumprirem com o programa político pelo qual se fizeram eleger.

Sendo assim, a Representação Parlamentar do PCP advoga que deve haver uma total abertura e transparência sobre a atividade parlamentar efetuada por cada um dos Deputados desta Assembleia Legislativa.

Defendemos então que o sítio eletrónico da ALRAA deve ser tornado bastante mais intuitivo, para que assim os cidadãos possam ter facilmente conhecimento das atividades parlamentares e efetuar as pesquisas pelo histórico de atividade parlamentar, em especial sobre o trabalho legislativo de cada Deputado e a fiscalização política da atividade governativa.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP tem acordo na generalidade com a parte resolutiva desta proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Apenas consideramos absolutamente exagerado e pomposo chamar-se “criação do Portal da Transparência e Participação Cidadã” a algo que – a nosso ver – mais não será do que uma reformulação e rearranjo do sítio eletrónico da ALRAA, tornando-o mais intuitivo e facilitando a interação dos cidadãos, bem como alguns acrescentos de informação atualmente não disponível.

Se olharmos, por exemplo, para os sítios eletrónicos da Assembleia da República ou do Parlamento Europeu notamos logo – na ótica do utilizador – que o *layout* do sítio eletrónico da Assembleia Legislativa Regional deverá sofrer algumas alterações.

Para a Representação Parlamentar do PCP, cumprir com os deveres de transparência, prestação de contas e assunção de responsabilidades políticas passará essencialmente por facilitar o acesso dos cidadãos aos dados da atividade parlamentar de cada Deputado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem agora a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu regresso ao debate para responder diretamente ao Sr. Deputado Francisco Coelho e dizer-lhe com toda a clareza, Sr. Deputado, que esta bancada não faz

insinuações. Faz afirmações e o senhor vai ter que conviver com elas em nome da pluralidade e da democracia.

Primeira afirmação: sim, recebi no meu *mail*, no dia 27 de abril, um *mail* (sim, recebi no *mail* no dia 27 abril!) com o anexo, com o parecer da Comissão referenciada pelo Sr. Deputado Francisco Coelho e por outros Deputados também.

Sim, aquele parece foi enviado aos membros da CAPAT e não a todos os Deputados e Deputadas desta Casa, um mês e meio depois de ser recebido.

Pergunta (não é insinuação, é pergunta!): o que é que justifica este compasso de um mês e meio?

Deputado João Vasco Costa (PS): A senhora é que diz que não abriu o *email*!

A Oradora: Isto não é uma insinuação, é uma pergunta direta.

A seguir, é prática desta Casa que os pareceres façam parte do histórico das iniciativas legislativas. É sempre assim. Este parecer não faz parte do histórico desta iniciativa legislativa. Isto não é uma insinuação, é uma afirmação, Sr. Deputado Francisco Coelho.

Na realidade, para terminar, o Deputado António Lima não conhece bem o Sr. Deputado Francisco Coelho. Eu penso conhecê-lo um pouco melhor.

Portanto, acho estranho que o Sr. Deputado também conhecendo esta bancada bastante bem, até pelas funções não só que exerce, mas por aquelas que exerceu, possa falar em insinuações, que é coisa que não é uma característica da bancada parlamentar do Bloco de Esquerda.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, em relação a esta iniciativa, já disse que reúne um conjunto de informação dispersa e junta-a num portal. Em relação a isto não há muito mais a dizer. Eu voto favoravelmente.

Portanto, não estou aqui para fazer politiquice e para estar com este tipo de discurso, de atirar ao outro e tudo isso. Isso a mim não me interessa para nada.

A mim o que me interessa é o seguinte: eu tenho a mesma opinião que a Comissão Nacional de Proteção de Dados que diz que “quanto aos titulares de altos cargos públicos tem por admissível a restrição do direito fundamental pela evidente relevância da sua intervenção na gestão pública”.

Portanto, em relação aos políticos com certeza, eu por mim, em relação ao resto dos dados que pudessem ser disponibilizados o mais rápido possível. Nenhum problema nisso em relação aos Deputados.

Mas em relação aos funcionários tenho grandes dúvidas. Em relação à organização administrativa do Parlamento tenho grandes dúvidas. Aliás, não tenho dúvidas. A interpretação que eu faço em relação à Comissão Nacional de Proteção de Dados é clara na minha perspetiva. É clara!...

Diz o seguinte (volto a ler outra vez!): “note-se que mesmo a publicação desta informação agregada e anónima, não é de admitir se for acompanhada de um mapa completo de pessoal...”. Então o que é que é um quadro de pessoal identificando os cargos carreiras e categorias?

Deputado Francisco Coelho (PS): A informação!

O Orador: Não é um quadro de pessoal?

“... com o respetivo regime de exercício de funções e o cargo ocupado”.

É que a publicação do mapa de pessoal implica “a comunicação por difusão e rede de dados pessoais suscetíveis de serem cruzados.”

Eu vou dizer-lhe uma coisa: eu acho que esta informação não deve constar. Uma coisa são os políticos e aqueles que têm responsabilidades políticas. Aí a transparência é máxima.

Em relação aos funcionários, a mim parece-me que aqui esta resolução viola o parecer da Comissão, viola claramente o parecer da Comissão. Viola o parecer da Comissão!

Portanto, aqui nem sequer é uma questão política,...

Deputado João Vasco Costa (PS): É uma questão de interpretação!

O Orador: ... porque em relação aos cargos políticos estamos completamente de acordo. Agora, em relação a esta informação, esta informação, na minha perspetiva, pelo teor deste parecer, e já tive oportunidade também de discutir isto com o jurista, ele também me diz que o parecer aponta no sentido desta iniciativa do Partido Socialista violar o parecer da Proteção de Dados. Viola!

Portanto, na minha perspetiva a questão aqui é técnica. Eu não posso votar uma ilegalidade destas se os senhores não a alterarem. Eu estou de acordo com o resto, agora não estou de acordo com a violação dos direitos dos trabalhadores deste Parlamento. Não estou de acordo. Não posso estar de acordo.

Deputada Zuraída Soares (BE): Olhe a bandeirinha, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu agradeço, duplamente, ao Sr. Deputado Francisco Coelho a sua intervenção. E duplamente por quê?

Em primeiro lugar, agradeço por ter demonstrado, desde logo, a esta câmara que tudo pode ser transparência. Em tudo o que mexe a atividade política e pública podemos discutir transparência e por isso agradeço que tenha balizado esta questão onde ela deve estar, em toda a atividade política, seja a atividade deste Parlamento, o conhecimento do que se passa neste Parlamento e aquilo que fazem ou não fazem os Deputados desta Casa, mas seja também em toda a atividade pública.

Por isso, quando V. Exa. fala da alteração da Lei Eleitoral, quando fala da limitação de mandatos, quando fala dessas questões que não estão aqui em discussão, até porque nem dizem respeito propriamente aos Deputados, tirando a questão da Lei Eleitoral, naturalmente, agradeço-lhe esse facto de ter balizado a questão de uma forma que podemos falar daquilo que interessa quando falamos de transparência.

Mas agradeço também o seu entusiasmo. É que vem dar razão àquilo que era a nossa expectativa e a expectativa também animada com que viemos para este debate desta proposta sabendo que o Partido Socialista tem o afã bastante vincado em relação à necessidade de mais transparência na atividade política, de mais transparência no conhecimento dos cidadãos daquilo que nós efetivamente fazemos.

Quero também dizer que não concordo com a visão de que possa estar uma clara violação do Parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados, mas é necessário que se diga, no ponto 4, que a informação é anonimizada.

Deputado André Bradford (PS): Mas não diz que é com o nome!

O Orador: Pois, mas também não diz que não é, Sr. Deputado. E como não diz que não é, obviamente depois a interpretação pode ser feita de uma forma menos cuidada e automaticamente viola-se aquilo que diz o parecer, porque se seguirem o parecer um pouco mais à frente ele vem explicar, relativamente aos quadros de pessoal que é informação agregada, mas anonimizada.

Portanto, era bom que quanto mais não fosse em sede de redação final, para evitar a necessidade de atrasar mais esta vontade do Partido Socialista de aprovar este diploma, quanto mais não fosse, que ficasse claro que em redação final esta informação sobre os trabalhadores, respetivas carreiras e o respetivo quadro de pessoal, deve estar anonimizada apenas com os cargos e não com os seus titulares, como é aliás de salvaguardar de acordo com o parecer apresentado. Mas é nisso que nós estamos entusiasmados. É nesta vontade de

dar a conhecer tudo, clarinho, clarinho, sem esconder nada a ninguém sobre aquilo que é a atividade política.

Por isso estamos conscientes de que contribuiremos também para esse debate com as propostas que já apresentámos e que estamos hoje convictos que serão aprovadas pela maioria socialista ou então isto não passa, realmente, como foi dito já aqui, de uma cosmética do *site* da Assembleia Regional.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu queria, em primeiro lugar felicitar o Sr. Deputado Alonso Miguel pela sua frontalidade e em assumir aqui que não viu o email. Fez aqui o seu *mea culpa*. Julgo que talvez seja o exemplo para muita boa gente.

Mas eu quero dizer uma coisa: eu não tenho nenhum problema, nunca tive (não tenho, nem terei), eu criticar um funcionário, qualquer que seja, desta Casa, quando eu entender que ele falhou. Eu não venho aqui ganhar simpatias e votos de funcionários. Eu quero o respeito dos funcionários como eu os respeito a eles, tal e qual. E não venho levar salvas de palmas aqui para dentro.

Portanto, não admito que me venham passar atestados de “eu sou o herói e mandei a informação para toda a gente”.

Houve falhas neste processo, houve negligências neste processo e elas estão bem à vista e já foram enumeradas.

Conheço muito bem os Sr. Deputado Francisco Coelho, *long time ago* (há longos anos!), e não tenho nada que lhe aponte enquanto Presidente da Comissão, rigorosamente. Antes pelo contrário (antes pelo contrário!).

Opiniões todos temos e ele como Presidente da Comissão naturalmente terá as suas. Eu, no seu cargo de Presidente da Comissão, até hoje, não tenho nada que lhe aponte. Portanto, fica assim.

Agora eu não venho aqui santificar ninguém. Também não vou condenar, mas vou exigir que sejam responsáveis e vou exigir que sejam isentos. Vou exigir que tratem qualquer Deputado aqui dentro na mesma circunstância e também vou exigir que não tenham simpatias, porque vou estar atento a isso como estive hoje. Portanto, as coisas vão ser postas cada uma no seu devido lugar, porque eu não tenho nenhum receio, como nunca tive, de nenhum funcionário, nem de ninguém, nesta Casa. E como não recebo lições, muito menos lições de quem quer que seja e muito menos de algum funcionário que não tem condições para me dar.

Passemos à frente!...

Ora bem, parece que estamos aqui a discutir um assunto e que os Deputados não são gente, não são pessoas, são uns seres que não têm direitos. Só têm deveres.

Eu também faço lembrar que a Comissão Nacional de Proteção de Dados se demitiu em bloco. Está demitida! Não existe!

A Comissão Nacional de Proteção de Dados demitiu-se a semana passada em bloco, exatamente por causa do novo Regulamento de Proteção de Dados que vai entrar em vigor a 25 de maio e para o qual a Assembleia até já fez uma tentativa de adaptação (uma tentativa leve) da Diretiva que depois passa com coimas pesadíssimas para entidades coletivas. As coimas vão dos 500 mil euros a 1 milhão de euros.

E mais!... Não é o Partido Socialista que garante a confidencialidade dos dados. Não é!

Não é nenhum de nós! Não é a Sra. Presidente! É uma entidade criada ao abrigo desse regulamento, que se chama Regulamento Geral de Proteção de Dados, que entra em vigor a 25 de maio de 2018, e que substitui a atual Diretiva e a Lei de Proteção de Dados em vigor. Ou seja, aquele parecer está curto relativamente aos titulares dos dados, direitos dos titulares dos dados e os Deputados são titulares de dados. É isso que se passa.

Portanto, o estatuto remuneratório quando identifica o nome e o cargo, é pessoal, Sr. Deputado André Bradford, porque o meu vencimento não é igual ao seu; o seu não igual ao do Sr. Deputado João Corvelo. Há variações. Portanto, é pessoal, Sr. Deputado Bradford.

Eu acho que isto não pode ser, porque já não são pessoas, são titulares dos dados, e todos, independente do cargo que têm, seja político ou não seja... O senhor pode pôr ordenado dos Deputados, ordenado dos Presidentes dos Grupos Parlamentares, Presidentes de Comissão, isso tudo, agora quando põe o nome é pessoal, é individual. Ele é o titular daqueles dados e mais ninguém.

Mais!... Existe esta Casa, porque tem que existir por lei, um DPO. Existe um DPO, que é um *Data Protection Officer* e é esse... Eu estou falando do vencimento e dessas coisas todas. Portanto, tudo o que é pessoal, como transmitir o cartão de cidadão para reembolso de passagens, como o cartão da ADSE, como o documento que o senhor escreveu para pôr lá umas cruzinhas e dizer “consentimento informático”. Isso não é assim! A Diretiva é extremamente... Eu diria, quase impossível de aplicar, porque já estive noutras sessões de esclarecimento sobre isso e formação sobre isso.

O que existe aqui é o DPO que a Assembleia já nomeou, ao que eu sei, e esse é que é o responsável por tudo, esse é que leva a multa, esse é que leva pena criminal se for necessária, porque se eu me queixar que os meus dados foram

violados, quem responde não é o senhor, não sou eu, não é a Sra. Presidente, é o funcionário e nós estamos aqui (podemos estar aqui!) a atribuir responsabilidades criminal, financeira e penal a um funcionário, que é o DPO.

Portanto, eu recomendo que leiam a Diretiva, que estudem a Diretiva...

Deputado André Bradford (PS): Onde isto já vai?

O Orador: Não é “onde isto já vai”! É a responsabilidade, é o respeito pelos funcionários, é o respeito pela responsabilidade.

Portanto, quanto ao processo, vamos votar a favor, não temos nenhuma dúvida, votaremos a favor. Agora para salvaguarda desta Casa e dos responsáveis, “cuidados e caldos de galinha nunca fizeram mal a ninguém”, e parece-me que é preciso aplicar aqui, nalguns casos que aqui estão, até noutras coisas que aqui estão, o princípio da precaução e parece-me que era muito bom que o departamento jurídico desta Casa estudasse, lesse, fizesse alguma formação, porque é o que as outras instituições estão todas a fazer, até com professores universitários, pedindo esclarecimentos, sobre coisas que não estão esclarecidas, o que é que pode ser, o que é que é informação sensível e não é.

Por exemplo, o meu cartão da ADSE é informação sensível, são dados de saúde. Não pode ser transmitido.

Deputado André Bradford (PS): Mas quem é que vai pedir o seu cartão da ADSE?

O Orador: No consentimento informático que pediram para a gente assinar.

O senhor não tem que estar aí... Sr. Deputado Bradford, eu estou a fazer uma intervenção pela positiva,...

Deputado André Bradford (PS): Olhe que não parece nada!

O Orador: ... chamando a atenção pela positiva, de coisas que me parecem preocupantes, que podem atingir toda a gente, sobretudo funcionários.

A sua iniciativa é louvável, vou votar a favor, não tenho nenhuma dúvida em votar a favor. Agora preocupa-me que estejamos aqui a atribuir

responsabilidades a outros que são, pela sua natureza, os únicos responsáveis. Não somos nós, nem a Sra. Presidente, nem a Sra. Secretária-Geral. É o funcionário encarregue disso e esse vai-lhe cair tudo em cima. Nisso nós também devemos ser responsáveis, ter a nossa responsabilidade e não atribuir a ninguém.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Só para esclarecer que a Assembleia já deu formação a todos os funcionários ao abrigo da nova diretiva. Fez formação com quem está a formar as outras entidades também, porque de outra forma não poderíamos nomear a pessoa responsável...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então sabe o que é que eu acabei de dizer!

Presidente: Sim, mas era só para esclarecer. Aliás, o email que mandámos com os documentos já decorre exatamente da exigência legal que temos que ter o consentimento de todos, os funcionários e os Deputados.

Feito este esclarecimento, Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraída Soares, também acho que em termos político-institucionais nos conhecemos relativamente bem. Não, não acho que no seu comportamento parlamentar e institucional use por regra, nem sequer frequentemente, eu diria que não me lembro da sua parte, insinuações, pelo contrário, acho e sempre o disse, a várias pessoas, nesta Casa e noutros sítios, que acho que a Sra. Deputada tem um comportamento institucional extremamente correto.

Mas, Sra. Deputada, eu referi-me a um caso muito concreto: o seu colega de bancada, a respeito deste diploma disse qualquer coisa como isto: por irónico

que pareça, a respeito de um diploma da transparência, parece que isto que não é nada transparente.

Ora bem, eu penso que essa crítica, que eu chamei insinuação, não se deve dirigir, sobretudo quando está comprovado que o *mail* foi distribuído, propriamente aos funcionários, até porque não poderia ser. Portanto, presumo que seja para o Presidente da Comissão.

E porque não faço insinuações também lhe pergunto uma coisa, Sra. Deputada: a Sra. Deputada acha que este parecer não foi anexo ao diploma no *site* por intervenção direta minha nesse sentido?

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, vamos lá ver se nos entendemos!

Sr. Deputado Artur Lima, também nos conhecemos bem, e há muitos anos, mas depois da sua intervenção eu pensava que me conhecia ainda um bocadinho melhor, pelo seguinte, Sr. Deputado: o Sr. Deputado acha que eu, nos sítios onde estive, em várias circunstâncias políticas ou outras, me candidato a miss simpatia? Eu reconheço que não tenho condições para isso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não tome as dores dos outros!

O Orador: Portanto, eu não faço de miss simpatia. Tento ser justo e, nesta Casa, como em todos os outros sítios por onde passei, haverei de ter certamente algumas antipatias de estimação com as quais vivo muito bem, mas tento ser justo (tento ser justo) e sobretudo, começando naturalmente por mim, e também isto já aconteceu no âmbito político, no âmbito institucional, até no âmbito da CAPAT e até no relacionamento com o Bloco de Esquerda, também já tive falhas e já cometi erros. Que fique absolutamente claro essa questão.

Eu continuo a achar que este diploma, e houve esse esforço, respeita a lei e respeita o Parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados, porque relativamente aos funcionários o que diz aqui é que não deve ser feita uma referência nominativa, nem aos seus vencimentos, pensões e remunerações. Mas até relativamente aos políticos estabelece, convenhamos, algumas

limitações, ou seja, o que prevê, ao contrário da versão original, é que apenas se poderá pôr os vencimentos ilíquidos ou brutos, como nós costumamos chamar. Portanto, creio que estamos em condições de discutir a substância deste diploma e creio que ninguém ficará a perder se admitirmos que ao aprovarmos esta iniciativa estamos a dar mais um passo no bom sentido, no sentido do aumento da transparência, no sentido do aumento da democracia, no sentido da dignificação deste Parlamento. Isto, Sras. e Srs. Deputados, acaba por nos ficar bem a todos. Estou perfeitamente convencido disto e é isto que deve ficar desta discussão e deste debate.

O que vai sair daqui é mais um passo no sentido da transparência, do aumento da democracia e da dignificação deste Parlamento.

Muito obrigado.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Deputado não tome as dores dos outros para si!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco Coelho, qualquer Deputado nesta Casa, independentemente dos anos que cá está, pode e deve perguntar aquilo que bem entende e fazer as afirmações que entende necessárias a cada momento. Aquilo que eu disse foi que o processo não foi transparente,...

Deputado Francisco Coelho (PS): Pode é ouvir o que não gosta!

O Orador: ... porque efetivamente faltou informação a muitos Deputados desta Casa e já agora, e mais importante ainda, faltou informação a todos os cidadãos que querem acompanhar o processo legislativo (à comunicação social), e não o puderam fazer. Isso é um facto e é inegável.

Esta bancada respeita, respondendo àquilo que referiu há pouco, todos os Deputados e Deputadas desta Casa, independentemente do tempo que conhece, ou não conhece, cada um deles.

Mas em relação à proposta eu, na minha intervenção inicial, fiz uma pergunta muito simples ao Partido Socialista, que já interveio duas ou três vezes e até agora não tive resposta e julgo que é relevante, até porque tem a ver com a forma de implementação deste Projeto de Resolução.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho assistido a este debate que se centra na nossa grande preocupação de contribuir para um incremento do grau de transparência da atividade desta Casa e, por essa via, para uma aproximação entre nós, enquanto eleitos pelas pessoas e aqueles que nos elegem, que acompanham a nossa atividade e que precisam, para isso, de ser informados e ter acesso à informação, porque a acessibilidade às vezes provoca entropia e às vezes torna mais difícil a transparência que se pretende atingir e é apenas uma questão de acessibilidade à informação e não a não existência de informação.

Digo que, por vezes, ao longo do debate senti alguma desolação por verificar que estão todos muito mais preocupados com a Comissão Nacional de Proteção de Dados...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Estamos preocupados com a legalidade! Pelo amor de Deus!

O Orador: ... do que com a nossa relação com os eleitores; fiquei, por algumas vezes, com um certo desânimo por verificar que afinal aquelas que são as questões da contemporaneidade, da relação dos políticos, da confiança que os

agentes políticos inspiram junto das pessoas não vos preocupam grandemente, o que interessa é saber do parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Sobre isso, Sr. Deputado, é muito fácil de perceber: a lista não é nominal, a lista dos funcionários, não aparecerá o nome dos funcionários e a prova disso é que no ponto 4 que faz referência à lista de pessoal não se fala no nome, não aparece o nome, mas no ponto 3 em que se fala da lista dos Deputados aparece o nome. Portanto, por oposição se percebe que uma não é nominal, a outra é nominal.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Mas não interessa!

O Orador: Mas digo-lhe mais: o Sr. Deputados disse aí uma questão que para nós é fundamental e que demonstra o empenho com que nós estamos neste debate, o empenho e a responsabilidade com que encaramos esta temática, que é, uma coisa são os Deputados, os políticos, porque são eleitos e têm especiais responsabilidades perante as pessoas e outra coisa são os funcionários. Nós também achamos.

Por isso, e apesar do Parecer da Comissão Nacional de Dados, nós, enquanto Grupo Parlamentar, reunimos e achamos que aquilo que aqui se prevê para os titulares de cargos políticos, no caso para os Deputados, é, a nosso ver, limitado; não permite ao cidadão aperceber-se em completo de qual é a realidade, nomeadamente no que diz respeito ao Estatuto Remuneratório dos Deputados e ao facto de só se permitir, na interpretação da Comissão Nacional de Proteção de Dados, que se divulgue o valor ilíquido que cada um de nós recebe.

Nós, no Grupo Parlamentar do Partido Socialista, cada um de nós, assente a que se divulgue o valor líquido. Nós vamos pôr, no nosso caso concreto, na nossa página, em cada um de nós, o valor líquido, aquilo que recebemos de facto por mês,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É um total disparate! Então eu sou professora da universidade vou ter que publicar quanto é que ganho por mês?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor tem de pôr é o ilíquido!

O Orador: ... porque a informação às pessoas é fundamental. Esse é o espírito da nossa iniciativa. Essa é a demonstração clara de que nós queremos levar esta questão a fundo, e, portanto, decidimos fazer isso.

Comprendemos perfeitamente que os outros não queiram fazer isso ou entendam que isso não é adequado. Comprendemos perfeitamente!

Nós queremos! Nós decidimos em conjunto e vamos fazê-lo.

Portanto, esse é que era o debate que eu pensava que os senhores queriam fazer nesta Casa, o que é que podemos de facto fazer para que as pessoas se sintam mais próximas de nós,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isto é demagogia!

O Orador: ... para que as pessoas tenham de facto instrumentos para seguirem a nossa atividade, para fiscalizarem, mas não! Os senhores querem é discutir o anexo em PDF do *email* da CAPAT.

Os senhores querem discutir é o funcionário que mandou ou não mandou o *email*, os senhores não querem discutir a transparência da nossa atividade política.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não queremos discutir é a sua demagogia!

O Orador: Nós queremos, nós continuamos aqui empenhados neste processo e por isso mesmo exigimos para nós algo que a Comissão Nacional de Proteção de Dados disse que não podíamos exigir para todos, mas para nós exigimos e vamos levar isto até ao fim.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa tem várias inscrições. Vamos continuar o nosso debate amanhã a partir das 15h00, porque a manhã está reservada ao PTAP.

Uma boa noite a todos e até amanhã.

Eram 20 horas.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Carlos Emanuel Rego Silva

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Lopes Araújo Ávila

José António Vieira da Silva Contente

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Partido Social Democrata (PSD)

Jaime Luís Melo Vieira

Maria João Soares Carreiro

(*) Texto não revisto pelo orador.

Documentos entrados

Listagem da correspondência:

1 – Projetos de Lei:

Assunto: Lei de Bases da Habitação, n.º 843/XIII/3.ª (PS) - n.º 153/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 04 – 24

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2018 – 05 – 14;

Assunto: Altera o Código do Trabalho, estabelecendo as 35 horas como limite máximo do período normal de trabalho, equiparando o regime do Código do Trabalho ao da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, n.º 578/XIII/2.ª (PAN) - n.º 154/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 05 – 10

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2018 – 05 – 30;

Assunto: Estabelece as 35 horas como limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores (12.ª alteração ao Código de Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 105/2009, de 14 de setembro, 53/2011, de 14 de outubro, 23/2012, de 25 de junho, 47/2012, de 29 de agosto, 69/2013, de 30 de agosto, 27/2014, de 8 de maio, 55/2014, de 25 de agosto, 28/2015, de 14 de abril, 120/2015, de 1 de

setembro, 28/2016, de 23 de agosto, e 8/2016, de 1 de abril), n.º 867/XIII/3.^a
(PEV) - n.º 155/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 05 – 10

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2018 – 05 – 30.

2 – Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Aprova o Código das Associações Mutualistas. - MTSSS - (Reg. DL 161/2018) – n.º 76/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2018 – 04 – 24

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2018 – 05 – 14;

Assunto: Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva - MEDU - (Reg- DL 83/2018) – n.º 78/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2018 – 04 – 24

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2018 – 05 – 14;

Assunto: Altera os regimes jurídicos de proteção social nas eventualidades de doenças, desemprego e parentalidade – MTSSS-(Reg. DL 143/2018) – n.º 79/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2018 – 04 – 27

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2018 – 05 – 18;

Assunto: Transpõe a Diretiva 2014/50/UE, relativa aos requisitos mínimos para uma maior mobilidade dos trabalhadores entre os Estados-Membros, mediante a melhoria da aquisição e manutenção dos direitos a pensão complementar - MTSSS – (Reg. DL 174/2018) – **n.º 81/XI-GR**

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2018 – 05 – 09

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2018 – 05 – 18.

3 – Projetos de Decreto Regulamentar:

Assunto: Regulamenta a atualização extraordinária das pensões previstas no artigo 110.º do Orçamento do Estado para 2018 - MTSSS - (Reg. Dr 133/2018) – **n.º 77/XI-GR**

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2018 – 04 – 24

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2018 – 05 – 14;

Assunto: Altera a regulamentação do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social - MTSSS - (Reg. DR 144/2018) – **n.º 80/XI-GR**

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2018 – 04 – 27

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2018 – 05 – 18.

4 – Antepropostas de Lei:

Assunto: Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores – n.º 2/XI

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2018 – 04 – 24

Comissão: Eventual para a Reforma da Autonomia

Assunto: Altera a Lei de Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional – n.º 3/XI

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2018 – 04 – 24

Comissão: Eventual para a Reforma da Autonomia

5 – Projetos de Resolução:

Assunto: [Recomenda a criação, no âmbito da Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho, de um grupo de Trabalho que acompanhe a](#)

[implementação do Canal Parlamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#) – n.º 96/XI

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2018 – 04 – 20

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite de parecer: 2018 – 05 - 22;

Assunto: [Estudo sobre a operacionalidade dos portos de passageiros dos Açores](#)
– n.º 97/XI

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2018 – 05 – 03

Comissão: Economia

Data limite de parecer: 2018 – 06 - 06;

Assunto: [Apoio ao fornecimento de energia elétrica para Instituições Particulares de Solidariedade Social \(IPSS\)](#) – n.º 98/XI

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2018 – 05 – 03

Comissão: Economia

Data limite de parecer: 2018 – 06 – 07.

6 – Petições:

Assunto: [Combustíveis líquidos e gasosos, pedido de transparência dos seus impostos, revisão dos preços nas margens de revenda reformulação das fórmulas](#)
– n.º 26/XI

Proveniência: Sónia Borges de Sousa - ARCCA – Associação Regional dos Revendedores de Combustíveis dos Açores

Data de Entrada: 2018 – 04 – 23

Aguarda admissibilidade.

7 – Requerimentos:

Assunto: [Atraso no pagamento dos reembolsos da ADSE](#)

Autores: Zuraída Soares e António Lima (BE)

Data de Entrada: 2018 – 04 – 26

Referência: 54.06.00 – N.º 430/XI;

Assunto: [Para quando a empreitada de melhoramento do Porto do Topo](#)

Autores: Artur Lima, Catarina Cabeceiras, Graça Silveira e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2018 – 04 – 26

Referência: 54.01.05 – N.º 431/XI;

Assunto: [Renegociação do contrato de concessão entre o Estado e a empresa ANA](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 04 – 27

Referência: 54.02.07 – N.º 432/XI;

Assunto: [Transparência e prevenção de riscos de corrupção](#)

Autores: João Costa e António Vasco Viveiros (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 04 – 27

Referência: 54.03.00 – N.º 433/XI;

Assunto: [Estudo científico - "Estudo dos arrojamentos de macroalgas marinhas no porto da Madalena - Pico."](#)

Autores: Zuraida Soares e António Lima (BE)

Data de Entrada: 2018 – 04 – 30

Referência: 54.06.06 – N.º 434/XI;

Assunto: [Cortes no Programa Estagiar U](#)

Autores: Duarte Freitas, Mónica Seidi, Luís Maurício, Paulo Parece e António Vasco Viveiros (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 04 – 30

Referência: 54.03.00 – N.º 435/XI;

Assunto: [Ponto de situação da revisão da carreira do corpo de guardas florestais dos Açores](#)

Autores: Carlos Ferreira, Bruno Belo e João Costa (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 04 – 30

Referência: 54.03.00 – N.º 436/XI;

Assunto: [Transparência, lealdade, honestidade e respeito com os colaboradores da RIAC](#)

Autores: Bruno Belo, Carlos Ferreira e Marco Costa (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 05 – 02

Referência: 54.03.00 – N.º 437/XI;

Assunto: [Lugares disponibilizados e lugares utilizados nas rotas operadas pela Azores Airlines e pela Sata Air Açores](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 05 – 02

Referência: 54.03.00 – N.º 438/XI;

Assunto: [Estudo definidor do modelo de concessão do porto da Praia da Vitória](#)

Autores: Zuraida Soares e António Lima (BE)

Data de Entrada: 2018 – 05 – 04

Referência: 54.06.03 – N.º 439/XI;

Assunto: [Terminal de cargas da Aerogare das Lajes](#)

Autores: Mónica Seidi, Luís Rendeiro e César Toste (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 05 – 07

Referência: 54.03.03 – N.º 440/XI;

Assunto: [Para quando a iluminação do troço Estrada Regional 1 – 2.ª à entrada da Vila das Velas](#)

Autores: Catarina Cabeceiras, Artur Lima, Graça Silveira e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2018 – 05 – 09

Referência: 54.01.05 – N.º 441/XI;

Assunto: [Investimentos no Parque de Exposições do Faial e recuperação do Solar e da Ermida da Quinta de São Lourenço](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 05 – 09

Referência: 54.03.07 – N.º 442/XI;

Assunto: [Investimentos a concretizar nos Açores no âmbito do “Atlantic International Research Center”](#)

Autores: Mónica Seidi, Luís Rendeiro, César Toste, João Costa, Paulo Parece, Bruno Belo e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 05 – 10

Referência: 54.03.00 – N.º 443/XI.

8 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Relatórios da Atividade Assistencial e do Plano Geral de Atividades da Unidade de Saúde da Ilha Terceira \(USIT\)](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 04 – 23

Referência: 54.03.03 – N.º 412/XI;

Assunto: [Omissão do Centro de Interpretação da Serra de Santa Bárbara no mapa turístico da ilha Terceira](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 04 – 23

Referência: 54.01.03 – N.º 428/XI;

Assunto: [Grua do Porto da Casa continua avariada](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 04 – 23

Referência: 54.03.09 – N.º 415/XI;

Assunto: [Descrição imprecisa de objetos de investimentos privados apoiados pelo Competir+](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 04 – 24

Referência: 54.06.00 – N.º 413/XI;

Assunto: [Recursos da Escola Secundária Antero de Quental](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 04 – 24

Referência: 54.03.02 – N.º 417/XI;

Assunto: [Idosos Florentinos discriminados](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 04 – 30

Referência: 54.03.08 – N.º 411/XI;

Assunto: [Concurso para concessão das Termas do Carapacho](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 05 – 08

Referência: 54.03.04 – N.º 387/XI;

Assunto: [Política Agrícola Comum Pós 2020 - Posição do Governo desconhecida pelo Parlamento](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 05 – 08

Referência: 54.03.00 – N.º 414/XI;

Assunto: [Melhoramentos e valorização do Porto de Pescas do Nordeste](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 05 – 08

Referência: 54.03.02 – N.º 419/XI;

Assunto: [Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Calheta
receia não conseguir responder ao socorro por falta de condições](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 05 – 08

Referência: 54.03.05 – N.º 423/XI;

Assunto: [Ligações aéreas com a ilha da Graciosa no verão IATA 2018](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 05 – 10

Referência: 54.03.04 – N.º 410/XI;

Assunto: [Aeroporto do Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 05 – 10

Referência: 54.03.06 – N.º 381/XI;

Assunto: [Falta de capacidade no âmbito do transporte aéreo limita a venda
de pescado](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 05 – 10

Referência: 54.07.00 – N.º 395/XI;

Assunto: [Falta de manutenção no guindaste da Fajã das Pontas - Norte
Pequeno](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 05 – 11

Referência: 54.01.05 – N.º 398/XI;

Assunto: [Pagamentos de prestações em atraso para com os Estabelecimentos de Ensino Particular, Cooperativo e Solidário](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 05 – 14

Referência: 54.03.00 – N.º 348/XI;

Assunto: [Atraso nos pagamentos de prestações para com os Estabelecimentos de Ensino Particular, Cooperativo e Solidário](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 05 – 14

Referência: 54.03.00 – N.º 408/XI;

Assunto: [Solicitação de informação sobre o Sistema de Incentivos à Produção de Energia a partir de fontes renováveis - PROENERGIA](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 05 – 14

Referência: 54.03.00 – N.º 409/XI.

9 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício indicando a alteração dos Deputados que integram a Subcomissão de Economia

Proveniência: Duarte Freitas, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2018 – 04 – 20;

Assunto: Ofício n.º 592-ST, de 24 de abril a enviar remessa de relatórios sobre verificações internas de contas de gerência aprovados

Proveniência: Fernando Flor de Lima, Subdiretor Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2018 – 04 – 24;

Assunto: Ofício n.º 533-ST, de 18 de abril a enviar remessa de relatórios sobre verificações internas de contas de gerência aprovados

Proveniência: Fernando Flor de Lima, Subdiretor Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2018 – 04 – 28;

Assunto: Ofício a remeter a lista de entidades que elaboram planos de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, com a indicação do respetivo sítio da internet onde os mesmos se encontram publicados

Proveniência: Lina Maria Cabral de Freitas, Chefe do Gabinete do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2018 – 04 – 30;

Assunto: Ofício remetendo a orgânica territorial da Diocese de Angra, nas ilhas dos Açores, para o próximo quinquénio

Proveniência: Pe. Hélder Fonseca Mendes, Diocese de Angra

Data de Entrada: 2018 – 05 – 04;

Assunto: Ofício remetendo o Decreto Legislativo Regional n.º 3/2018 e informando que foi enviado para publicação no Diário da República

Proveniência: António de Almeida da Costa Coelho, Chefe do Gabinete do Representante da República

Data de Entrada: 2018 – 05 – 08;

Assunto: Ofício remetendo cópia de Votos de Recomendação apresentados pelos Grupos Municipais do PSD e PS, sobre a inclusão do aeroporto da Horta na renegociação dos termos do contrato de concessão de serviço público aeroportuário, celebrado entre o Estado Português e a ANA Aeroportos de Portugal, S. A.

Proveniência: Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cândido, Presidente da Assembleia Municipal da Horta

Entrada: 2018 – 05 – 08;

Assunto: Ofício remetendo o Relatório n.º 01/2018-FS/SRATC (Ação n.º 15-207FS2 – Auditoria do Sector Empresarial do Município da Praia da Vitória, aprovado pelo Tribunal

Proveniência: Fernando Manuel Flor de Lima, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2018 – 05 – 09;

Assunto: Ofício informando da aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. José Arlindo Armas Trigueiro

Proveniência: Paulo Alexandre Almeida Reis, Presidente da Assembleia Municipal das Lajes das Flores

Data de Entrada: 2018 – 05 – 09;

Assunto: Email a remeter o relatório n.º 05/2018 – Análise ao Programa de Estabilidade 2018-2022

Proveniência: Nádia Dinis, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2018 – 05 – 10;

Assunto: Ofício a remeter texto de recomendação dirigida à Assembleia da República

Proveniência: Maria Lúcia Amaral, Provedora de Justiça

Data de Entrada: 2018 – 05 – 10.

10 – Relatórios:

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 96/XI - Recomenda a criação, no âmbito da Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho, de um grupo de trabalho que acompanhe a implementação do Canal Parlamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 05 – 11;

Assunto: [Audição n.º 127/XI-AR - Projeto de Lei n.º 734/XIII/3.ª \(PS\) - Aprova o regime da atividade profissional de mediação na representação de interesses](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 05 – 11;

Assunto: [Audição n.º 128/XI-AR - Projeto de Lei n.º 735/XIII/3.ª \(PS\) - Aprova o regime de registo de entidades privadas que realizam representação de interesses](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 05 – 11;

Assunto: [Audição n.º 134/XI-AR - Projeto de Resolução n.º 1319/XIII/3.ª \(PSD\) - Descontaminação dos solos e aquíferos da Praia da Vitória](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 05 – 11;

Assunto: [Audição n.º 135/XI-AR - Projeto de Resolução n.º 1320/XIII/3.ª \(BE\) - Identificação e reparação de danos ambientais decorrentes da atividade militar estrangeira na ilha Terceira](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 05 – 11;

Assunto: [Audição n.º 136/XI-AR - Projeto de Resolução n.º 1326/XIII/3.ª \(PEV\) - Descontaminação e recuperação das zonas afetadas pela atividade da Força Aérea dos Estados Unidos da América na Base das Lajes, na ilha Terceira](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 05 – 11;

Assunto: [Audição n.º 137/XI-AR - Projeto de Resolução n.º 1336/XIII/3.ª \(CDS-PP\) - Projeto de Resolução n.º 1336/XIII/3.ª \(CDS-PP\) - Reparação dos danos ambientais causados pelas forças militares norte-americanas estacionadas na Base das Lajes](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 05 – 11;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 50/XI - Recomenda a criação do "Portal da Transparência e Participação Cidadã" no âmbito do sítio eletrónico da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 05 – 14;

Assunto: [Audição n.º 71/XI-GR - Projeto de Resolução que autoriza a criação do Centro para a Segurança do Atlântico \(CeSA\) e constitui sob a dependência do Ministro da Defesa Nacional, uma Comissão para a implementação do CeSA.](#)

- MDN - Reg. R 94/2018

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 04 – 23;

Assunto: [Audição n.º 129/XI-AR - Projeto de Resolução - Posição Geoestratégica dos Açores](#) - n.º 1267/XIII/3

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 04 – 23;

Assunto: [Audição n.º 141/XI-AR - Projeto de Resolução - CETA e acordo de parceria económica EU - Japão/Regiões Ultraperiféricas/Avaliação de Impacto e de Oportunidades](#) - n.º 1389/XIII/3.^a

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 04 – 23;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 61/XI \(PSD\) – Plano Regional de Emergência de Proteção Civil dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 05 – 08;

Assunto: [Audição n.º 70/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que altera o regime jurídico dos medicamentos de uso humano, transpondo a Diretiva \(UE\) 2017/1572 -MS -\(Reg. DL 44/2018\)](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 04 – 26;

Assunto: [Audição n.º 145/XI-AR - Proposta de Lei - Estabelece o regime jurídico da segurança do Ciberespaço, transpondo a Diretiva \(UE\) 2016/1148 - n.º 119/XIII/3.^a \(GOV\)](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 04 – 26;

Assunto: [Petição n.º 19/XI - Prolongamento para alunos do 1.º ciclo da Escola JI/B1 do Pasteleiro - Ilha do Faial](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 04 – 26;

Assunto: [Audição n.º 73/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens - MEDU - \(Reg. DL 106/2018\).](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 05 – 02;

Assunto: [Petição n.º 22/XI - Estabelecimento de prazos para a execução das obras previstas na Escola Rui Galvão de Carvalho](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 05 – 03;

Assunto [Audição n.º 152/XI-AR - Projeto de Resolução n.º 1512/XIII/3.ª \(PCP\) - Apoio social aos trabalhadores da COFACO, na Ilha do Pico](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 05 – 03;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante-Período Legislativo de maio de 2018](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 05 – 14;

Assunto: [Audição n.º 74/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2018 - MF - Reg. DL 154/2018](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 04 – 23;

Assunto: [Audição n.º 132/XI-AR - Projeto de Resolução n.º 1269/XIII/3.ª \(CDS-PP\) - Recomenda ao Governo que atempadamente proceda à definição das orientações políticas relativas à negociação do Quadro Financeiro Plurianual pós-2020](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 04 – 23;

Assunto: [Audição n.º 147/XI-AR - Proposta de Lei n.º 123/XIII/3.ª \(GOV\) - Autoriza o Governo a aprovar um novo regime jurídico dos serviços de pagamento de moeda eletrónica, transpondo a Diretiva \(UE\) 2015/2366](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 05 – 04;

Assunto: [Petição n.º 24/XI – Pelo encerramento do Parque Zoológico da Povoação](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 05 – 10;

11 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Legislativa os Diários n.ºs 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55 e 56

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco